

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	9
DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	10
Demonstração de Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	19
DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	20
Demonstração de Valor Adicionado	21

Comentário do Desempenho	22
--------------------------	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	86
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	87
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	88

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	590.714
Preferenciais	442.783
Total	1.033.497
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	18.653.487	18.087.867
1.01	Ativo Circulante	2.368.350	2.357.388
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	100.356	607.653
1.01.01.01	Caixa e Bancos	701	5.418
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	99.655	602.235
1.01.02	Aplicações Financeiras	439.638	0
1.01.03	Contas a Receber	212.695	182.205
1.01.03.01	Clientes	212.695	182.205
1.01.03.01.01	Contas a receber de concessionárias e permissionárias	212.695	182.205
1.01.06	Tributos a Recuperar	239.793	277.395
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	239.793	277.395
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.375.868	1.290.135
1.01.08.03	Outros	1.375.868	1.290.135
1.01.08.03.02	Instrumentos financeiros derivativos	40.790	71.894
1.01.08.03.03	Dividendos a receber	177.642	135.836
1.01.08.03.04	Outras contas a receber e outros ativos	54.687	29.140
1.01.08.03.05	Ativo de contrato de concessão	1.102.749	1.053.265
1.02	Ativo Não Circulante	16.285.137	15.730.479
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.337.991	7.190.506
1.02.01.04	Contas a Receber	27.670	27.670
1.02.01.04.01	Contas a receber de concessionárias e permissionárias	27.670	27.670
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	7.310.321	7.162.836
1.02.01.10.05	Outras contas a receber	16.559	16.341
1.02.01.10.06	Depósitos judiciais	54.672	53.337
1.02.01.10.07	Instrumentos financeiros derivativos	2.320	2.940
1.02.01.10.10	Ativo de contrato de concessão	7.236.770	7.090.218
1.02.02	Investimentos	8.534.175	8.122.918
1.02.02.01	Participações Societárias	8.534.175	8.122.918
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	1.997.389	1.900.064
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	4.771.810	4.530.670
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	1.764.976	1.692.184
1.02.03	Imobilizado	219.223	222.720
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	218.383	221.637
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	840	1.083
1.02.04	Intangível	193.748	194.335
1.02.04.01	Intangíveis	193.748	194.335

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	18.653.487	18.087.867
2.01	Passivo Circulante	1.540.781	2.292.282
2.01.02	Fornecedores	89.964	102.496
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	89.964	102.496
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	89.964	102.496
2.01.03	Obrigações Fiscais	19.277	30.974
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	16.632	25.980
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	0	2.489
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.645	2.505
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	974.399	1.455.573
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	400.156	438.654
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	400.156	438.654
2.01.04.02	Debêntures	573.146	1.015.624
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	1.097	1.295
2.01.05	Outras Obrigações	457.141	703.239
2.01.05.02	Outros	457.141	703.239
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	301.616	511.965
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	40.155	38.982
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	115.370	152.292
2.02	Passivo Não Circulante	9.814.764	8.856.081
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	8.123.265	7.209.292
2.02.01.02	Debêntures	8.123.246	7.209.197
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	19	95
2.02.02	Outras Obrigações	329.766	322.230
2.02.02.02	Outros	329.766	322.230
2.02.02.02.03	Outras Contas a Pagar	221.315	227.101
2.02.02.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	108.451	95.129
2.02.03	Tributos Diferidos	1.304.605	1.269.799
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.304.605	1.269.799
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	872.811	847.242
2.02.03.01.02	PIS e COFINS Diferidos	431.794	422.557
2.02.04	Provisões	57.128	54.760
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	57.128	54.760
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	17.901	17.629
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.572	4.116
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	35.655	33.015
2.03	Patrimônio Líquido	7.297.942	6.939.504
2.03.01	Capital Social Realizado	3.042.035	3.042.035
2.03.01.01	Capital Social Subscrito e Integralizado	3.067.535	3.067.535
2.03.01.02	(-) Gastos com Emissão de Ações	-25.500	-25.500
2.03.02	Reservas de Capital	598.736	598.736
2.03.04	Reservas de Lucros	3.328.565	3.328.565
2.03.04.01	Reserva Legal	433.057	433.057
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	2.558.928	2.558.928
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	336.580	336.580

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	365.161	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-36.555	-29.832

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	672.640	452.488
3.01.01	Receita de infra, Correção Monet, Operação e Manutenção, e Outras, Líquidas	474.218	272.494
3.01.02	Remuneração do Ativo de Contrato de Concessão	198.422	179.994
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-125.454	-48.296
3.02.01	Pessoal	-18.462	-20.944
3.02.02	Material	-99.143	-19.363
3.02.03	Serviços de Terceiros	-5.139	-6.858
3.02.04	Depreciação e Amortização	-745	-5
3.02.05	Outros Custos Operacionais	-1.965	-1.126
3.03	Resultado Bruto	547.186	404.192
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	159.215	267.069
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-51.848	-48.861
3.04.02.01	Pessoal e Administradores	-32.429	-34.674
3.04.02.02	Serviços de Terceiros	-9.802	-7.423
3.04.02.03	Depreciação e Amortização	-7.124	-4.599
3.04.02.04	Outras despesas operacionais	-2.493	-2.165
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	211.063	315.930
3.04.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	211.063	315.930
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	706.401	671.261
3.06	Resultado Financeiro	-307.115	-274.970
3.06.01	Receitas Financeiras	15.778	17.497
3.06.02	Despesas Financeiras	-322.893	-292.467
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	399.286	396.291
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-34.125	-21.591
3.08.01	Corrente	-5.092	-8.927
3.08.02	Diferido	-29.033	-12.664
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	365.161	374.700
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	365.161	374.700
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,35333	0,36256
3.99.01.02	PN	0,35333	0,36256
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,35333	0,36256
3.99.02.02	PN	0,35333	0,36256

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	365.161	374.700
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-6.723	3.544
4.02.01	Ajuste ao Valor Justo de Instrumentos Financeiros derivativos	-6.723	3.544
4.03	Resultado Abrangente do Período	358.438	378.244

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 31/03/2025	01/01/2024 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	242.216	286.829
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	124.373	139.892
6.01.01.01	Resultado Líquido do período	365.161	374.700
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	-211.063	-315.930
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	7.869	4.604
6.01.01.04	Provisão para contingências	450	28
6.01.01.05	Juros, variação cambial e ajuste ao valor justo sobre empréstimos e financiamentos	-26.614	10.902
6.01.01.06	Juros e variação monetária sobre debêntures	303.658	271.047
6.01.01.07	Perda com instrumentos financeiros derivativos	43.835	6.837
6.01.01.08	Imposto de renda e contribuição social correntes	5.092	8.927
6.01.01.09	Imposto de renda e contribuição social diferidos	29.033	12.664
6.01.01.10	Tributos diferidos	9.237	-1.460
6.01.01.11	Custo de implementação de infraestrutura	77.880	14.685
6.01.01.12	Remuneração do ativo de contrato de concessão	-198.422	-179.994
6.01.01.13	Correção monetária do ativo de contrato de concessão	-143.045	-46.836
6.01.01.14	Receita de implementação de infraestrutura	-133.897	-21.035
6.01.01.15	Receita de aplicação financeira	489	-159
6.01.01.16	Receita de atualização monetária de depósitos judiciais	-1.403	-650
6.01.01.17	Despesa de atualização monetária de contingências	2.071	937
6.01.01.18	(Provisão) reversão para parcela variável	-5.995	567
6.01.01.19	Outros	37	58
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	117.843	146.937
6.01.02.01	Redução nos saldos do contas a receber de concessionárias e permissionárias e do ativo de contrato de concessão	252.048	250.788
6.01.02.02	Redução (aumento) no saldo de impostos e contribuições sociais ativos, líquido do passivo	20.812	-2.343
6.01.02.04	(Aumento) no saldo de outros créditos	-25.701	-13.175
6.01.02.05	(Redução) no saldo de fornecedores	-90.412	-74.159
6.01.02.06	Aumento no saldo de Taxas Regulamentares	1.173	2.172
6.01.02.07	(Redução) aumento no saldo de outras contas a pagar	-40.077	6.019
6.01.02.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	0	-22.365
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-685.911	-272.661
6.02.01	(Aumento) no saldo de títulos e valores mobiliários	-440.127	0
6.02.04	Adições líquidas no Imobilizado e Intangível	-3.784	-2.661
6.02.07	Aumento de capital nas controladas	-242.000	-270.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-63.602	-468.305
6.03.01	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Principal	0	-13
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Juros	-11.884	-12.104
6.03.03	Emissão debêntures, líquido de custos de transação	621.198	0
6.03.04	Pagamento de debêntures - principal	-291.666	-75.000
6.03.05	Pagamento de debêntures - juros	-161.619	-142.362
6.03.06	Pagamento de passivo de arrendamento	-307	-347
6.03.07	Pagamento de dividendos e JCP	-210.349	-228.001
6.03.08	Pagamento de instrumentos financeiros derivativos	-8.975	-10.478

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-507.297	-454.137
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	607.653	1.143.367
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	100.356	689.230

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	598.736	3.328.565	0	-29.832	6.939.504
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	598.736	3.328.565	0	-29.832	6.939.504
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	365.161	-6.723	358.438
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	365.161	0	365.161
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-6.723	-6.723
5.05.02.06	Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros derivativos	0	0	0	0	-6.723	-6.723
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.042.035	598.736	3.328.565	365.161	-36.555	7.297.942

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	598.736	2.925.080	0	-42.591	6.523.260
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	598.736	2.925.080	0	-42.591	6.523.260
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	374.700	3.544	378.244
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	374.700	0	374.700
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.544	3.544
5.05.02.06	Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros derivativos	0	0	0	0	3.544	3.544
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.042.035	598.736	2.925.080	374.700	-39.047	6.901.504

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
7.01	Receitas	736.021	503.221
7.01.02	Outras Receitas	736.021	503.221
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-116.730	-34.799
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-114.084	-33.644
7.02.04	Outros	-2.646	-1.155
7.03	Valor Adicionado Bruto	619.291	468.422
7.04	Retenções	-7.869	-4.603
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-7.869	-4.603
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	611.422	463.819
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	226.841	333.543
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	211.063	315.930
7.06.02	Receitas Financeiras	15.778	17.613
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	838.263	797.362
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	838.263	797.362
7.08.01	Pessoal	42.134	47.056
7.08.01.01	Remuneração Direta	22.957	23.778
7.08.01.02	Benefícios	16.525	20.695
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.652	2.583
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	108.075	83.139
7.08.02.01	Federais	106.300	81.342
7.08.02.02	Estaduais	649	767
7.08.02.03	Municipais	1.126	1.030
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	322.893	292.467
7.08.03.01	Juros	277.044	281.949
7.08.03.03	Outras	45.849	10.518
7.08.03.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	43.835	6.837
7.08.03.03.02	Arrendamentos	34	58
7.08.03.03.03	Outros	1.980	3.623
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	365.161	374.700
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	365.161	374.700

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	21.030.240	20.431.093
1.01	Ativo Circulante	3.119.982	3.022.657
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	209.741	750.976
1.01.01.01	Caixa e bancos	1.073	9.629
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	208.668	741.347
1.01.02	Aplicações Financeiras	592.879	0
1.01.03	Contas a Receber	271.873	233.326
1.01.03.01	Clientes	271.873	233.326
1.01.03.01.01	Contas a receber de concessionárias e permissionárias	271.873	233.326
1.01.06	Tributos a Recuperar	263.007	305.244
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	263.007	305.244
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.782.482	1.733.111
1.01.08.03	Outros	1.782.482	1.733.111
1.01.08.03.02	Instrumentos financeiros derivativos	40.875	72.443
1.01.08.03.03	Dividendos a receber	106.368	106.368
1.01.08.03.04	Outras contas a receber e outros ativos	95.667	77.082
1.01.08.03.05	Ativo de contrato de concessão	1.539.572	1.477.218
1.02	Ativo Não Circulante	17.910.258	17.408.436
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	13.734.002	13.398.444
1.02.01.04	Contas a Receber	31.944	31.945
1.02.01.04.01	Contas a receber de concessionárias e permissionárias	31.944	31.945
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	13.702.058	13.366.499
1.02.01.10.03	Títulos e valores mobiliários	5.265	5.740
1.02.01.10.05	Outras contas a receber	30.829	30.984
1.02.01.10.06	Depósitos judiciais	144.801	143.516
1.02.01.10.07	Instrumentos financeiros derivativos	3.761	6.911
1.02.01.10.10	Ativo de contrato de concessão	13.517.402	13.179.348
1.02.02	Investimentos	3.762.365	3.592.248
1.02.02.01	Participações Societárias	3.762.365	3.592.248
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	1.997.389	1.900.064
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	1.764.976	1.692.184
1.02.03	Imobilizado	220.123	223.394
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	219.283	222.300
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	840	1.094
1.02.04	Intangível	193.768	194.350
1.02.04.01	Intangíveis	193.768	194.350

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	21.030.240	20.431.093
2.01	Passivo Circulante	1.684.105	2.462.741
2.01.02	Fornecedores	160.537	199.273
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	160.537	199.273
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	160.537	199.273
2.01.03	Obrigações Fiscais	51.337	69.574
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	25.044	37.890
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	4.970	26.928
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	21.323	4.756
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.000.507	1.483.414
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	405.383	443.953
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	5.227	5.299
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	400.156	438.654
2.01.04.02	Debêntures	594.027	1.038.150
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	1.097	1.311
2.01.05	Outras Obrigações	471.724	710.480
2.01.05.02	Outros	471.724	710.480
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	301.616	511.965
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	46.929	45.075
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	123.179	153.440
2.02	Passivo Não Circulante	12.048.193	11.028.848
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	9.253.089	8.316.451
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	40.875	41.349
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	40.875	41.349
2.02.01.02	Debêntures	9.212.195	8.275.007
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	19	95
2.02.02	Outras Obrigações	352.526	343.011
2.02.02.02	Outros	352.526	343.011
2.02.02.02.03	Outras Contas a Pagar	244.075	247.882
2.02.02.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	108.451	95.129
2.02.03	Tributos Diferidos	2.265.091	2.198.982
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.265.091	2.198.982
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.454.491	1.407.194
2.02.03.01.02	PIS e COFINS Diferidos	810.600	791.788
2.02.04	Provisões	177.487	170.404
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	177.487	170.404
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	20.843	20.564
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	4.156	4.686
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	152.488	145.154
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	7.297.942	6.939.504
2.03.01	Capital Social Realizado	3.042.035	3.042.035
2.03.01.01	Capital Social Subscrito e Integralizado	3.067.535	3.067.535
2.03.01.02	(-) Gastos com Emissão de Ações	-25.500	-25.500
2.03.02	Reservas de Capital	598.736	598.736
2.03.04	Reservas de Lucros	3.328.565	3.328.565

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2.03.04.01	Reserva Legal	433.057	433.057
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	2.558.928	2.558.928
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	336.580	336.580
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	365.161	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-36.555	-29.832

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 31/03/2025	01/01/2024 à 31/03/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	982.893	729.484
3.01.01	Receita de Infra, Correção Monet, Operação e Manutenção, e Outras, Líquidas	691.054	443.463
3.01.02	Remuneração do Ativo de Contrato da Concessão	291.839	286.021
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-324.230	-119.153
3.02.01	Pessoal	-22.973	-26.312
3.02.02	Material	-290.875	-81.600
3.02.03	Serviços de Terceiros	-6.853	-9.174
3.02.04	Depreciação e Amortização	-757	-22
3.02.05	Outros custos operacionais	-2.772	-2.045
3.03	Resultado Bruto	658.663	610.331
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	108.714	98.598
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-61.403	-58.630
3.04.02.01	Pessoal e Administradores	-39.205	-40.153
3.04.02.02	Serviços de Terceiros	-11.078	-11.368
3.04.02.03	Depreciação e Amortização	-7.131	-4.606
3.04.02.04	Outras Despesas Operacionais	-3.989	-2.503
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	170.117	157.228
3.04.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	170.117	157.228
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	767.377	708.929
3.06	Resultado Financeiro	-344.291	-301.964
3.06.01	Receitas Financeiras	21.770	26.156
3.06.02	Despesas Financeiras	-366.061	-328.120
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	423.086	406.965
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-57.925	-32.265
3.08.01	Corrente	-7.165	-12.425
3.08.02	Diferido	-50.760	-19.840
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	365.161	374.700
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	365.161	374.700
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	365.161	374.700
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,35333	0,36256
3.99.01.02	PN	0,35333	0,36256
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,35333	0,36256
3.99.02.02	PN	0,35333	0,36256

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	365.161	374.700
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-6.723	3.544
4.02.01	Ajuste ao Valor Justo de Instrumentos Financeiros derivativos	-6.723	3.544
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	358.438	378.244
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	358.438	378.244

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 31/03/2025	01/01/2024 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	131.130	260.793
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	112.685	134.396
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	365.161	374.700
6.01.01.02	Resultado de equivalência patrimonial	-170.117	-157.228
6.01.01.03	Depreciação e amortização	7.888	4.628
6.01.01.04	Provisão para contingências	1.146	28
6.01.01.05	Juros, variação cambial e ajuste ao valor justo sobre empréstimos e financiamentos	-25.471	12.018
6.01.01.06	Juros e variação monetária sobre debêntures	340.425	303.281
6.01.01.07	Perda com instrumentos financeiros derivativos	46.768	6.837
6.01.01.08	Imposto de renda e contribuição social correntes	7.165	12.425
6.01.01.09	Imposto de renda e contribuição social diferidos	50.760	19.840
6.01.01.10	Tributos diferidos	18.812	7.128
6.01.01.11	Custo de implementação de infraestrutura	268.610	76.281
6.01.01.12	Remuneração do ativo de contrato de concessão	-291.839	-286.021
6.01.01.13	Correção monetária do ativo de contrato de concessão	-231.530	-134.902
6.01.01.14	Receita de implementação de infraestrutura	-267.999	-119.098
6.01.01.15	Receita de aplicação financeira	-4.576	-281
6.01.01.16	Receita de atualização monetária de depósitos judiciais	-622	-2.007
6.01.01.17	Despesa de atualização monetária de contingências	4.551	2.585
6.01.01.18	(Provisão) reversão para parcela variável	-6.484	14.122
6.01.01.19	Outros	37	60
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	18.445	126.397
6.01.02.01	Redução nos saldos do contas a receber de concessionárias e permissionárias e do ativo de contrato de concessão	356.113	378.385
6.01.02.02	Redução (Aumento) no saldo de impostos e contribuições sociais ativos, líquido do passivo	21.148	-2.732
6.01.02.03	(Aumento) no saldo de outros créditos	-18.601	-92.822
6.01.02.05	(Redução) no saldo de fornecedores	-307.298	-136.332
6.01.02.06	Aumento no saldo de taxas regulamentares	1.854	2.573
6.01.02.07	(Redução) aumento no saldo de outras contas a pagar	-30.457	8.623
6.01.02.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-4.314	-31.298
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-591.862	-2.643
6.02.01	Redução (aumento) no Saldo de Títulos e Valores Mobiliários	-587.827	18
6.02.04	Adições no Imobilizado e Intangível	-4.035	-2.661
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-80.503	-484.170
6.03.01	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Principal	-908	-899
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Juros	-12.665	-13.041
6.03.03	Emissão debêntures, líquido de custos de transação	621.198	0
6.03.04	Pagamento de debêntures - principal	-301.397	-83.529
6.03.05	Pagamento de debêntures - juros	-167.161	-147.855
6.03.07	Pagamento de passivo de arrendamento	-307	-367
6.03.09	Pagamento de dividendos e JCP	-210.349	-228.001
6.03.10	Pagamento de instrumentos financeiros derivativos	-8.914	-10.478
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-541.235	-226.020

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	750.976	1.306.121
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	209.741	1.080.101

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	598.736	3.328.565	0	-29.832	6.939.504	0	6.939.504
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	598.736	3.328.565	0	-29.832	6.939.504	0	6.939.504
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	365.161	-6.723	358.438	0	358.438
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	365.161	0	365.161	0	365.161
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-6.723	-6.723	0	-6.723
5.05.02.06	Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros derivativos	0	0	0	0	-6.723	-6.723	0	-6.723
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.042.035	598.736	3.328.565	365.161	-36.555	7.297.942	0	7.297.942

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	598.736	2.925.080	0	-42.591	6.523.260	0	6.523.260
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	598.736	2.925.080	0	-42.591	6.523.260	0	6.523.260
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	374.700	3.544	378.244	0	378.244
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	374.700	0	374.700	0	374.700
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.544	3.544	0	3.544
5.05.02.06	Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros derivativos	0	0	0	0	3.544	3.544	0	3.544
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.042.035	598.736	2.925.080	374.700	-39.047	6.901.504	0	6.901.504

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
7.01	Receitas	1.066.519	802.729
7.01.02	Outras Receitas	1.066.519	802.729
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-313.196	-104.107
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-308.806	-102.142
7.02.04	Outros	-4.390	-1.965
7.03	Valor Adicionado Bruto	753.323	698.622
7.04	Retenções	-7.888	-4.628
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-7.888	-4.628
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	745.435	693.994
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	191.887	182.247
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	170.117	157.228
7.06.02	Receitas Financeiras	21.770	25.019
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	937.322	876.241
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	937.322	876.241
7.08.01	Pessoal	52.625	57.145
7.08.01.01	Remuneração Direta	31.499	31.762
7.08.01.02	Benefícios	18.258	22.613
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.868	2.770
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	153.475	116.276
7.08.02.01	Federais	151.124	114.115
7.08.02.02	Estaduais	1.117	934
7.08.02.03	Municipais	1.234	1.227
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	366.061	328.120
7.08.03.01	Juros	314.954	315.299
7.08.03.03	Outras	51.107	12.821
7.08.03.03.01	Instrumentos financeiros Derivativos	46.768	6.837
7.08.03.03.02	Arrendamentos	34	60
7.08.03.03.03	Outros	4.305	5.924
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	365.161	374.700
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	365.161	374.700



Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO EM 31 DE MARÇO DE 2025 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Principais acontecimentos até 31 de março de 2025 e eventos subsequentes

10/01/2025 – O ONS emitiu o Termo de Liberação referente à energização parcial do empreendimento Pitiguari Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Pitiguari"), projeto da LT 230 kV Abdon Batista – Barra Grande (Trecho 2), adicionando uma RAP de R\$4,4 milhões para a Companhia.

15/01/2025 – A Companhia concluiu uma captação de recursos através da 17ª emissão de debêntures no montante de R\$650.000.

15/01/2025 – A controlada Janaúba pagou aos debenturistas da 1ª emissão de debêntures o montante de R\$15.272, sendo R\$5.542 de juros e R\$9.730 de principal.

15/01/2025 – A Companhia pagou aos debenturistas da 11ª emissão de debêntures, 1ª e 2ª séries, o montante de R\$335.981, sendo R\$4.520 de juros e R\$75.000 de principal da 1ª série e R\$39.795 de juros e R\$216.666 de principal da 2ª série.

30/01/2025 – O Conselho de Administração da Companhia elegeu a Sra. Catia Cristina Teixeira Pereira como Diretora Financeira e de Relações com Investidores, que assumiu o cargo em 10 de fevereiro de 2025.

05/02/2025 – O ONS emitiu o Termo de Liberação referente à parte remanescente das instalações de Novatrans, no reforço autorizado através da REA nº12.823/2022, adicionando uma RAP de aproximadamente R\$18,1 milhões para a Companhia.

17/03/2025 – A Companhia pagou juros aos debenturistas da 14ª emissão de debêntures, 1ª, 2ª e 3ª séries, no montante de R\$25.414, sendo R\$10.057 da 1ª série, R\$2.731 da 2ª série e R\$12.626 da 3ª série.

17/03/2025 – A Companhia pagou juros aos debenturistas da 15ª emissão de debêntures, 1ª e 2ª séries, no montante de R\$68.650, sendo R\$59.392 da 1ª série e R\$9.258 da 2ª série.

17/03/2025 – A Companhia pagou juros aos debenturistas da 16ª emissão de debêntures no montante de R\$23.240.

15/04/2025 – A Companhia pagou juros aos debenturistas da 12ª emissão de debêntures, 1ª, 2ª e 3ª séries, o montante de R\$39.323, sendo R\$19.501 da 1ª série, R\$9.532 da 2ª série e R\$10.290 da 3ª série.

29/04/2025 – A AGO da Companhia ratificou a proposta de destinação do resultado do exercício de 2024 e aprovou o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios remanescentes no montante de R\$301.507, sendo R\$190.612 em 28 de maio de 2025 e R\$110.895 em 27 de novembro de 2025.

07/05/2025 – O Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de proventos referentes ao resultado do 1º trimestre de 2025, a título de juros sobre capital próprio, no montante de R\$188.276, com pagamento em 27 de agosto de 2025.

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO NO 1º TRIMESTRE DE 2025

1. Resultado Líquido do Período

A Taesa alcançou um resultado líquido consolidado de R\$365.161 no 1T25, apresentado uma redução de 2,5% em relação ao resultado do 1T24.

1.1 Receita Operacional Líquida (ROL)

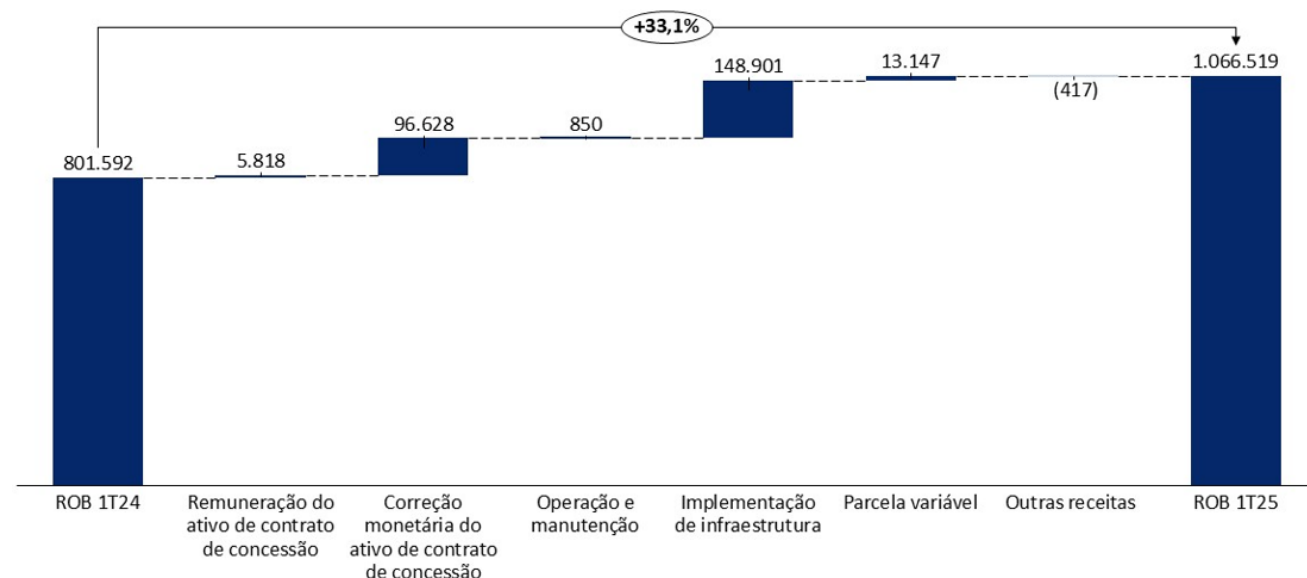
A ROL é composta pela receita operacional bruta e pelas deduções sobre a receita bruta.

	1T25	1T24	Var.	Var. %
ROL	982.893	729.484	253.409	34,7%

1.1.1 Receita operacional bruta (ROB)

A ROB é composta pela receita de remuneração do ativo de contrato de concessão, correção monetária do ativo de contrato de concessão, receita de operação e manutenção (O&M), receita de implementação de infraestrutura, parcela variável e outras receitas.

	1T25	1T24	Var.	Var. %
Remuneração do ativo de contrato de concessão	291.839	286.021	5.818	2,0%
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	231.530	134.902	96.628	71,6%
Operação e manutenção	268.254	267.404	850	0,3%
Implementação de infraestrutura	267.999	119.098	148.901	125,0%
Parcela variável	(6.749)	(19.896)	13.147	-66,1%
Outras receitas	13.646	14.063	(417)	-3,0%
	1.066.519	801.592	264.927	33,1%



Remuneração do ativo de contrato de concessão: Calculada pela multiplicação da taxa do projeto sobre o saldo do ativo de contrato de concessão a partir da operacionalização dos ativos. O aumento de 2% em 1T25 deve-se, basicamente, pela (i) entrada em operação parcial de Pitiguari, (ii) entrada em operação do reforço da Novatrans, e (iii) efeito da correção monetária do saldo do ativo de contrato, líquido dos recebimentos.

Comentário do Desempenho

Correção monetária do ativo de contrato de concessão: O aumento de 71,6% no 1T25 refere-se, basicamente, (i) pelo aumento dos índices macroeconômicos IGP-M (2,29% no 1T25 e 0,29% no 1T24) e IPCA (2% no 1T25 e 1,82% no 1T24), (ii) pela operacionalização do reforço da Novatrans e, (iii) operacionalização parcial de Pitiguari.

Operação e manutenção: O aumento de 0,3% no 1T25 refere-se, basicamente, pela (i) operacionalização parcial de Pitiguari, (ii) reforço da Novatrans e, (iii) reajuste tarifário do ciclo 2024-2025, conforme Resolução Homologatória nº 3.348/24, que corrigiu as RAPs com um acumulado de 3,93% para os contratos indexados ao IPCA, parcialmente compensados pelos contratos indexados ao IGP-M de -0,34%.

Implementação de infraestrutura: O aumento de 125,0% no 1T25 refere-se, basicamente, aos (i) investimentos (CAPEX) nos projetos Tangará e revitalizadora Saíra e, (ii) implantação de reforços na concessão Novatrans, ATE e TSN. Os efeitos foram compensados, parcialmente, pelo menor investimento (CAPEX) no projeto Ananai devido ao licenciamento ambiental e no projeto Pitiguari devido à operacionalização parcial.

Parcela variável (PV): A redução de 66,1% no 1T25 refere-se, basicamente, por (i) maiores PVs ocorridas no período comparativo nas concessões Janaúba, Novatrans e Sant'Ana e, (ii) pela reversão de provisão na TSN, no período. Efeito compensado pelas provisões na Saíra e ATE III.

Outras receitas: A redução de 3,0% no 1T25 refere-se, basicamente, às contabilizações dos Avisos de Crédito Complementares (AVCs) no 1T24. O efeito foi compensado pelas receitas parciais e proporcionais advindas das operacionalizações nas concessões Novatrans e Pitiguari.

1.1.2 Deduções sobre a ROB

	1T25	1T24	Var.	Var. %
PIS e COFINS – Corrente	(38.339)	(37.954)	(385)	1,0%
PIS e COFINS – Diferido	(18.812)	(7.128)	(11.684)	163,9%
ISS e ICMS	(218)	(94)	(124)	131,9%
RGR, P&D, TFSEE, PROINFA e CDE	(26.257)	(26.932)	675	-2,5%
	(83.626)	(72.108)	(11.518)	16,0%

As deduções sobre a ROB são compostas de impostos, tributos e encargos setoriais. As Deduções sobre a ROB tiveram um aumento de 16,0% na comparação com o 1T25, ocasionado, principalmente, pelo (i) aumento no PIS e COFINS diferidos impactados por maiores investimentos dos projetos em construção e pela receita de correção monetária que sofreu a influência dos índices de inflação; (ii) aumento no PIS e COFINS correntes impactados pelos recebimentos das RAPs devido à operacionalização parcial da Pitiguari e do reforço da Novatrans e pelo reajuste inflacionário do ciclo 2024-2025 para os contratos indexados pelo IPCA. Os efeitos foram compensados pelos (i) contratos indexados ao IGP-M e, (ii) encargos setoriais, principalmente nas cotas à Reserva Global de Reversão - RGR.

1.2 Custos e despesas operacionais

	1T25	1T24	Var.	Var. %
Pessoal	(62.178)	(66.465)	4.287	-6,5%
Material	(290.875)	(81.600)	(209.275)	256,5%
- Implementação de infraestrutura	(268.610)	(76.281)	(192.329)	252,1%
- O&M	(21.154)	(3.870)	(17.284)	446,6%
- Diversos	(1.111)	(1.449)	338	-23,3%
Serviços de terceiros	(17.931)	(20.542)	2.611	-12,7%
Outros	(6.761)	(4.548)	(2.213)	48,7%
Subtotal	(377.745)	(173.155)	(204.590)	118,2%
Depreciação e amortização	(7.888)	(4.628)	(3.260)	70,4%
Custos e despesas	(385.633)	(177.783)	(207.850)	116,9%



Comentário do Desempenho

Pessoal: A redução de 6,5% no 1T25 refere-se, basicamente, ao (i) complemento de provisão referente à participação nos lucros e bônus ocorrido no 1T24, (ii) posições de cargos em aberto, e (iii) aprimoramento da estrutura organizacional (iv) pelo efeito não recorrente relativo ao pagamento de verbas rescisórias no 1T24. Efeito compensado, parcialmente, pelo (i) reajuste salarial dos funcionários pelo acordo coletivo, (ii) aumento de quadro motivado pelas operacionalizações de novos ativos, e (iii) programa de meritocracia e promoções.

Material: O aumento de 256,5% no 1T25 refere-se, basicamente, (i) aos investimentos nos projetos Tangará, revitalizadora Saíra e Pitiguari, e (ii) ao aumento de O&M na concessão Novatrans. Efeito parcialmente compensado pela redução de investimentos no projeto Ananai e nos reforços da Novatrans e TSN.

Serviços de terceiros: A redução de 12,7% no 1T25 refere-se, basicamente, aos gastos não recorrentes com limpeza e conservação sucedidos no 1T24, mas ressarcidos via conta garantia à época. Esse efeito foi compensado, parcialmente, pelo aumento das despesas relacionadas ao licenciamento de softwares.

Outros: O aumento de 48,7% no 1T25 refere-se, basicamente, ao aumento de provisões de processos cíveis no período.

Depreciação e amortização: O aumento de 70,4% no 1T25 refere-se, basicamente, às operacionalizações de ativos ocorridos no período.

1.3 Resultado de equivalência patrimonial

	1T25	1T24	Var.	Var. %
ETAU	7.997	22.975	(14.978)	-65,2%
AIMORÉS	15.386	16.617	(1.231)	-7,4%
PARAGUAÇU	23.469	21.065	2.404	11,4%
IVAÍ	25.939	31.998	(6.059)	-18,9%
GRUPO TBE	97.326	64.573	32.753	50,7%
Total	170.117	157.228	12.889	8,2%

Resultado de equivalência patrimonial: O aumento de 8,2% no 1T25 refere-se, basicamente, pela (i) elevação dos índices macroeconômicos registrados nos períodos comparados (IGP-M 2,29% no 1T25 x 0,29% no 1T24 e IPCA 2% no 1T25 x 1,82% no 1T24); (ii) incentivo fiscal SUDAM na EATE; e, (iii) reposicionamento tarifário negativo sobre a receita de reforços da ERTE, no período comparativo. Efeito compensado pelo (i) ajuste nos impostos diferidos da ETAU em função da troca de regime tributário em 2024; (ii) ajuste extemporâneo em impostos diferidos na Ivaí; (iii) aumento da despesa financeira na TBE decorrente dos índices da dívida em CDI: 3,00% no 1T25 x 2,69% no 1T24 e IPCA: 2% no 1T25 x 1,82% no 1T24; (iv) variação monetária da dívida em Ivaí pelo aumento do IPCA e, (v) reversão de PV na Aimorés, no 1T24.

1.4 Resultado Financeiro

	1T25	1T24	Var.	Var. %
Rendimentos de aplicações financeiras	20.168	23.896	(3.728)	-15,6%
Outras receitas financeiras	1.602	2.260	(658)	-29,1%
Receitas financeiras	21.770	26.156	(4.386)	-16,8%
Juros incorridos	(219.868)	(198.102)	(21.766)	11,0%
Variação monetária	(136.538)	(119.698)	(16.840)	14,1%
Variação cambial	(5.316)	(4.336)	(980)	22,6%
Subtotal despesas financeiras	(361.722)	(322.136)	(39.586)	12,3%
Outras despesas financeiras - líquidas	(4.305)	(5.924)	1.619	-27,3%
Despesa financeira - arrendamento	(34)	(60)	26	-43,3%
Despesa financeira	(4.339)	(5.984)	1.645	-27,5%
Resultado financeiro	(344.291)	(301.964)	(42.327)	14,0%



Comentário do Desempenho

Rendimentos de aplicações financeiras: A redução de 15,6% no 1T25 refere-se, principalmente, pelo menor volume de caixa aplicado. Efeito parcialmente compensado pelo aumento do CDI (1T25: 2,94% x 1T24: 2,62%).

Outras receitas financeiras: A redução de 29,1% no 1T25 refere-se principalmente, por menores ganhos dos juros sobre depósitos judiciais.

Juros incorridos: O aumento de 11,0% no 1T25 refere-se, basicamente, (i) pelo acréscimo da dívida bruta pela captação através da 17ª emissão de debêntures no 1T25, (ii) aumento do CDI (1T25: 2,94% x 1T24: 2,62%) e, (iii) aumento do IPCA (1T25: 2% x 1T24: 1,82%). Efeito compensado pelas liquidações decorrentes do prazo de vencimento da 3ª e 4ª emissões de debêntures no 4T24 e 3T24, respectivamente.

Variações monetárias: O aumento de 14,1% no 1T25 refere-se, basicamente, (i) pelo acréscimo do saldo da dívida indexada ao IPCA (1T25: 2% x 1T24: 1,82%) e ao IGP-M (1T25: 2,29% x 1T24: 0,29%), (ii) pela captação da 17ª emissão de debêntures no 1T25 e, (iii) captação da 15ª emissão de debêntures no 2T24. Efeito compensado pelos impactos no saldo da dívida, no período comparativo, devido às (i) liquidações das 3ª e 4ª emissões de debêntures; (ii) amortização do principal da 5ª emissão de debêntures e, (iii) retração do IPCA em março de 2024 e deflação em agosto de 2024, reduzindo o saldo do principal da 10ª emissão de debêntures (2ª série).

Variações cambiais: O aumento de 22,6% no 1T25 refere-se, basicamente, à perda cambial relacionada às operações via Non-Deliverable Forward (NDF) na compra de equipamentos em moeda estrangeira na Juruá e Saíra.

Outras despesas financeiras, líquidas: A redução de 27,3% no 1T25 refere-se, basicamente, ao (i) ganho com juros SELIC sobre compensações de tributos e, (ii) redução de despesas bancárias. Efeito compensado pela variação monetária passiva das Parcelas de Ajustes - PAs e pela despesa com atualização de processos judiciais.

Arrendamento mercantil: A redução de 43,3% no 1T25 deve-se, ao término de contratos de arrendamentos.

1.5 Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro

	1T25	1T24	Var.	Var. %
IRPJ e CSLL correntes	(7.165)	(12.425)	5.260	-42,3%
IRPJ e CSLL diferidos	(50.760)	(19.840)	(30.920)	155,8%
	(57.925)	(32.265)	(25.660)	79,5%

Conciliação da taxa efetiva de IRPJ e CSLL – Lucro Real	1T25	1T24
Lucro antes dos impostos	423.086	406.965
Despesa de IRPJ e CSLL calculada à alíquota de 34%	(143.849)	(138.368)
Equivalência patrimonial	57.840	53.458
Incentivo fiscal - IRPJ - SUDAM/SUDENE	2.567	11.925
Incentivo fiscal - IRPJ - Patrocínios Audiovisuais	-	261
Empresas consolidadas - Lucro Presumido	(3.792)	40.396
Outros ¹	29.309	63
Despesa de IRPJ e CSLL	(57.925)	(32.265)
Alíquota efetiva	14%	8%

¹Refere-se basicamente, a ajustes extemporâneos do diferido sobre custos de transações e ágio.

Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro: O aumento de 79,5% no 1T25 refere-se, basicamente, pelo (i) aumento do lucro antes dos impostos em decorrência do incremento dos índices macroeconômicos, (ii) menor impacto do regime de lucro presumido motivado pelo prejuízo contábil da Ananaí em 2025 em função do licenciamento ambiental e, (iii) menor aproveitamento de benefício fiscal, no período. Efeito compensado parcialmente pela baixa de saldos diferidos originários da amortização fiscal de debêntures e ágio e por prejuízo fiscal apurado, no período.



Comentário do Desempenho

1.6 Relacionamento com o Auditor Independente

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes LTDA presta serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras para a Companhia e suas controladas desde abril de 2022. A Companhia contratou a Deloitte para prestação de serviços de auditoria independente por cinco anos consecutivos, reajustado pelo IPCA. O montante referente aos serviços de auditoria independente no exercício de 2025 foi de R\$1.976.

As políticas da Taesa na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos seus auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

CVM - B3

A Companhia está vinculada a arbitragem na Câmara de Arbitragem do mercado conforme cláusula compromissória constante do seu estatuto social.

Notas Explicativas

Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas

Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - TAESA

31 de março de 2025

Notas Explicativas

Balanco patrimonial em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Ativos					
<i>Ativos circulantes</i>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	209.741	750.976	100.356	607.653
Aplicações financeiras	6	592.879	-	439.638	-
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	7	271.873	233.326	212.695	182.205
Ativo de contrato de concessão	8	1.539.572	1.477.218	1.102.749	1.053.265
Impostos e contribuições sociais correntes	9	263.007	305.244	239.793	277.395
Dividendos a receber	13	106.368	106.368	177.642	135.836
Instrumentos financeiros derivativos	19	40.875	72.443	40.790	71.894
Outras contas a receber		95.667	77.082	54.687	29.140
Total dos ativos circulantes		3.119.982	3.022.657	2.368.350	2.357.388
<i>Ativos não circulantes</i>					
Títulos e valores mobiliários	6	5.265	5.740	-	-
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	7	31.944	31.945	27.670	27.670
Ativo de contrato de concessão	8	13.517.402	13.179.348	7.236.770	7.090.218
Instrumentos financeiros derivativos	19	3.761	6.911	2.320	2.940
Outras contas a receber		30.829	30.984	16.559	16.341
Depósitos judiciais	15	144.801	143.516	54.672	53.337
Investimentos	12	3.762.365	3.592.248	8.534.175	8.122.918
Direito de uso		840	1.094	840	1.083
Imobilizado		219.283	222.300	218.383	221.637
Intangível		193.768	194.350	193.748	194.335
Total dos ativos não circulantes		17.910.258	17.408.436	16.285.137	15.730.479
Total dos ativos		21.030.240	20.431.093	18.653.487	18.087.867

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.

Notas Explicativas



(Continua)

Balanco patrimonial em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Passivos					
<i>Passivos circulantes</i>					
Fornecedores		160.537	199.273	89.964	102.496
Empréstimos e financiamentos	14.1	405.383	443.953	400.156	438.654
Debêntures	14.2	594.027	1.038.150	573.146	1.015.624
Passivo de arrendamento		1.097	1.311	1.097	1.295
Impostos e contribuições sociais correntes	9	51.337	69.574	19.277	30.974
Taxas regulamentares		46.929	45.075	40.155	38.982
Dividendos e JCP a pagar	13	301.616	511.965	301.616	511.965
Outras contas a pagar		123.179	153.440	115.370	152.292
Total dos passivos circulantes		1.684.105	2.462.741	1.540.781	2.292.282
<i>Passivos não circulantes</i>					
Empréstimos e financiamentos	14.1	40.875	41.349	-	-
Debêntures	14.2	9.212.195	8.275.007	8.123.246	7.209.197
Instrumentos financeiros derivativos	19	108.451	95.129	108.451	95.129
Passivo de arrendamento		19	95	19	95
Impostos e contribuições sociais diferidos	10	1.454.491	1.407.194	872.811	847.242
Tributos diferidos	11	810.600	791.788	431.794	422.557
Provisão para contingências	15	177.487	170.404	57.128	54.760
Outras contas a pagar		244.075	247.882	221.315	227.101
Total dos passivos não circulantes		12.048.193	11.028.848	9.814.764	8.856.081
Total dos passivos		13.732.298	13.491.589	11.355.545	11.148.363
<i>Patrimônio líquido</i>					
Capital social		3.067.535	3.067.535	3.067.535	3.067.535
Custo com emissão de ações		(25.500)	(25.500)	(25.500)	(25.500)
Reserva de capital		598.736	598.736	598.736	598.736
Reserva de lucros		3.328.565	3.328.565	3.328.565	3.328.565
Outros resultados abrangentes		(36.555)	(29.832)	(36.555)	(29.832)
Resultado líquido do período		365.161	-	365.161	-
Total do patrimônio líquido	16	7.297.942	6.939.504	7.297.942	6.939.504
Total dos passivos e do patrimônio líquido		21.030.240	20.431.093	18.653.487	18.087.867

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.

Notas Explicativas



**Demonstração do resultado
para os períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o resultado por ação)**

	Nota expli- cativa	Consolidado		Controladora	
		31/03/2025	31/03/2024 (reapresentado)	31/03/2025	31/03/2024 (reapresentado)
Receita de implementação de infraestrutura, correção monetária do ativo de contrato de concessão, operação e manutenção e outras, líquidas		691.054	443.463	474.218	272.494
Remuneração do ativo contrato de concessão		291.839	286.021	198.422	179.994
Receita operacional líquida	21	982.893	729.484	672.640	452.488
<i>Custos operacionais</i>					
Pessoal		(22.973)	(26.312)	(18.462)	(20.944)
Material		(290.875)	(81.600)	(99.143)	(19.363)
Serviços de terceiros		(6.853)	(9.174)	(5.139)	(6.858)
Depreciação e amortização		(757)	(22)	(745)	(5)
Outros custos operacionais		(2.772)	(2.045)	(1.965)	(1.126)
	22	(324.230)	(119.153)	(125.454)	(48.296)
Lucro Bruto		658.663	610.331	547.186	404.192
<i>Despesas gerais e administrativas</i>					
Pessoal e administradores		(39.205)	(40.153)	(32.429)	(34.674)
Serviços de terceiros		(11.078)	(11.368)	(9.802)	(7.423)
Depreciação e amortização		(7.131)	(4.606)	(7.124)	(4.599)
Outras despesas operacionais		(3.989)	(2.503)	(2.493)	(2.165)
	22	(61.403)	(58.630)	(51.848)	(48.861)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, da equivalência patrimonial e dos impostos e contribuições		597.260	551.701	495.338	355.331
Resultado de equivalência patrimonial	12	170.117	157.228	211.063	315.930
Receitas financeiras		21.770	26.156	15.778	17.497
Despesas financeiras		(366.061)	(328.120)	(322.893)	(292.467)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	23	(344.291)	(301.964)	(307.115)	(274.970)
Resultado antes dos impostos e contribuições		423.086	406.965	399.286	396.291
Imposto de renda e contribuição social correntes		(7.165)	(12.425)	(5.092)	(8.927)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(50.760)	(19.840)	(29.033)	(12.664)
Imposto de renda e contribuição social	17	(57.925)	(32.265)	(34.125)	(21.591)
Resultado líquido do período		365.161	374.700	365.161	374.700
Resultado por ação					
Ação ordinária - básico e diluído (em R\$)	20	0,35333	0,36256	0,35333	0,36256
Ação preferencial - básico e diluído (em R\$)	20	0,35333	0,36256	0,35333	0,36256

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.



Notas Explicativas

Demonstração do resultado abrangente
para os períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota expli- cativa	Consolidado		Controladora	
		31/03/2025	31/03/2024 (reapresentado)	31/03/2025	31/03/2024 (reapresentado)
Resultado líquido do período		365.161	374.700	365.161	374.700
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos	19	(6.723)	3.544	(6.723)	3.544
Resultado abrangente do período		358.438	378.244	358.438	378.244

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.



Notas Explicativas

Demonstração da mutação do patrimônio líquido (controladora e consolidado)
para os períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social		Reserva de capital, Transações de capital	Reserva de lucros			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
		Capital social	Custos com emissões de ações		Legal	Incentivo fiscal	Reserva de lucros a realizar				
Saldos em 31 de dezembro de 2023		3.067.535	(25.500)	598.736	433.057	326.270	1.775.470	390.283	-	(42.591)	6.523.260
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros derivativos	19	-	-	-	-	-	-	-	-	3.544	3.544
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	374.700	-	374.700
Saldos em 31 de março de 2024 (reapresentado)		3.067.535	(25.500)	598.736	433.057	326.270	1.775.470	390.283	374.700	(39.047)	6.901.504
Saldos em 31 de dezembro de 2024		3.067.535	(25.500)	598.736	433.057	336.580	2.558.928	-	-	(29.832)	6.939.504
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros derivativos	19	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.723)	(6.723)
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	365.161	-	365.161
Saldos em 31 de março de 2025	16	3.067.535	(25.500)	598.736	433.057	336.580	2.558.928	-	365.161	(36.555)	7.297.942

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.

Notas Explicativas

**Demonstração do fluxo de caixa
para os períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota expli- cativa	Consolidado		Controladora	
		31/03/2025	31/03/2024 (reapresentado)	31/03/2025	31/03/2024 (reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado líquido do período		365.161	374.700	365.161	374.700
Ajustes para:					
Resultado de equivalência patrimonial	12	(170.117)	(157.228)	(211.063)	(315.930)
Depreciação e amortização	22	7.888	4.628	7.869	4.604
Provisão para contingências	15	1.146	28	450	28
Juros, variação cambial e ajuste ao valor justo sobre empréstimos e financiamentos	14 e 23	(25.471)	12.018	(26.614)	10.902
Juros e variação monetária sobre debêntures	14 e 23	340.425	303.281	303.658	271.047
Perda com instrumentos financeiros derivativos	19 e 23	46.768	6.837	43.835	6.837
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	7.165	12.425	5.092	8.927
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	50.760	19.840	29.033	12.664
Tributos diferidos	21	18.812	7.128	9.237	(1.460)
Custo de implementação de infraestrutura	22	268.610	76.281	77.880	14.685
Remuneração do ativo de contrato de concessão	8 e 21	(291.839)	(286.021)	(198.422)	(179.994)
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	8 e 21	(231.530)	(134.902)	(143.045)	(46.836)
Receita de implementação de infraestrutura	8 e 21	(267.999)	(119.098)	(133.897)	(21.035)
Receita de aplicação financeira		(4.576)	(281)	489	(159)
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais	15	(622)	(2.007)	(1.403)	(650)
Despesa de atualização monetária de contingências	15	4.551	2.585	2.071	937
(Provisão) reversão para parcela variável	7	(6.484)	14.122	(5.995)	567
Outros		37	60	37	58
		112.685	134.396	124.373	139.892
Variações nos ativos e passivos:					
Redução nos saldos do contas a receber de concessionárias e permissionárias e do ativo de contrato de concessão		356.113	378.385	252.048	250.788
Redução (aumento) no saldo de impostos e contribuições sociais ativos, líquido do passivo		21.148	(2.732)	20.812	(2.343)
(Aumento) no saldo de outros créditos		(18.601)	(92.822)	(25.701)	(13.175)
(Redução) no saldo de fornecedores		(307.298)	(136.332)	(90.412)	(74.159)
Aumento no saldo de taxas regulamentares		1.854	2.573	1.173	2.172
(Redução) aumento no saldo de outras contas a pagar		(30.457)	8.623	(40.077)	6.019
		22.759	157.695	117.843	169.302
Caixa gerado nas atividades operacionais		135.444	292.091	242.216	309.194
Imposto de renda e contribuição social pagos		(4.314)	(31.298)	-	(22.365)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		131.130	260.793	242.216	286.829
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
(Aumento) redução no saldo de títulos e valores mobiliários		(587.827)	18	(440.127)	-
Adições no imobilizado e intangível		(4.035)	(2.661)	(3.784)	(2.661)
Aumento de capital nas controladas	12	-	-	(242.000)	(270.000)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento		(591.862)	(2.643)	(685.911)	(272.661)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	14	(908)	(899)	-	(13)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	14	(12.665)	(13.041)	(11.884)	(12.104)
Emissão debêntures, líquido de custos de transação	14	621.198	-	621.198	-
Pagamento de debêntures - principal	14	(301.397)	(83.529)	(291.666)	(75.000)
Pagamento de debêntures - juros	14	(167.161)	(147.855)	(161.619)	(142.362)
Pagamento de passivo de arrendamento		(307)	(367)	(307)	(347)
Pagamento de dividendos e JCP	13	(210.349)	(228.001)	(210.349)	(228.001)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos	19	(8.914)	(10.478)	(8.975)	(10.478)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento		(80.503)	(484.170)	(63.602)	(468.305)
(Redução) no caixa e equivalentes de caixa		(541.235)	(226.020)	(507.297)	(454.137)
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	5	750.976	1.306.121	607.653	1.143.367
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	5	209.741	1.080.101	100.356	689.230
(Redução) no caixa e equivalentes de caixa		(541.235)	(226.020)	(507.297)	(454.137)

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.

Notas Explicativas



**Demonstração do valor adicionado
para os períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

		Consolidado		Controladora	
	Nota expli- cativa	31/03/2025	31/03/2024 (reapresentado)	31/03/2025	31/03/2024 (reapresentado)
Receitas					
Remuneração do ativo de contrato de concessão	8 e 21	291.839	287.158	198.422	179.878
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	8 e 21	231.530	134.902	143.045	46.836
Operação e manutenção	21	268.254	267.404	254.913	249.365
Implementação de infraestrutura	8 e 21	267.999	119.098	133.897	21.035
Parcela variável	21	(6.749)	(19.896)	(6.667)	(4.440)
Outras receitas	21	13.646	14.063	12.411	10.547
		1.066.519	802.729	736.021	503.221
Insumos adquiridos de terceiros					
(Incluem os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)					
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(308.806)	(102.142)	(114.084)	(33.644)
Despesas gerais, administrativas e outros		(4.390)	(1.965)	(2.646)	(1.155)
		(313.196)	(104.107)	(116.730)	(34.799)
Valor adicionado bruto		753.323	698.622	619.291	468.422
Depreciação e amortização	22	(7.888)	(4.628)	(7.869)	(4.603)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		745.435	693.994	611.422	463.819
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	12	170.117	157.228	211.063	315.930
Receitas financeiras	23	21.770	25.019	15.778	17.613
		191.887	182.247	226.841	333.543
Valor adicionado total a distribuir		937.322	876.241	838.263	797.362
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta	22	31.499	31.762	22.957	23.778
Benefícios	22	18.258	22.613	16.525	20.695
FGTS		2.868	2.770	2.652	2.583
		52.625	57.145	42.134	47.056
Impostos, taxas e contribuições					
Federais (incluem as taxas regulamentares da ANEEL)		151.124	114.115	106.300	81.342
Estaduais		1.117	934	649	767
Municipais		1.234	1.227	1.126	1.030
		153.475	116.276	108.075	83.139
Remuneração de capitais de terceiros					
Encargos de dívidas e variação monetária e cambial, líquidos	23	314.954	315.299	277.044	281.949
Instrumentos financeiros derivativos	23	46.768	6.837	43.835	6.837
Arrendamentos	23	34	60	34	58
Outros	23	4.305	5.924	1.980	3.623
		366.061	328.120	322.893	292.467
Remuneração de capitais próprios					
Resultado líquido do período	20	365.161	374.700	365.161	374.700
		365.161	374.700	365.161	374.700
Valor adicionado total distribuído		937.322	876.241	838.263	797.362

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 31 DE MARÇO DE 2025 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na Av. das Américas, 2.480, bloco 6, sala 201, Barra da Tijuca, cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, com o seguinte objeto social:

- Operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para implantação, operação e manutenção das linhas de transmissão pertencentes à rede básica do Sistema Interligado Nacional – SIN;
- Realizar outras atividades relacionadas ao setor de transmissão de energia elétrica, tais como: (a) estudos e atividades de planejamento e construção das instalações relativas ao projeto; (b) análises químicas de materiais e equipamentos; (c) serviços de engenharia básica e detalhada, processo de procura e compra, execução de construções, comissionamento, operação e manutenção de sistemas; (d) aluguel, empréstimo ou cessão onerosa de equipamentos, infraestrutura e instalações; e (e) suporte técnico;
- Praticar quaisquer outras atividades que permitam melhor utilização e valorização de redes, estruturas, recursos e competências agregados;
- Operar tanto no Brasil quanto no exterior, isoladamente ou em parceria com outras sociedades, participar de leilões e desenvolver qualquer outra atividade conexa, afim, complementar ou que seja, de qualquer forma, útil para obtenção do objeto social;
- Participar em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, que atuem no setor de transmissão de energia elétrica, na qualidade de sócia, acionista ou cotista; e
- Implementar projeto associado à concessão de serviço público que estiver explorando, notadamente a prestação de serviços de telecomunicações, transmissão de dados, operação e manutenção de instalações de outras concessionárias, além de serviços complementares ligados a atividades de engenharia, ensaios e pesquisa.

Controladores - Possuem controle compartilhado da Companhia, por meio de acordo de acionistas, a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e a ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Controladas, controladas em conjunto e coligadas

Controladas: SGT, MAR, JAN, BRAS, SJT, SPT, LNT, ANT, PTG, TNG e JUTR.

Controladas em conjunto: ETAU, Aimorés, Paraguaçu e Ivaí.

Coligadas: (a) com participação direta: EATE, ECTE, ENTE e ETEP; (b) com participação indireta: STC, ESDE, Lumitrans, ETSE e ESTE; e (c) com participação direta e indireta: EBTE, ERTE, EDTE, Transleste, Transirapé e Transudeste. As coligadas são denominadas, em conjunto, "Grupo TBE".

As empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas (aqui definidas como "Grupo Taesa" ou "Grupo" quando mencionadas em conjunto com a Companhia) são sociedades de capital fechado, não possuem ações negociadas em bolsas de valores e são domiciliadas no Brasil com sede nos seguintes Estados: Rio de Janeiro (SGT, MAR, JAN, ETAU, BRAS, SJT, SPT, LNT, ANT, PTG, TNG, Aimorés, Paraguaçu e JUTR), Santa Catarina (Lumitrans, STC e ECTE), São Paulo (Ivaí, ERTE, EBTE, ETEP, ETSE, EATE, ENTE, ESDE e ESTE), Minas Gerais (Transleste, Transudeste e Transirapé) e Bahia (EDTE).

A principal atividade das empresas em que a Companhia tem participação é a transmissão de energia elétrica. Elas são responsáveis pela implementação, operação e manutenção das instalações da rede básica do Sistema Interligado Nacional (SIN) durante um período de 30 anos.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Concessões do Grupo Taesa com participação direta ou indireta								
Concessão	Aquisição (*) Constituição (**)	Início	Participação	Localidade	Revisão tarifária periódica (RTP)		Km (a) (não auditado)	SE (b)
	Contrato de concessão	Término			Prazo (anos)	Próxima		
Taesa								
Transmissora Sudeste Nordeste S.A. ("TSN")	06/06/2006 (*) 097/2000	20/12/2000 20/12/2030	100%	BA e GO	5 (c)	01/07/2029	1.139	8
Novatrans Energia S.A. ("NVT")	06/06/2006 (*) 095/2000	20/12/2000 20/12/2030	100%	DF, GO, MA e TO	5 (c)	01/07/2029	1.278	6
Munirah Transmissora de Energia S.A. ("MUN")	06/06/2006 (*) 006/2004	18/02/2004 18/02/2034	100%	BA	5 (c)	01/07/2029	106	2
Goiânia Transmissora de Energia S.A. ("GTE")	30/11/2007 (*) 001/2002	21/01/2002 21/01/2032	100%	PB e PE	5 (c)	01/07/2029	52	3
Paraíso-Açu Transmissora de Energia S.A. ("PAT")	30/11/2007 (*) 087/2002	11/12/2002 11/12/2032	100%	RN	5 (c)	01/07/2029	164	5
Empresa de Transmissão de Energia do Oeste Ltda. ("ETEO")	30/05/2008 (*) 040/2000	12/05/2000 12/05/2030	100%	SP	5 (c)	01/07/2029	505	3
Sul Transmissora de Energia S.A. ("STE") (d)	30/11/2011 (*) 081/2002	19/12/2002 19/12/2032	100%	RJ	5 (c)	01/07/2029	390	5
ATE Transmissora de Energia S.A. ("ATE")	30/11/2011 (*) 003/2004	18/02/2004 18/02/2034	100%	PR e SP	5 (c)	01/07/2029	370	3
ATE II Transmissora de Energia S.A. ("ATE II")	30/11/2011 (*) 011/2005	15/03/2005 15/03/2035	100%	BA, PI e TO	5 (c)	01/07/2029	942	4
Nordeste Transmissora de Energia S.A. ("NTE")	30/11/2011 (*) 002/2002	21/01/2002 21/01/2032	100%	PB, PE e AL	5 (c)	01/07/2029	383	4
ATE III Transmissora de Energia S.A. ("ATE III")	30/11/2011 (*) 001/2006	27/04/2006 27/04/2036	100%	PA e TO	5	01/07/2029	454	4
Sant'Ana Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("SAN") (d)	11/01/2019 (**) 012/2019	22/03/2019 22/03/2049	100%	RS	5	01/07/2029	558	6
Saíra Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("SIT")	21/02/2022 (**) 005/2023	30/03/2023 30/03/2053	100%	SC e RS	5	01/07/2028	743	4
Miracema Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("MIR") (e)	26/04/2016 (**) 017/2016	27/06/2016 27/06/2046	100%	TO	5	01/07/2026	90	3
Controladas								
São Gotardo Transmissora de Energia S.A. ("SGT")	12/06/2012 (**) 024/2012	27/08/2012 27/08/2042	100%	MG	5	01/07/2028	n/a	1
Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("MAR")	18/12/2013 (**) 011/2014	02/05/2014 02/10/2046	100%	MG	5	01/07/2029	82	2
Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("JAN")	09/11/2016 (**) 015/2017	10/02/2017 10/02/2047	100%	MG e BA	5	01/07/2027	545	3
Brasnorte Transmissora de Energia S.A. ("BRAS")	07/12/2007 (**) 003/2008	17/03/2008 17/03/2038	100%	MT	5	01/07/2028	402	4
São João Transmissora de Energia S.A. ("SJT")	14/02/2020 (*) 008/2013	01/08/2013 01/08/2043	100%	PI	5	01/07/2029	413	2
São Pedro Transmissora de Energia S.A. ("SPT")	14/02/2020 (*) 015/2013	09/10/2013 09/10/2043	100%	BA e PI	5	01/07/2029	494	6
Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("LNT")	13/03/2020 (*) 030/2017	11/08/2017 11/08/2047	100%	RN	5	01/07/2028	28	2
Ananai Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("ANT")	12/05/2021 (**) 001/2022	31/03/2022 31/03/2052	100%	SP e PR	5	01/07/2027	363	4
Pitiquari Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("PTG")	21/02/2022 (**) 015/2022	30/09/2022 30/09/2052	100%	SC	5	01/07/2028	93	3
Tangará Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("TNG")	12/05/2021 (**) 003/2023	30/03/2023 30/03/2053	100%	MA e PR	5	01/07/2028	279	4
Juruá Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("JUTR") (f)	12/05/2021 (**) 20/2024	09/12/2024 09/12/2054	100%	SP	5	01/07/2030	n/a	1
Controladas em conjunto								
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. ("ETAU")	28/12/2007 (*) 082/2002	18/12/2002 18/12/2032	75,62%	RS e SC	5 (c)	01/07/2029	188	4
Interligação Elétrica Aimorés S.A. ("Aimorés") (g)	18/11/2016 (**) 004/2017	10/02/2017 06/04/2047	50%	MG	5	01/07/2027	208	2
Interligação Elétrica Paraguaçu S.A. ("Paraguaçu") (h)	18/11/2016 (**) 003/2017	10/02/2017 28/06/2047	50%	MG e BA	5	01/07/2027	338	2
Interligação Elétrica Ivaí S.A. ("Ivaí")	17/05/2017 (**) 022/2017	11/08/2017 11/08/2047	50%	PR	5	01/07/2028	600	5
Coligadas								
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ("EATE")	31/05/2013 (*) 042/2001	12/06/2001 12/06/2031	49,98%	PA e MA	5 (c)	01/07/2029	931	5
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. ("ETEP")	31/05/2013 (*) 043/2001	12/06/2001 12/06/2031	49,98%	PA	5 (c)	01/07/2029	329	2
Empresa Catarinense Transmissão de Energia S.A. ("ECTE")	31/05/2013 (*) 088/2000	01/11/2000 01/11/2030	19,09%	SC	5 (c)	01/07/2029	253	2
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. ("ENTE")	31/05/2013 (*) 085/2002	11/12/2002 11/12/2032	49,99%	PA e MA	5 (c)	01/07/2029	459	3
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. ("ERTE")	31/05/2013 (*) 083/2002	11/12/2002 11/12/2032	49,99%	PA	5 (c)	01/07/2029	155	3
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. ("STC")	31/05/2013 (*) 006/2006	27/04/2006 27/04/2036	39,99%	SC	5 (c)	01/07/2029	230	4
Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Lumitrans")	31/05/2013 (*) 007/2004	18/02/2004 18/02/2034	39,99%	SC	5 (c)	01/07/2029	40	2

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Concessões do Grupo Taesa com participação direta ou indireta									
Concessão	Aquisição (*) Constituição (**) Contrato de concessão	Início Término	Participação	Localidade	Revisão tarifária periódica (RTP)		Km (a) (não auditado)	SE (b)	
					Prazo (anos)	Próxima			
EBTE Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. ("EBTE") (i)	31/05/2013 (*) 011/2008	16/10/2008 16/10/2038	74,49%	MT	5	01/07/2029	949	8	
ESDE Empresa Santos Dumont de Energia S.A. ("ESDE")	31/05/2013 (*) 025/2009	19/11/2009 19/11/2039	49,98%	MG	5	01/07/2025	n/a	1	
ETSE Empresa de Transmissão Serrana S.A. ("ETSE")	31/05/2013 (*) 006/2012	10/05/2012 10/05/2042	19,09%	SC	5	01/07/2027	n/a	2	
Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. ("ESTE")	11/11/2016 (*) 19/2017	10/02/2017 10/02/2047	49,98%	MG e ES	5	01/07/2027	240	2	
Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A. ("EDTE")	26/03/2018 (*) 015/2016	01/12/2016 01/12/2046	49,99%	BA	5	01/07/2027	164	3	
Companhia Transleste de Transmissão S.A. ("Transleste")	17/10/2013 (*) 009/2004	18/02/2004 18/02/2034	54,00%	MG	5 (c)	01/07/2029	139	2	
Companhia Transsudeste de Transmissão S.A. ("Transsudeste") (j)	17/10/2013 (*) 005/2005	04/03/2005 04/03/2035	54,00%	MG	5 (c)	01/07/2029	162	3	
Companhia Transirapé de Transmissão S.A. ("Transirapé")	17/10/2013 (*) 012/2005	15/03/2005 15/03/2035	54,00%	MG	5 (c)	01/07/2029	61	2	
Total geral							15.319	113	

- (a) Quilômetros ("km") oriundos do leilão para as concessões em construção e oriundos do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST assinado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS para as concessões já em operação.
- (b) O valor total referente às subestações não corresponde a soma das subestações representadas na tabela, pois foram desconsideradas subestações repetidas.
- (c) A revisão tarifária refere-se apenas às receitas oriundas de processos de autorização (reforços e melhorias).
- (d) O contrato da concessão SAN possui uma doação de ativos para a concessão STE, sendo um seccionamento de 4 km de linha de transmissão. Após a finalização das obras, houve a adequação da quilometragem do contrato para a quilometragem construída, tanto para o referido seccionamento quanto para a linha de transmissão da concessão SAN.
- (e) Empresa incorporada em 30 de abril de 2024, conforme anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através da Resolução Autorizativa nº 15.017, de 12 de dezembro de 2023.
- (f) Concessão arrematada no Leilão 02/2024, conforme nota explicativa nº 25.
- (g) Foram acrescentados 55 dias ao final do prazo da concessão de 30 anos, conforme o Despacho nº 2.833/2024, formalizado por meio do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 04/2017.
- (h) Foram acrescentados 138 dias ao final do prazo da concessão de 30 anos, conforme o Despacho nº 2.563/2024, formalizado por meio do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 03/2017.
- (i) Trecho de 167 km de Linha de Transmissão de 230 kV Dardanelos - Juína recebidos por transferência não onerosa da Energética Águas da Pedra S.A. em 19 dezembro de 2024. (EBTE)
- (j) Realização do Seccionamento da Linha de Transmissão 345 kV Juiz de Fora - Itutinga para conexão da SE Santos Dumont 2, aumentando o número de Subestações da concessões e também da quantidade de km de Linha de Transmissão. Data de conclusão prevista para 30 de setembro de 2027.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As informações intermediárias individuais da controladora, identificadas como Controladora, e as informações intermediárias consolidadas, identificadas como consolidado, foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 21 (R3) – Demonstração Intermediária, e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB". A apresentação destas informações foi elaborada de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração do Formulário de Informações Intermediárias - ITR. A Companhia optou por apresentar essas informações intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As informações intermediárias consolidadas incluem as informações intermediárias da Taesa e de entidades controladas, detalhadas nas notas explicativas nº 1 e nº 12.

O controle é obtido quando a Companhia tem poder sobre a investida, está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar este poder para afetar seus retornos.

As empresas nas quais a Companhia mantém o controle conjunto ou possui influência significativa são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

As informações intermediárias individuais e consolidadas foram autorizadas pela Diretoria, pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho de Administração em 07 de maio de 2025.

2.2. Base de mensuração

As informações intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 19.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As informações intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em reais, moeda funcional da Companhia e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das informações intermediárias individuais e consolidadas o uso de estimativas e julgamentos é uniforme com aquele utilizado quando da preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024. Desta forma, essas informações intermediárias devem ser lidas em conjunto com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

2.5. Informações por segmento

O Grupo Taesa atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado junto ao ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

2.6. Sazonalidade

O Grupo Taesa não possui sazonalidade em suas operações.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

A Companhia declara que as práticas contábeis materiais, constantes nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024, permanecem válidas para estas Informações Trimestrais, as quais devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações.

3.1. Normas e interpretações novas e revisadas

Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025:

Norma	Descrição da alteração	Vigência	Impactos
Alterações à IAS 21	Falta de Conversibilidade: Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível, e como determinar a taxa de câmbio quando não for.	01/01/2027	A Companhia não espera impactos sobre as demonstrações financeiras do Grupo em função da referida norma.
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A Orientação Técnica OCPC 10, estabelece diretrizes contábeis para o tratamento de Créditos de Carbono, Permissões de Emissões (allowances) e Créditos de Descarbonização (CBIOs). Emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovada pela Resolução CVM nº 223/2024, a orientação visa disciplinar os métodos e interpretações contábeis aplicáveis ao reconhecimento e mensuração desses ativos e passivos, sem abordar questões tributárias ou jurídicas.	01/01/2026	A companhia está avaliando os impactos da referida norma.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Norma	Descrição da alteração	Vigência	Impactos
IFRS 7 (CPC 40)- Instrumentos Financeiros: Evidenciação.	A IFRS 7 (CPC 40) incluirá novas emendas que aprimoram a classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Essas emendas visam fornecer divulgações mais detalhadas sobre ativos financeiros com características vinculadas a ESG (Environmental, Social, and Governance) e sobre a liquidação de passivos financeiros por meio de pagamentos eletrônicos.	01/01/2026	A companhia está avaliando os impactos das mudanças na referida norma.
IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos Financeiros	A IFRS 9 (CPC 48) incluirá novas emendas que aprimoram a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Essas emendas visam fornecer maior clareza sobre a contabilização de instrumentos financeiros com características de sustentabilidade (ESG) e introduzem requisitos adicionais para a divulgação de riscos associados a esses instrumentos.	01/01/2026	A companhia está avaliando os impactos das mudanças na referida norma.
IFRS 18: Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras	A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras. A norma introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A IFRS 18 também exige que a companhia divulgue explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração.	01/01/2027	A Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18. A Companhia aguardará a orientação do CPC para a aplicação deste pronunciamento.
IFRS 19: Divulgações de Subsidiárias sem responsabilidade pública	A IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas IFRS nas suas demonstrações financeiras. Uma subsidiária é elegível para divulgações reduzidas se não tiver prestação de contas pública e se a sua controladora final ou intermediária produzir demonstrações financeiras consolidadas disponíveis para uso público que cumpram as Normas IFRS. A IFRS 19 é opcional para subsidiárias elegíveis e estabelece os requisitos de divulgação para subsidiárias que optem por aplicá-la.	01/01/2027	A Companhia não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras do Grupo em função da referida norma.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas da Companhia.

4. REAPRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS COMPARATIVAS

As informações financeiras comparativas estão sendo reapresentadas em virtude do ajuste da Receita Anual Permitida (RAP) de determinados projetos pela revisão tarifária periódica (Resolução Homologatória 3.343/2024), de acordo com as orientações do “CPC 23 / IAS 8”– Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro” como sequência da reapresentação realizada nas informações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2024 e 30 setembro de 2024 e demonstração financeira de 31 de dezembro de 2024. Os impactos estão sendo apresentados abaixo:

Demonstração do Resultado do exercício	Consolidado			Controladora		
	31/03/2024 (apresentado)	Impactos	31/03/2024 (reapresentado)	31/03/2024 (apresentado)	Impactos	31/03/2024 (reapresentado)
Receita de implementação de infraestrutura, correção monetária do ativo de contrato de concessão, operação e manutenção e outras, líquidas	442.992	471	443.463	272.946	(452)	272.494
Remuneração do ativo contratual de concessão	288.329	(2.308)	286.021	183.326	(3.332)	179.994
Receita Operacional Líquida	731.321	(1.837)	729.484	456.272	(3.784)	452.488
Custos operacionais	(119.153)	-	(119.153)	(48.296)	-	(48.296)
Resultado Bruto	612.168	(1.837)	610.331	407.976	(3.784)	404.192
Despesas operacionais	(58.630)	-	(58.630)	(48.861)	-	(48.861)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, da equivalência patrimonial e dos impostos e contribuições	553.538	(1.837)	551.701	359.115	(3.784)	355.331
Resultado de equivalência patrimonial	157.228	-	157.228	313.985	1.945	315.930
Resultado financeiro	(303.912)	1.948	(301.964)	(276.828)	1.858	(274.970)
Resultado antes dos impostos e contribuições	406.854	111	406.965	396.272	19	396.291
Impostos e contribuições	(32.827)	562	(32.265)	(22.245)	654	(21.591)
Resultado líquido do período	374.027	673	374.700	374.027	673	374.700
Resultado por ação						
Ação ordinária - básico e diluído (em R\$)	0,3619	0,0043	0,3662	0,3619	0,0043	0,3662
Ação preferencial - básico e diluído (em R\$)	0,3619	0,0043	0,3662	0,3619	0,0043	0,3662

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Demonstração do resultado abrangente	Consolidado			Controladora		
	31/03/2024 (apresentado)	Impactos	31/03/2024 (reapresentado)	31/03/2024 (apresentado)	Impactos	31/03/2024 (reapresentado)
Resultado do período	374.027	673	374.700	374.027	673	374.700
Outros resultados abrangentes	3.544	-	3.544	3.544	-	3.544
Resultado abrangente total do período	377.571	673	378.244	377.571	673	378.244

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido	Consolidado e controladora		
	31/03/2024 (apresentado)	Impactos	31/03/2024 (reapresentado)
Reserva de lucros	2.690.847	(156.050)	2.534.797
Resultado líquido do período	374.027	673	374.700
Outros itens não afetados	3.992.007	-	3.992.007
Total do Patrimônio Líquido	7.056.881	(155.377)	6.901.504

Fluxo de Caixa	Consolidado			Controladora		
	31/03/2024 (apresentado)	Impactos	31/03/2024 (reapresentado)	31/03/2024 (apresentado)	Impactos	31/03/2024 (reapresentado)
Resultado líquido do período	374.027	673	374.700	374.027	673	374.700
Ajustes para:						
Resultado de equivalência patrimonial	(157.228)	-	(157.228)	(313.985)	(1.945)	(315.930)
Remuneração do ativo de contrato de concessão	(288.329)	2.308	(286.021)	(183.326)	3.332	(179.994)
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	(134.481)	(421)	(134.902)	(47.385)	549	(46.836)
Impostos e contribuições diferido	20.402	(562)	19.840	13.318	(654)	12.664
Tributos diferidos	7.506	(378)	7.128	(1.008)	(452)	(1.460)
Outros itens não afetados	310.879	-	310.879	296.748	-	296.748
Variações nos ativos e passivos:						
Redução nos saldos do contas a receber de concessionárias e permiss�on�rias e do ativo de contrato de concessão	387.090	(8.705)	378.385	260.811	(10.023)	250.788
(Aumento) no saldo de outros créditos	(91.385)	(1.437)	(92.822)	(13.175)	-	(13.175)
Aumento (redução) no saldo de outras contas a pagar	102	8.521	8.623	(2.502)	8.521	6.019
Outros itens não afetados	(167.789)	-	(167.789)	(96.695)	-	(96.695)
Fluxo de caixa operacional	260.793	-	260.793	286.829	-	286.829
Fluxo de caixa de investimento	(2.643)	-	(2.643)	(272.661)	-	(272.661)
Fluxo de caixa de financiamento	(484.170)	-	(484.170)	(468.305)	-	(468.305)
(Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(226.020)	-	(226.020)	(454.137)	-	(454.137)

Demonstr��o do Valor Adicionado	Consolidado			Controladora		
	31/03/2024 (apresentado)	Impactos	31/03/2024 (reapresentado)	31/03/2024 (apresentado)	Impactos	31/03/2024 (reapresentado)
Receitas	803.807	(1.078)	802.729	507.573	(4.352)	503.221
�sumos adquiridos de terceiros	(104.107)	-	(104.107)	(34.799)	-	(34.799)
Valor adicionado bruto	699.700	(1.078)	698.622	472.774	(4.352)	468.422
Depreciação e amortização	(4.628)	-	(4.628)	(4.603)	-	(4.603)
Valor adicionado líquido produzido	695.072	(1.078)	693.994	468.171	(4.352)	463.819
Valor recebido em transferência	182.247	-	182.247	331.598	1.945	333.543
Resultado de equivalência patrimonial	157.228	-	157.228	313.985	1.945	315.930
Outros não afetados	25.019	-	25.019	17.613	-	17.613
Valor adicionado total a distribuir	877.319	(1.078)	876.241	799.769	(2.407)	797.362
Pessoal	57.145	-	57.145	47.056	-	47.056
Impostos	117.216	(940)	116.276	84.245	(1.106)	83.139
Remuneração de capitais de terceiros	328.931	(811)	328.120	294.441	(1.974)	292.467
Remuneração de capitais próprios	374.027	673	374.700	374.027	673	374.700
Distribuição do valor adicionado	877.319	(1.078)	876.241	799.769	(2.407)	797.362

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	1.073	9.629	701	5.418
Aplicações financeiras	208.668	741.347	99.655	602.235
	209.741	750.976	100.356	607.653

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2025**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Taxa de rentabilidade anual acumulada das aplicações financeiras	Consolidado		Controladora	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
CDB e Operações Compromissadas	98,57% do CDI	100,34% do CDI	97,80% do CDI	100,37% do CDI

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Fundo de investimentos e depósitos vinculados	Consolidado		Controladora	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Fundo BNB conta reserva FI ¹	5.265	5.740	-	-
Fundo Investimentos Santander Aliança ²	296.120	-	193.314	-
Fundo Investimento BB Barra ³	296.759	-	246.324	-
	598.144	5.740	439.638	-
Ativo circulante	592.879	-	439.638	-
Ativo não circulante	5.265	5.740	-	-

¹Fundo BNB conta reserva FI - Fundo não exclusivo, sob administração e gestão do Banco BNB, que tem como característica aplicar em títulos de emissão do Tesouro Nacional com características de renda fixa e o objetivo de buscar acompanhar as oscilações da taxa de juros, com exposição ao risco de crédito. Fundo constituído para atender às cláusulas restritivas do contrato de financiamento com o BNB.

²Fundo Santander Aliança - Fundo restrito mantido junto ao Banco Santander que tem como característica aplicar em títulos com características de renda fixa e o objetivo de buscar acompanhar as oscilações da taxa de juros.

³Fundo BB Barra - Fundo restrito mantido junto ao Banco do Brasil que tem como característica aplicar em títulos com características de renda fixa e o objetivo de buscar acompanhar as oscilações da taxa de juros.

Remuneração média	Consolidado		Controladora	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Fundo BNB conta reserva FI	94,31% do CDI	91,67% do CDI	-	-
Fundo Investimentos Santander Aliança	100,26% do CDI	-	100,26% do CDI	-
Fundo Investimento BB Barra	105,01% do CDI	-	105,01% do CDI	-

7. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Concessionárias e permissionárias	361.428	329.366	290.090	265.595
Parcela variável ¹	(13.724)	(20.208)	(13.469)	(19.464)
Perdas de crédito esperadas (PCE) ²	(43.887)	(43.887)	(36.256)	(36.256)
	303.817	265.271	240.365	209.875
Circulante	271.873	233.326	212.695	182.205
Não circulante ³	31.944	31.945	27.670	27.670

¹ Parcela variável em aberto ou em discussão (provisão) com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, decorrente dos desligamentos automáticos e programados, ocorridos no período findo em 31 de março de 2025 e períodos anteriores, que devido aos limites de desconto, estabelecidos pelo regulamento da ANEEL, será deduzida dos próximos recebimentos. ² O saldo se refere à identificação de risco na base de clientes e foi realizada conforme as melhores informações e expectativas da Administração. ³ O saldo refere-se aos valores contestados por usuários acerca (i) de cobranças dos montantes determinados pelo ONS e (ii) de Avisos de Crédito - AVC complementares de rescisão de Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, os quais estão em discussão nas esferas administrativa e judicial.

Movimentação da parcela variável	31/12/2024	Adição	Descontos	31/03/2025
Consolidado	(20.208)	(6.749)	13.233	(13.724)
Controladora	(19.464)	(6.666)	12.661	(13.469)

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Saldo de clientes por vencimento	Valores Correntes					31/03/2025	31/12/2024
	Corrente a Vencer	Corrente Vencida					
		Até 60 dias	Até 90 dias	de 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias		
Consolidado	226.638	8.850	21.660	34.447	69.833	361.428	329.366
Controladora	179.921	7.347	16.682	26.861	59.279	290.090	265.595

Os critérios de avaliação para contabilização das perdas de crédito esperadas estão descritos na nota explicativa nº 19.7.

- Principais características dos contratos de concessão – Encontram-se nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024. Não houve alteração para esta demonstração intermediária.
- Estrutura de formação da RAP – As concessões das linhas de transmissão de energia em operação são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão - DIT, não estando vinculadas à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL.

A tabela abaixo detalha os valores das RAPs ativas, exceto para os projetos principais em construção.

Concessão	Ciclo 2024-2025			Ciclo 2023-2024			Ciclo 2022-2023		
	Resolução 3.348 de 16/07/2024			Resolução 3.216 de 04/07/2023			Resolução 3.067 de 12/07/2022		
	Período: de 01/07/2024 a 30/06/2025			Período: de 01/07/2023 a 30/06/2024			Período: de 01/07/2022 a 30/06/2023		
	RAP	PA ¹	Total	RAP	PA ¹	Total	RAP	PA ¹	Total
TSN	478.336	(27.060)	451.276	484.062	(485)	483.577	506.697	(5.618)	501.079
GTE	8.538	(366)	8.172	8.519	(185)	8.334	8.918	(268)	8.650
MUN	31.502	(1.329)	30.173	31.609	(486)	31.123	33.087	(1.032)	32.055
PAT	26.099	(2.005)	24.094	26.371	1.467	27.838	26.748	(679)	26.069
ETEO	152.272	(5.906)	146.366	152.742	(3.218)	149.524	159.885	(4.997)	154.888
NVT	471.472	(59.659)	411.813	511.481	(11.548)	499.933	535.401	(16.732)	518.669
STE	74.111	(3.884)	70.227	73.623	(1.307)	72.316	77.165	(1.775)	75.390
NTE	132.964	(5.961)	127.003	133.625	(2.288)	131.337	139.874	(3.545)	136.329
ATE	128.801	(5.629)	123.172	129.218	(3.910)	125.308	135.261	(3.473)	131.788
ATE II	201.746	(9.124)	192.622	202.320	(5.546)	196.774	211.782	(10.559)	201.223
ATE III ²	98.504	(4.993)	93.511	95.267	(4.375)	90.892	159.396	(5.414)	153.982
SAN ²	88.347	1.148	89.495	80.850	(2.677)	78.173	77.266	(339)	76.927
SIT ^{2 3}	182.047	(8.275)	173.772	164.217	20.898	185.115	157.999	-	157.999
SGT ²	7.496	11	7.507	7.195	(2)	7.193	6.923	(4)	6.919
BRAS ²	40.128	(272)	39.856	37.003	(778)	36.225	35.602	(1.054)	34.548
MAR ²	22.725	(313)	22.412	21.399	(721)	20.678	20.588	(738)	19.850
MIR ²	98.983	(4.385)	94.598	95.369	(1.927)	93.442	91.758	(3.291)	88.467
SPT ²	78.504	(739)	77.765	69.826	(2.357)	67.469	67.181	(1.748)	65.433
SJT ²	66.969	(2.845)	64.124	64.907	(1.454)	63.453	62.449	(915)	61.534
LNT ²	16.813	(1.415)	15.398	16.741	(648)	16.093	16.107	(596)	15.511
JAN ²	278.245	(11.023)	267.222	267.733	(8.983)	258.750	257.594	(7.359)	250.235
ANT ^{2 4}	162.496	-	162.496	156.357	-	156.357	150.437	-	150.437
TNG ^{2 4}	102.789	-	102.789	98.447	-	98.447	94.715	-	94.715
PTG ^{2 4}	22.201	-	22.201	21.362	-	21.362	19.473	-	19.473
JUTR ⁵	18.408	-	18.408	-	-	-	-	-	-
	2.990.496	(154.024)	2.836.472	2.950.243	(30.530)	2.919.713	3.052.306	(70.136)	2.982.170

¹Parcela de Ajuste. ²Concessão de categoria III, apresentada com adição do PIS/COFINS para os três ciclos. ³Empreendimento em operação comercial, com projeto de revitalização em andamento. RAP ativa de R\$130.528 no ciclo 2024-2025. ⁴Projeto principal em construção. ⁵Valores definidos no edital do leilão 002/2024 – ANEEL, conforme nota explicativa nº 25.

A Resolução Homologatória nº 3.348/2024 estabeleceu as RAPs das transmissoras para o ciclo 2024-2025 e as Parcela de Ajuste de Vida Útil (PA VU) e Parcela de Ajuste de Retroatividade (PA RETRO).

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2025****(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

A PA VU é calculada quando a Transmissora possui ativo cuja vida útil termina até a sua próxima Revisão Periódica. Cada módulo nessa condição deixa de auferir o Custo Anual dos Ativos Elétricos-CAAE e o Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis-CAIMI como parte da RAP, passando a receber esses componentes como Parcela de Ajuste de Vida Útil.

Conforme estabelecido nas Regras da Transmissão, a receita revisada de reforços autorizados retroagirá à data entrada em operação comercial da obra, sendo que a eventual diferença decorrente da revisão do valor será considerada na RAP da Transmissora através da PA RETRO. Essa parcela deve ser debitada ou creditada anualmente a partir de julho de 2024 até a próxima revisão tarifária da Concessionária.

A PAR RETRO é utilizada para corrigir eventuais diferenças entre as receitas provisória e blindada desde o início da operação comercial até a data da revisão tarifária de projetos de reforços.

Concessão	PA VU			Total Anual	PA RETRO			Total Anual
	3 ciclos	4 ciclos	5 ciclos		2 ciclos	4 ciclos	5 ciclos	
TSN	-	-	-	-	-	-	(5.621)	(5.621)
ETEO	-	78	27	105	-	-	124	124
NVT	262	-	-	262	-	-	(35.396)	(35.396)
STE	-	-	-	-	-	-	6	6
NTE	-	-	-	-	-	-	(166)	(166)
ATE	-	-	-	-	-	-	14	14
ATE II	-	-	-	-	-	-	118	118
ATE III ¹	-	179	100	279	-	-	(292)	(292)
BRAS ¹	-	-	-	-	-	(340)	-	(340)
MAR ¹	-	-	-	-	-	-	640	640
MIR ¹	-	-	-	-	301	-	-	301
SPT ¹	-	-	-	-	-	-	3.349	3.349
	262	257	127	646	301	(340)	(37.224)	(37.263)

¹Concessão de categoria III, apresentada com adição do PIS/COFINS.

8. ATIVO DE CONTRATO DE CONCESSÃO

Mutação do ativo de contrato de concessão							
Concessão	31/12/2024	Adição (baixa)	Contrato oneroso	Remuneração	Correção monetária	Recebimentos	31/03/2025
TSN	805.803	8.888	-	17.867	11.018	(28.200)	815.376
MUN	62.541	189	-	1.477	922	(1.837)	63.292
GTE	27.917	4	-	732	545	(1.243)	27.955
PAT	118.984	4	-	2.250	2.157	(4.124)	119.271
ETEO	366.860	12	-	9.085	7.142	(19.801)	363.298
NVT	1.572.803	26.165	-	50.712	25.389	(73.022)	1.602.047
NTE	376.852	(114)	-	13.167	7.224	(18.360)	378.769
STE	313.927	1	-	7.829	6.191	(12.627)	315.321
ATE	608.624	5.623	-	13.528	11.584	(20.794)	618.565
ATE II	814.565	37	-	16.464	15.565	(24.797)	821.834
ATE III	450.491	4.029	-	7.237	7.122	(11.533)	457.346
SAN	806.662	-	-	18.250	15.535	(18.763)	821.684
SIT ¹	1.091.874	89.059	(2.785)	23.562	18.674	(22.883)	1.197.501
MIR	725.580	-	-	16.262	13.977	(18.559)	737.260
Total Controladora	8.143.483	133.897	(2.785)	198.422	143.045	(276.543)	8.339.519
Circulante	1.053.265						1.102.749
Não circulante	7.090.218						7.236.770
MAR	274.711	-	-	3.905	5.112	(5.185)	278.543
SGT	75.021	-	-	973	1.425	(1.567)	75.852
JAN	2.412.531	-	-	56.415	46.330	(62.944)	2.452.332
BRAS	248.927	-	-	6.701	4.545	(8.341)	251.832
SJT	680.455	-	-	10.320	12.581	(14.300)	689.056
SPT	717.104	4.463	-	11.612	13.030	(15.362)	730.847
LNT	146.311	-	-	3.233	2.829	(3.661)	148.712
ANT ²	1.290.742	(73.349)	-	-	-	-	1.217.393
PTG	246.617	14.818	-	258	2.633	(272)	264.054
TNG	420.564	187.258	-	-	-	-	607.822

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Mutação do ativo de contrato de concessão							
Concessão	31/12/2024	Adição (baixa)	Contrato oneroso	Remuneração	Correção monetária	Recebimentos	31/03/2025
JUTR	100	912	-	-	-	-	1.012
Total Consolidado	14.656.566	267.999	(2.785)	291.839	231.530	(388.175)	15.056.974
Circulante	1.477.218						1.539.572
Não circulante	13.179.348						13.517.402

¹Parte dos ativos da concessão Saira estão em operação e parte trata-se de revitalização. A parcela onerosa está concentrada na revitalização, porém a concessão, analisada como um todo, não representa um contrato oneroso. ²Revisão na margem de construção devido aos impactos do licenciamento ambiental no projeto e subsequente revisão da curva de CAPEX do projeto.

Mutação do ativo de contrato de concessão								
Concessão	31/12/2023	Adição	Contrato oneroso	Incorporação	Remuneração	Correção monetária	Recebimentos	31/12/2024
TSN	752.475	75.755	-	-	72.165	20.485	(115.077)	805.803
MUN	60.542	1.184	-	-	5.780	2.396	(7.361)	62.541
GTE	28.730	(173)	-	-	2.932	1.408	(4.980)	27.917
PAT	120.387	(357)	-	-	8.960	6.465	(16.471)	118.984
ETEO	389.995	(37)	-	-	37.341	18.877	(79.316)	366.860
NVT	1.385.844	223.929	-	-	194.610	47.334	(278.914)	1.572.803
NTE	381.180	(105)	-	-	52.339	17.090	(73.652)	376.852
STE	314.480	4	-	-	30.944	18.860	(50.361)	313.927
ATE	591.832	16.706	-	-	53.408	29.979	(83.301)	608.624
ATE II	806.946	(196)	-	-	64.550	42.630	(99.365)	814.565
ATE III	448.536	4.480	-	-	29.165	13.873	(45.563)	450.491
SAN	770.884	-	-	-	70.893	38.208	(73.323)	806.662
SIT ¹	978.713	70.512	(2.122)	-	91.663	42.911	(89.803)	1.091.874
MIR ²	-	-	-	714.254	42.886	17.548	(49.108)	725.580
Total Controladora	7.030.544	391.702	(2.122)	714.254	757.636	318.064	(1.066.595)	8.143.483
Circulante	1.034.816							1.053.265
Não circulante	5.995.728							7.090.218
MAR	262.405	-	-	-	15.186	17.223	(20.103)	274.711
SGT	73.758	-	-	-	3.864	3.542	(6.143)	75.021
MIR ²	703.574	-	-	(714.254)	21.092	13.440	(23.852)	-
JAN	2.331.307	-	-	-	221.342	106.903	(247.021)	2.412.531
BRAS	233.296	-	-	-	25.837	21.756	(31.962)	248.927
SJT	670.609	-	-	-	40.941	25.050	(56.145)	680.455
SPT	689.767	8.544	-	-	45.792	33.175	(60.172)	717.106
LNT	146.259	-	-	-	12.941	1.719	(14.609)	146.310
ANT	898.941	391.801	-	-	-	-	-	1.290.742
PTG	41.212	205.404	-	-	-	-	-	246.616
TNG	108.424	312.140	-	-	-	-	-	420.564
JUTR	-	100	-	-	-	-	-	100
Total Consolidado	13.190.096	1.309.691	(2.122)	-	1.144.631	540.872	(1.526.602)	14.656.566
Circulante	1.502.996							1.477.218
Não circulante	11.687.100							13.179.348

¹ Parte dos ativos da concessão Saira estão em operação e parte trata-se de revitalização. A parcela onerosa está concentrada na revitalização, porém a concessão, analisada como um todo, não representa um contrato oneroso. ² Incorporação da controlada MIR, em 30 de abril de 2024.

As principais adições estão relacionadas a aquisição, aos reforços e às novas construções de subestações e linhas de transmissão:

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2025**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Concessão	Descrição	Ato Legislativo	RAP	Custo de implementação o da infraestrutura estimado (Capex ANEEL)	Previsão de conclusão	REIDI (i)
Aquisição e novas Construções						
TNG Encruzo Novo – Santa Luzia III Açailândia – Dom Eliseu II Secc. da LT 500 kV – LT Açailândia – Miranda II na SE Santa Luzia III SE 500/230/69 kV – Açailândia SE 500/230/138 kV – Santa Luzia III SE 230/69 kV – Dom Eliseu II SE Encruzo Novo – Compensador Síncrono, Banco de Capacitor “Shunt” e Banco de Reatores de Barra	Suprimento às regiões de Açailândia, Buriticupu, Vitorino Freire (MA), Dom Eliseu (PA) e a região Noroeste do estado do Maranhão.	Contrato de Concessão ANEEL 003/2023	R\$102.789 (iv)	R\$1.117.077	Março de 2028	ADE da RFB nº 192/2023 (ii)
SIT Instalações de Garabi I e II – Revitalização do Sistema de Comando, Controle e de Teleproteção das Conversoras Operação das Instalações Garabi I e II e Linhas de Transmissão	Continuidade da prestação do serviço público de transmissão pela vida útil remanescente da interligação internacional com a Argentina	Contrato de Concessão ANEEL 005/2023	R\$182.047 (iv)	R\$1.175.720 (iii)	Março de 2028	ADE da RFB nº 537/ 2024 (ii)
PTG Abdon Batista – Barra Grande Abdon Batista – Videira	Implantação de linhas de transmissão e ampliação das subestações associadas	Contrato de Concessão ANEEL 015/2022	R\$22.201 (iv)	R\$243.153	Março de 2027 (v)	ADE da RFB nº 10/2023 (ii)
ANT Ponta Grossa – Assis Bateias – Curitiba Leste	Implantação de linhas de transmissão e ampliação das subestações associadas	Contrato Concessão ANEEL 001/2022	R\$162.496 (iv)	R\$1.750.054	Março de 2027	ADE da RFB nº 102/2022 (ii)
JUT SE 440/138 kV Estância Secc. da LT 440 kV Bauru - Salto na SE Estância	Impantação da subestação para atendimento à região de Jaú.	Contrato Concessão ANEEL 020/2024	R\$17.760 (iv)	R\$244.013	Junho de 2028	-
Reforços						
TSN Bom Jesus da Lapa II	Reforço do 3ºATR de Bom Jesus da Lapa II	Resolução Autorizativa ANEEL nº 13.194/2022 ⁶	R\$10.563	R\$70.761	Final de 2025	ADE da RFB nº 143 /2022 (ii)
NVT SE Imperatriz e SE Colinas	Substituição do Banco de Capacitores na subestação Imperatriz e substituição do Banco de Capacitores na subestação Colinas	Resolução Autorizativa ANEEL nº 12.823/2022	R\$28.069	R\$189.298	Energização concluída em Fevereiro de 2025	ADE da RFB nº 59/2023 (ii)
NVT SE Colinas	Substituição do Banco de Capacitores na subestação Colinas	Resolução Autorizativa ANEEL nº 12.850/2022	R\$10.843	R\$73.265	Energização concluída em Dezembro de 2024	ADE da RFB nº 60/2023 (ii)
SPT Secc. da LT 230 kV – Rio Grande II – Barreiras II na SE Barreiras	Instalação de seccionamento e módulos na subestação Barreiras	Resolução Autorizativa ANEEL nº 15.027/2024	R\$6.106 (iv)	R\$40.889	Novembro de 2025	ADE da RFB nº 837/2023 (ii)
ATE SE Assis	Instalação de Banco de Autotransformador	Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.819/2023	R\$17.452	R\$119.363	Fevereiro de 2026	ADE da RFB nº 376/2024 (ii)
SPT SE Rio Grande II	Instalação de Autotransformador	Despacho ANEEL nº 677/2024	R\$4.989 (iv)	R\$34.641	Setembro de 2026	ADE da RFB nº 837/2023 (ii)
ATE III SE Itacaúnas	Instalação de Banco de Reatores	Resolução Autorizativa ANEEL nº 15.196/2024	R\$6.362 (iv)	R\$41.800	Março de 2026	ADE da RFB nº1398/ 2024 (ii)

(i) Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura. (ii) Ato Declaratório Executivo da Receita Federal do Brasil.
(iii) Inclui a indenização paga à antiga concessionária e o investimento na revitalização. (iv) Concessão de categoria III, apresentada com

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2025**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

adição do PIS/COFINS. (v) Em janeiro de 2025 o empreendimento entrou parcialmente em operação conforme descrito na nota explicativa nº 25.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
IRPJ e CSLL antecipados e a compensar / IRRF sobre aplicações financeiras ¹	232.246	273.783	211.249	248.097
PIS e COFINS a compensar	703	703	628	628
Impostos e contribuições retidos	23.675	24.373	22.204	22.958
Outros	6.383	6.385	5.712	5.712
Ativo circulante	263.007	305.244	239.793	277.395
IRPJ e CSLL correntes	2.823	6.615	-	-
PIS e COFINS	11.952	25.584	8.998	22.783
INSS e FGTS	5.063	2.881	3.835	1.582
ICMS	21.323	26.928	-	2.489
ISS	4.970	4.756	2.645	2.505
IRRF	89	2.700	-	1.542
Outros	5.117	110	3.799	73
Passivo circulante	51.337	69.574	19.277	30.974

¹O valor registrado no Ativo referente a Impostos a Recuperar está sendo gradualmente utilizado para compensação de débitos fiscais e processamento de pedidos de restituição. A empresa continua monitorando o progresso da recuperação, assegurando o direito à restituição no curto prazo, conforme estabelecido no art. 24 da Lei nº 11.457/2007.

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

Os créditos fiscais incidentes sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, que serão compensados na apuração da carga tributária futura, foram reconhecidos com base no histórico de rentabilidade e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios. Os créditos fiscais referentes ao aproveitamento econômico do ágio de incorporação foram contabilizados de acordo a Resolução CVM nº 78/22 e, conforme determinações da ANEEL, são amortizados pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo das concessões da Companhia e suas controladas.

Consolidado	31/03/2025			31/12/2024		
	Ativo	Passivo	Efeito líquido ativo (passivo)	Ativo	Passivo	Efeito líquido ativo (passivo)
TAESA (Controladora)	514.898	(1.387.709)	(872.811)	526.348	(1.373.590)	(847.242)
JAN	56.699	(506.506)	(449.807)	59.487	(492.616)	(433.129)
BRAS	-	(7.721)	(7.721)	-	(7.630)	(7.630)
SGT	-	(2.336)	(2.336)	-	(2.311)	(2.311)
MAR	-	(8.666)	(8.666)	-	(8.551)	(8.551)
SPT	-	(22.965)	(22.965)	-	(22.559)	(22.559)
SJT	-	(21.223)	(21.223)	-	(20.958)	(20.958)
LNT	-	(4.580)	(4.580)	-	(4.506)	(4.506)
ANT	-	(37.496)	(37.496)	-	(39.755)	(39.755)
PTG	-	(8.133)	(8.133)	-	(7.596)	(7.596)
TNG	-	(18.722)	(18.722)	-	(12.953)	(12.953)
JUTR	-	(31)	(31)	-	(3)	(3)
	571.597	(2.026.088)	(1.454.491)	585.835	(1.993.029)	(1.407.194)

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Crédito fiscal incorporado - ágio ¹	205.164	203.644	205.164	203.644
Diferenças temporárias ²	170.537	199.418	157.967	186.850
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	195.896	182.773	151.767	135.854
Ativo não circulante	571.597	585.835	514.898	526.348
Diferenças temporárias ²	(2.026.088)	(1.993.029)	(1.387.709)	(1.373.590)
Passivo não circulante	(2.026.088)	(1.993.029)	(1.387.709)	(1.373.590)
Saldo líquido	(1.454.491)	(1.407.194)	(872.811)	(847.242)

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2025**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

¹Proveniente da incorporação da parcela cindida da Transmissora Atlântico de Energia S.A. no exercício de 2009 e da incorporação da Transmissora Alterosa de Energia S.A. no exercício de 2010. ²As diferenças temporárias contemplam os saldos das empresas optantes pelo lucro real e são compostas da seguinte forma:

	Base de cálculo	IRPJ e CSLL	
	31/03/2025	31/03/2025	31/12/2024
<u>Consolidado</u>			
Rateio de antecipação e parcela de ajuste	268.803	91.393	96.360
Provisão para participação nos lucros	11.156	3.793	12.497
Provisão para fornecedores	53.748	18.274	21.458
Provisão para parcela variável	13.620	4.631	6.669
Provisão para contingências	62.440	21.230	20.425
Perdas de crédito esperadas	40.742	13.852	13.851
Ajuste ao valor de mercado – dívida	10.048	3.416	4.065
Variação cambial - regime de caixa	41.020	13.948	24.093
Total do ativo		170.537	199.418
Instrumentos Financeiros - derivativos	(80.470)	(27.360)	(38.920)
Custo de Transação	-	-	(24.683)
Rateio de antecipação e parcela de ajuste	(4.093)	(1.391)	-
Hedge de fluxo de caixa	55.386	18.831	15.368
Pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de contrato com cliente	(5.929.906)	(2.016.168)	(1.944.794)
Total do passivo		(2.026.088)	(1.993.029)
<u>Controladora</u>			
Rateio de antecipação e parcela de ajuste	260.165	88.456	93.423
Provisão para participação nos lucros	10.571	3.594	12.298
Provisão para fornecedores	35.955	12.225	15.408
Provisão para parcela variável	13.468	4.579	6.618
Provisão para contingências	57.128	19.423	18.618
Provisão para perdas de crédito estimada	36.256	12.327	12.327
Ajuste ao valor de mercado – dívida	10.048	3.416	4.065
Variação cambial - regime de caixa	41.020	13.947	24.093
Total do ativo		157.967	186.850
Instrumentos Financeiros - derivativos	(80.470)	(27.360)	(38.920)
Custo de Transação	-	-	(23.291)
Hedge de fluxo de caixa	55.386	18.831	15.368
Pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de contrato com cliente	(4.056.413)	(1.379.180)	(1.326.747)
Total do passivo		(1.387.709)	(1.373.590)

A seguir a expectativa da Companhia para realização dos ativos diferidos:

	Crédito fiscal incorporado – ágio	Diferenças temporárias		Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL		Total	
	Controladora e Consolidado	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
2025	14.824	112.378	101.947	1.467	-	128.669	116.771
2026	22.081	37.134	35.598	8.855	-	68.070	57.679
2027	23.972	7.077	6.474	11.179	1.996	42.228	32.442
2028 - 2030	99.262	13.948	13.948	89.833	65.209	203.043	178.419
2031 - 2033	28.597	-	-	42.102	42.102	70.699	70.699
2034 - 2036	12.731	-	-	42.460	42.460	55.191	55.191
2037 - 2039	3.697	-	-	-	-	3.697	3.697
Total	205.164	170.537	157.967	195.896	151.767	571.597	514.898

As estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente registradas e divulgadas. De acordo com o artigo 580 do Regulamento do Imposto de Renda - RIR/2018, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, até o limite de 30% do lucro tributável.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

11. TRIBUTOS DIFERIDOS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
PIS e COFINS diferidos - passivo ¹	810.600	791.788	431.794	422.557

¹Montante relacionado, basicamente, à diferença temporária (regime de caixa) sobre as receitas da Companhia e suas controladas, na aplicação do CPC 47, que será amortizado até o término da concessão.

12. INVESTIMENTOS (EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS)

Investimentos Diretos	Quantidade total de ações	Participação Direta	Consolidado		Controladora	
			31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Controladas						
SGT ¹	10.457.000	100,00%	-	-	74.681	72.495
MAR ²	174.500.000	100,00%	-	-	260.611	252.540
JAN	225.145.100	100,00%	-	-	769.891	727.523
BRAS ¹	191.052.000	100,00%	-	-	222.052	213.657
SJT	434.523.157	100,00%	-	-	666.301	646.753
SPT ¹	537.235.007	100,00%	-	-	749.729	726.177
LNT	41.116.290	100,00%	-	-	110.332	105.905
ANT	1.036.001.000	100,00%	-	-	1.124.881	1.193.347
PTG ⁴	218.700.000	100,00%	-	-	256.559	224.758
TNG ²	411.001.000	100,00%	-	-	529.709	365.317
JUTR	5.749.291	100,00%	-	-	7.064	2.198
			-	-	4.771.810	4.530.670
Controladas em conjunto						
ETAU	34.895.364	75,62%	156.573	148.576	156.573	148.576
Aimorés	395.400.000	50,00%	371.913	356.527	371.913	356.527
Paraguaçu	620.000.000	50,00%	609.775	586.305	609.775	586.305
Ivaí ¹	315.000.000	50,00%	626.715	600.776	626.715	600.776
			1.764.976	1.692.184	1.764.976	1.692.184
Coligadas diretas ³						
EATE	180.000.010	49,98%	757.092	713.387	757.092	713.387
EBTE	263.058.339	49,00%	184.953	179.482	184.953	179.482
ECTE	42.095.000	19,09%	61.995	59.068	61.995	59.068
ENTE	100.840.000	49,99%	498.685	476.309	498.685	476.309
ETEP	45.000.010	49,98%	143.481	137.202	143.481	137.202
ERTE	84.133.970	21,95%	49.038	47.152	49.038	47.152
EDTE	1.218.126	24,95%	70.118	66.104	70.118	66.104
Transudeste	30.000.000	49,00%	62.284	59.919	62.284	59.919
Transleste	49.569.000	49,00%	90.357	86.452	90.357	86.452
Transirapé	22.340.490	49,00%	79.386	74.989	79.386	74.989
			1.997.389	1.900.064	1.997.389	1.900.064
			3.762.365	3.592.248	8.534.175	8.122.918
	Total do investimento					

¹As ações desta controlada, foram dadas em garantia da 8ª emissão de debêntures da Taesa. ²As ações desta controlada, foram dadas em garantia da 6ª emissão de debêntures da Taesa. ³Em 31 de março de 2025, por meio de suas coligadas diretas, a Companhia possuía participações indiretas nas seguintes coligadas: (i) STC - 39,99%; (ii) ESDE - 49,98%; (iii) Lumitrans - 39,99%; (iv) ETSE - 19,09%; (v) EBTE - 25,49%; (vi) ERTE - 28,04%; (vii) ESTE - 49,98%; (viii) EDTE - 25,04%; e (ix) Transudeste, Transleste e Transirapé - 5%. ⁴O empreendimento entrou parcialmente em operação comercial, conforme nota explicativa nº25.

Mutação dos Investimentos	31/12/2024	Aumento de capital	Dividendos	Equivalência Patrimonial	31/03/2025
Controladas					
SGT	72.495	-	-	2.186	74.681
MAR	252.540	-	-	8.071	260.611
JAN	727.523	-	-	42.368	769.891
BRAS	213.657	-	-	8.395	222.052
SJT	646.753	-	-	19.548	666.301
SPT	726.177	-	-	23.552	749.729
LNT	105.905	-	-	4.427	110.332
ANT	1.193.347	52.000	(14.262)	(106.204)	1.124.881
PTG	224.758	45.000	(10.630)	(2.569)	256.559
TNG	365.317	140.000	(16.570)	40.962	529.709
JUTR	2.198	5.000	(344)	210	7.064
	4.530.670	242.000	(41.806)	40.946	4.771.810
Controladas em conjunto					
ETAU	148.576	-	-	7.997	156.573
Aimorés	356.527	-	-	15.386	371.913
Paraguaçu	586.305	-	-	23.470	609.775
Ivaí	600.776	-	-	25.939	626.715
	1.692.184	-	-	72.792	1.764.976
Coligadas diretas					
EATE	713.387	-	-	43.705	757.092
EBTE	179.482	-	-	5.471	184.953
ECTE	59.068	-	-	2.927	61.995
ENTE	476.309	-	-	22.376	498.685
ETEP	137.202	-	-	6.279	143.481
ERTE	47.152	-	-	1.886	49.038
EDTE	66.104	-	-	4.014	70.118
Transudeste	59.919	-	-	2.365	62.284

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Mutação dos Investimentos	31/12/2024	Aumento de capital	Dividendos	Equivalência Patrimonial	31/03/2025
Transleste	86.452	-	-	3.905	90.357
Transirapé	74.989	-	-	4.397	79.386
	1.900.064	-	-	97.325	1.997.389
	8.122.918	242.000	(41.806)	211.063	8.534.175

Mutação dos Investimentos	31/12/2023	Aumento de capital	Dividendos	Equivalência Patrimonial	Incorporação	31/12/2024
Controladas						
SGT	71.523	-	(4.573)	5.545	-	72.495
MAR	237.617	-	(12.849)	27.772	-	252.540
MIR ¹	517.152	-	-	30.646	(547.798)	-
JAN	718.717	-	(131.842)	140.648	-	727.523
BRAS	193.865	-	(18.328)	38.120	-	213.657
SJT	633.424	-	(37.113)	50.442	-	646.753
SPT	658.548	-	(3.743)	71.372	-	726.177
LNT ²	96.437	-	1.736	7.732	-	105.905
ANT ²	797.449	309.000	26.849	60.049	-	1.193.347
PTG ²	41.678	137.000	1.322	44.758	-	224.758
TNG ²	111.724	178.000	5.830	69.763	-	365.317
JUTR	-	748	-	1.450	-	2.198
	4.078.134	624.748	(172.711)	548.297	(547.798)	4.530.670
Controladas em conjunto						
ETAU	139.326	-	(43.357)	52.607	-	148.576
Aimorés	349.204	-	(53.813)	61.136	-	356.527
Paraguaçu	560.096	-	(69.953)	96.162	-	586.305
Ivaí	506.045	-	(27.385)	122.116	-	600.776
	1.554.671	-	(194.508)	332.021	-	1.692.184
Coligadas diretas						
EATE	765.216	-	(200.235)	148.406	-	713.387
EBTE	181.942	-	(22.326)	19.866	-	179.482
ECTE	77.821	-	(28.842)	10.089	-	59.068
ENTE	449.929	-	(46.913)	73.293	-	476.309
ETEP	140.485	-	(25.242)	21.959	-	137.202
ERTE	49.899	-	(7.222)	4.475	-	47.152
EDTE	56.420	-	(3.447)	13.131	-	66.104
Transudeste	62.214	-	(10.369)	8.074	-	59.919
Transleste	87.882	-	(15.296)	13.866	-	86.452
Transirapé	64.962	-	(8.928)	18.955	-	74.989
	1.936.770	-	(368.820)	332.114	-	1.900.064
	7.569.575	624.748	(736.039)	1.212.432	(547.798)	8.122.918

¹ Incorporação da controlada MIR em 30 de abril de 2024. ² Reversão de dividendos aprovada na AGO de 30 de abril de 2024 da controlada.

As mutações dos dividendos a receber são apresentadas na nota explicativa nº 13 – Partes relacionadas.

A data-base das demonstrações financeiras das empresas investidas é 31 de dezembro de cada ano.

Informações intermediárias resumidas

A seguir encontram-se as informações resumidas com base nas informações intermediárias individuais das controladas em conjunto e coligadas.

Balanco patrimonial	31/03/2025			31/12/2024		
	Contr. em conjunto	Coligadas	Total	Contr. em conjunto	Coligadas	Total
Caixa e equivalentes de caixa	388.194	448.526	836.720	212.813	307.806	520.619
Ativo de contrato de concessão	585.495	783.297	1.368.792	608.072	761.065	1.369.137
Outros ativos circulantes	95.841	117.319	213.160	114.878	113.143	228.021
Ativos circulantes	1.069.530	1.349.142	2.418.672	935.763	1.182.014	2.117.777
Ativo de contrato de concessão	6.625.374	4.228.674	10.854.048	6.521.434	4.229.927	10.751.361
Outros ativos não circulantes	333.180	1.806.646	2.139.826	135.964	1.721.708	1.857.672
Ativos não circulantes	6.958.554	6.035.320	12.993.874	6.657.398	5.951.635	12.609.033
Empréstimos, financiamentos, debêntures	133.127	310.601	443.728	102.498	294.612	397.110
Arrendamento mercantil	294	4.999	5.293	300	4.973	5.273
Outros passivos circulantes	371.035	249.627	620.662	402.006	261.242	663.248
Passivos circulantes	504.456	565.227	1.069.683	504.804	560.827	1.065.631
Empréstimos, financiamentos, debêntures	2.229.313	1.766.584	3.995.897	2.183.217	1.764.443	3.947.660
Arrendamento mercantil	867	16.252	17.119	930	16.933	17.863
Outros passivos não circulantes	1.930.142	1.215.543	3.145.685	1.682.263	1.192.980	2.875.243

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2025**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Balço patrimonial	31/03/2025			31/12/2024		
	Contr. em conjunto	Coligadas	Total	Contr. em conjunto	Coligadas	Total
Passivos não circulantes	4.160.322	2.998.379	7.158.701	3.866.410	2.974.356	6.840.766
Patrimônio líquido individual	3.363.306	3.820.856	7.184.162	3.221.947	3.598.466	6.820.413
Patrimônio líquido individual - participação da Taesa	1.722.741	1.716.387	3.439.128	1.649.046	1.616.877	3.265.923
Valor justo alocado do ativo de contrato de concessão, líquido de impostos e outros	42.235	281.002	323.237	43.138	283.187	326.325
Investimento total da Taesa	1.764.976	1.997.389	3.762.365	1.692.184	1.900.064	3.592.248

Demonstração do resultado	31/03/2025			31/03/2024		
	Contr. em conjunto	Coligadas	Total	Contr. em conjunto	Coligadas	Total
Receita operacional líquida	269.187	264.505	533.692	249.347	199.207	448.554
Custos e despesas	(11.294)	(25.397)	(36.691)	(9.839)	(21.183)	(31.022)
Receitas financeiras	11.959	11.304	23.263	9.291	9.652	18.943
Despesas financeiras	(77.446)	(71.719)	(149.165)	(72.639)	(63.721)	(136.360)
Resultado financeiro	(65.487)	(60.415)	(125.902)	(63.348)	(54.069)	(117.417)
Equivalência patrimonial	-	75.536	75.536	-	70.187	70.187
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	(51.045)	(31.840)	(82.885)	(26.928)	(25.459)	(52.387)
Lucro do exercício	141.361	222.389	363.750	149.232	168.683	317.915
Resultado do período - participação da Taesa	73.697	99.536	173.233	77.145	74.442	151.587
Apropriação do valor justo alocado do ativo de contato de concessão, líquido de impostos e outros	(905)	(2.211)	(3.116)	15.510	(9.869)	5.641
Resultado de equivalência patrimonial - Taesa	72.792	97.325	170.117	92.655	64.573	157.228

(i) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Concessão	Financiador	Vencimento final	Garantias	Encargos financeiros	31/03/2025	31/12/2024
IVAÍ	Itaú	dez-43	(e)	IPC-A + 4,9982%	2.362.440	2.285.715
Controladas em conjunto					2.362.440	2.285.715
EATE	Itaú	abr-26	(a)	CDI + 1,9%	212.842	205.693
EATE	Itaú	mai-27	(a)	CDI + 1,8%	115.574	111.695
EATE	Votorantim	dez-28	(a)	CDI + 1,65%	312.157	311.620
EATE	Votorantim	set-29	(a)	CDI + 0,89%	256.448	261.554
ECTE	Itaú	abr-26	(a)	CDI + 1,9%	53.200	51.409
ECTE	Itaú	mai-27	(a)	CDI + 1,8%	63.020	60.902
ECTE	Votorantim	set-29	(a)	CDI + 0,89%	201.874	212.285
EDTE	Santander	dez-28	(c)	IPCA + 5,29%	388.480	375.757
ENTE	Itaú	mai-27	(a)	CDI + 1,8%	31.488	30.426
ENTE	Votorantim	dez-28	(a)	CDI + 1,65%	50.296	50.206
ENTE	Votorantim	set-29	(a)	CDI + 0,89%	47.005	48.116
ETEP	Itaú	abr-26	(a)	CDI + 1,9%	53.200	51.409
ETEP	Itaú	mai-27	(a)	CDI + 1,8%	36.743	35.506
ETEP	Votorantim	set-29	(a)	CDI + 0,89%	98.488	100.447
EBTE	Itaú	abr-26	(a)	CDI + 1,9%	53.200	51.409
EBTE	Itaú	mai-27	(a)	CDI + 1,8%	47.254	45.664
TRANSLESTE	BDMG	fev-25	(d)	9,50%	-	412
TRANSLESTE	BNB	mar-25	(d)	9,50%	-	172
TRANSIRAPÉ	Itaú	abr-26	(a)	CDI + 1,9%	53.201	51.410
TRANSIRAPÉ	BDMG	abr-26	(b)	TJLP + 6,5%	641	786
TRANSIRAPÉ	BDMG	out-29	(b)	TJLP + 3,5%	2.074	2.177
Coligadas diretas e indiretas					2.077.185	2.059.055
					4.439.625	4.344.770

(a) Sem garantias; (b) Penhor das ações da empresa detidas pela EATE e pela Transminas Holding S.A., constituição de conta-reserva e vinculação da receita da Companhia; (c) Fiança proporcional da Alupar de 50,01% e da Taesa de 49,99% do montante total; (d) Penhor de ações pela Transminas Holding S.A., penhor de direitos emergentes do contrato de concessão e constituição de fundo de liquidez dos juros das parcelas vincendas no semestre acrescidas dos encargos; (e) Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios (Ivaí) - Contas Vinculadas.

Os contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures possuem cláusulas restritivas anuais "covenants" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado (usualmente presentes em contratos de empréstimos e financiamentos, como por exemplo fusão, cisão e incorporação, alteração no bloco de controle, entre outros), incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a vigência dos respectivos contratos.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2025**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Dívida	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido	Exigibilidade de cumprimento
1ª emissão de debêntures - Ivaí	Fluxo de Caixa Operacional/Serviço da Dívida	Igual ou maior que 1,30	Anual
2ª emissão de debêntures - EDETE	Geração de caixa da atividade/Serviço da dívida	Igual ou menor que 5,29	Anual
9ª, 10ª, 11ª e 12ª emissões de debêntures - EATE	Dívida total menos caixa e equivalentes limitado ao valor de R\$2.094 para a 9ª, 10ª, 11ª e 12ª emissões.	N/A	Semestral
6ª, 7ª e 8ª emissões de debêntures - ECTE	Dívida total menos caixa e equivalentes limitado ao valor de R\$364 para a 6ª, 7ª e 8ª emissões.	N/A	Semestral
5ª, 6ª e 7ª emissões de debêntures - ENTE	Dívida total menos caixa e equivalentes limitado ao valor de R\$904 para a 5ª, 6ª e 7ª emissões.	N/A	Semestral
4ª, 5ª e 6ª emissões de debêntures - ETEP	Dívida total menos caixa e equivalentes limitado ao valor de R\$307 para as 4ª, 5ª e 6ª emissões.	N/A	Semestral
2ª e 3ª emissões de debêntures - EBTE	Dívida total menos caixa e equivalentes limitado ao valor de R\$243 para a 2ª e 3ª emissões.	N/A	Semestral
3ª emissão de debêntures - Transirapé	Dívida total menos caixa e equivalentes limitado ao valor de R\$176.	N/A	Semestral
Contrato BDMG-FINEM - Transirapé	Índice de capital próprio e índice de cobertura do serviço da dívida	ICP acima de 25% e o ICSD acima de 1,20x	Anual

Todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes foram cumpridas pelas empresas controladas em conjunto e coligadas do Grupo Taesa.

(ii) Provisão para contingências e passivos contingentes

	Provisão para contingências		Passivos contingentes	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Paraguaçu	3.887	3.500	25.873	25.162
Aimorés	3.022	3.028	13.070	12.695
ETAU	52	51	3.480	129
Ivaí	32.590	32.955	-	-
Controladas em conjunto	39.551	39.534	42.423	37.986
EATE	226	226	6.589	6.407
EBTE	-	-	142	137
ENTE	600	600	-	-
Coligadas diretas	826	826	6.731	6.544
	40.377	40.360	49.154	44.530

(iii) RAP

Concessão	Ciclo 2024-2025			Ciclo 2023-2024			Ciclo 2022-2023		
	Resolução 3.348 de 16/07/2024			Resolução 3.216 de 04/07/2023			Resolução 3.067 de 12/07/2022		
	Período: de 01/07/2024 a 30/06/2025			Período: de 01/07/2023 a 30/06/2024			Período: de 01/07/2022 a 30/06/2023		
	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total
ETAU	49.996	3.656	53.652	54.649	2.463	57.112	57.205	1.838	59.043
Aimorés ¹	113.818	(4.894)	108.924	109.518	(3.848)	105.670	105.371	(136)	105.235
Paraguaçu ¹	169.878	4.040	173.918	163.460	(16.325)	147.135	157.271	-	157.271
Ivaí ¹	413.610	(24.484)	389.126	410.619	(14.467)	396.152	395.070	-	395.070
ENTE	194.443	(8.369)	186.074	195.118	(3.995)	191.123	204.243	(6.387)	197.856
EATE	378.049	(15.599)	362.450	379.022	(7.483)	371.539	396.748	(11.503)	385.245
EBTE ¹	73.681	(2.457)	71.224	69.641	(668)	68.973	65.289	(3.662)	61.627
ECTE	82.108	(3.516)	78.592	82.385	(1.645)	80.740	86.238	(2.628)	83.610
ETEP	84.972	(3.678)	81.294	85.221	(1.501)	83.720	89.207	(2.267)	86.940
ERTE	44.495	(809)	43.686	44.425	(17.471)	26.954	46.503	(18.685)	27.818
STC ¹	35.070	3.161	38.231	37.738	(965)	36.773	44.960	(1.668)	43.292
Lumitrans	23.016	(1.008)	22.008	23.094	(663)	22.431	30.338	(1.521)	28.817
ESTE ¹	160.930	(7.407)	153.523	154.851	(4.139)	150.712	148.986	(1.223)	147.763
ESDE ¹	19.664	(503)	19.161	18.921	(483)	18.438	18.205	(324)	17.881

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Concessão	Ciclo 2024-2025			Ciclo 2023-2024			Ciclo 2022-2023		
	Resolução 3.348 de 16/07/2024			Resolução 3.216 de 04/07/2023			Resolução 3.067 de 12/07/2022		
	Período: de 01/07/2024 a 30/06/2025			Período: de 01/07/2023 a 30/06/2024			Período: de 01/07/2022 a 30/06/2023		
	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total
ETSE	37.242	(365)	36.877	35.840	231	36.071	34.272	209	34.481
EDTE ¹	99.560	(4.229)	95.331	95.799	(3.190)	92.609	92.171	(2.792)	89.379
Transirapé	44.874	(838)	44.036	42.670	2.003	44.673	44.665	1.564	46.229
Transleste	35.232	(1.516)	33.716	35.351	(878)	34.473	37.004	(1.280)	35.724
Transudeste	21.837	(941)	20.896	21.911	(444)	21.467	22.936	(1.167)	21.769
TOTAL	2.082.475	(69.756)	2.012.719	2.060.233	(73.468)	1.986.765	2.076.682	(51.632)	2.025.050

¹Concessão de categoria III, apresentada com adição do PIS/COFINS para os três ciclos.

Abaixo tabela relativa a PA VU e PA RETRO, cujas descrições constam na nota explicativa nº 7.

Concessão	PA VU			Total Anual	PA RETRO			Total Anual
	2 ciclos	4 ciclos	5 ciclos		1 ciclos	3 ciclos	5 ciclos	
ETAU	4.130	1.261	-	5.391	-	-	-	-
STC ¹	-	-	4.453	4.453	-	-	-	-
Transirapé	-	-	-	-	-	-	288	288
ENTE	-	-	-	-	-	-	(10)	(10)
EATE	-	-	-	-	-	-	65	65
EBTE ¹	-	-	-	-	-	-	162	162
ESDE ¹	-	-	-	-	56	-	-	56
ETSE ¹	-	-	-	-	-	821	-	821
	4.130	1.261	4.453	9.844	56	821	505	1.382

¹Concessão de categoria III, apresentada com adição do PIS/COFINS.

13. PARTES RELACIONADAS

I – Outras Contas a Receber – OCR, Outras Contas a Pagar – OCP e Contas a Receber de Concessionárias e Permissionárias – CRCP:

a) Ativos e receitas

REF	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência	Taxa de juros/Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção, e outras informações relevantes
Transações entre a TAESA e controladas em conjunto					
1	OCR x Outras receitas - O&M - ETAU (RS)	R\$19 Valor mensal	23/12/2021 a 23/12/2026	Atualização anual pelo IPCA.	Inadimplemento de qualquer cláusula contratual, recuperação judicial ou extrajudicial, falência, liquidação judicial ou extrajudicial.
2	OCR x Outras receitas - O&M - ETAU (SC)	R\$14 Valor mensal	01/12/2021 a 01/12/2026	Atualização anual pelo IPCA.	Inadimplemento de qualquer cláusula contratual, recuperação judicial ou extrajudicial, falência, liquidação judicial ou extrajudicial.
3	OCR x Outras receitas - Compartilhamento de Infraestrutura e RH - ETAU	N/A	01/12/2021 a 01/12/2026	Atualização anual pelo IGP-M.	Os valores são definidos através dos critérios de rateio e alocação que tem como base o ativo imobilizado da contratante. Caso o valor do rateio supere o montante anual de R\$ 2.386, a contratante poderá requerer a revisão. Anuído previamente pela ANEEL por meio do despacho nº 2.320 de 02 de agosto de 2021.
4	OCR x Outras receitas - Reembolso de despesas - ETAU	Não aplicável.	Não aplicável.	Não aplicável.	Não aplicável.
5	OCR x Outras receitas - Compartilhamento de Infraestrutura e RH - Aimorés	N/A	10/02/2022 a 10/02/2027	Atualização anual pelo IPCA.	Os valores são definidos através do critério de rateio e alocação usa o ativo imobilizado da contratante como base. Caso ocorra variações consideráveis nos critérios de alocação, a contratante poderá solicitar a revisão através da formalização por meio de termo aditivo. Anuído previamente pela ANEEL por meio do despacho nº 2.320 de 02 de agosto de 2021.
6	OCR x Outras receitas - O&M - Aimorés	R\$24 Valor mensal	16/02/2022 a 16/02/2027	Atualização anual pelo IPCA.	Inadimplemento de qualquer cláusula contratual, recuperação judicial, falência, liquidação judicial.
7	OCR x Outras receitas - Reembolso de despesas - Aimorés	Não aplicável.	Não aplicável.	Não aplicável.	Não aplicável.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2025**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

REF	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência	Taxa de juros/Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção, e outras informações relevantes
8	OCR x Outras receitas - Compartilhamento de Infraestrutura e RH - Paraguauçu	N/A	10/02/2022 a 10/02/2027	Atualização anual pelo IPCA.	Os valores são definidos através do critério de rateio e alocação usa o ativo imobilizado da contratante como base. Caso ocorra variações consideráveis nos critérios de alocação, a contratante poderá solicitar a revisão através da formalização por meio de termo aditivo. Anuído previamente pela ANEEL por meio do despacho nº 2.320 de 02 de agosto de 2021.
9	OCR x Outras receitas - O&M - Paraguauçu	R\$24 Valor mensal	16/02/2022 a 16/02/2027	Atualização anual pelo IPCA.	Inadimplemento de qualquer cláusula contratual, recuperação judicial, falência, liquidação judicial.
10	OCR x Outras receitas - Reembolso de despesas - Paraguauçu	Não aplicável.	Não aplicável.	Não aplicável.	Não aplicável.
Transações entre a TAESA e suas coligadas					
11	OCR x disponibilidades - Contrato de compartilhamento de infraestrutura (CCI) - EDTE	R\$6 Valor total	27/12/2018 até a extinção da concessão	Atualização anual pelo IPCA.	Não Aplicável.
Transações entre o Grupo TAESA e Controladora					
12	CRCP x Outras receitas - Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT) - CEMIG D x SGT	R\$57 Valor mensal	18/03/2014 até o término da concessão	Atualização anual pelo IPCA, conforme atualização da RAP.	Por qualquer das partes por decretação de falência, dissolução judicial ou qualquer alteração do estatuto social das partes que prejudique a capacidade de executar as obrigações desse contrato, caso fortuito ou força maior.
13	CRCP x receitas - Contrato de Prestação de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica ("CPST") - Grupo Taesa x CEMIG	Valores definidos pela ONS a cada emissão do AVC	Até o término da concessão.	Correção anual pelo IPCA ou IGP-M, conforme atualização da RAP.	Não Aplicável.

Não existe inadimplência nos saldos em aberto que necessite a constituição perdas de crédito esperadas.

R E F	Contratos e outras transações	Consolidado			
		Ativo		Receita	
		31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/03/2024
	Transações com controladas em conjunto				
1	Serviços de O&M - Taesa x ETAU (RS)	18	21	90	63
2	Serviços de O&M - Taesa x ETAU (SC)	23	16	88	47
3	Compartilhamento de Infra. e RH - Taesa x ETAU	916	305	757	862
4	Reembolso de despesas Taesa x ETAU	105	124	-	-
5	Compartilhamento de Infra. e RH - Taesa x Aimorés	1.193	633	836	709
6	Serviços de O&M - Taesa x Aimorés	29	27	116	81
7	Reembolso de despesas Taesa x Aimorés	73	126	-	-
8	Compartilhamento de Infra. e RH - Taesa x Paraguauçu	1.695	815	1.271	1.219
9	Serviços de O&M - Taesa x Paraguauçu	29	27	111	82
10	Reembolso de despesas Taesa x Paraguauçu	82	1.057	-	-
	Transações com coligadas				
11	CCI - Taesa x EDTE	9	8	26	25
	Transações entre as controladas e empresas ligadas				
12	CCT - SGT X CEMIG	-	-	322	311
13	CPST - BRAS X CEMIG	-	-	523	503
13	CPST - ATE III X CEMIG	-	-	-	-
13	CPST - SGT X CEMIG	-	-	1.402	1.463
13	CPST - MAR X CEMIG	-	-	322	315
13	CPST - MIR X CEMIG	-	-	-	1.229
13	CPST - JAN X CEMIG	382	371	3.765	3.885
13	CPST - SAN X CEMIG	-	-	-	-
13	CPST - SJT X CEMIG	-	-	922	967
13	CPST - SPT X CEMIG	-	-	879	864
13	CPST - LNT X CEMIG	-	-	145	158
13	CPST - SIT X CEMIG	-	-	-	-
	Transações entre a Taesa e Cemig				
13	CPST - TAESA X CEMIG	301	-	28.166	30.799
		4.855	3.530	39.741	43.582

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

b) Passivos, custos e despesas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros /Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção e outras informações relevantes
Transações entre a Taesa e empresas ligadas					
1	OCP x Custo e Despesa com pessoal - Previdência privada - Forluz	Investimento conforme opção do funcionário.	19/03/2012 - término indeterminado.	Não há atualização monetária.	Taxa de administração de 0,30% (trinta centésimos por cento) sobre o total das contribuições mensais. O Convênio de Adesão celebrado entre a Empresa na condição de patrocinadora do Plano TAESA foi aprovado por meio da Portaria nº 160, de 26 de março de 2012 e publicado no Diário Oficial da União em: 27/03/2012 Edição: 60 Seção: 1 Página: 87
2	OCP x Serviços prestados - CCI - TAESA (ETEO) - CTEEP	Valor total do contrato R\$2 valor mensal.	20/07/2001 até a extinção da concessão de uma das partes.	Atualização pelo IGP-M.	Somente poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes ou por determinação legal. Em 20/08/2021 foi firmado termo aditivo que descontinua a cobrança por parte da CTEEP.
3	OCP x Serviços prestados - CCI - TAESA (ATE) - CTEEP	Valor total do contrato R\$10 valor mensal	22/07/2004 até a extinção da concessão de uma das partes	Atualização pelo IGP-M.	Somente poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes ou por determinação legal. Em 20/08/2021 foi firmado termo aditivo que descontinua a cobrança por parte da CTEEP.
Transações entre as controladas da TAESA e empresas ligadas					
4	OCP x Serviços prestados - CCI - SGT x CEMIG GT	R\$3 Valor mensal	A partir de 17/02/2014 até o vencimento da concessão.	Atualização anual pelo IPCA.	Poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, ou por determinação legal.
5	OCP x O&M - SGT x CEMIG GT	R\$49 Valor mensal	10/07/2019 a 10/07/2024	Atualização anual pelo IPCA.	Poderá ser rescindido antecipadamente e unilateralmente, a seu exclusivo critério, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou condição, por um prazo acertado entre as partes, cassação da concessão referente às instalações da transmissão; e por decisão da contratante após transcorridos 18 meses da celebração do CPSOM.
6	OCP x Serviços prestados - CCI - MAR x CEMIG GT	R\$205 parcela única e R\$13 Valor mensal	12/11/2015 até a extinção da concessão de uma das partes.	Atualização anual pelo IPCA.	Não houve.
7	OCP x Serviços prestados - O&M - MAR x CEMIG GT	R\$48 Valor mensal	28/02/2025 à 28/02/2030	Atualização anual pelo IPCA.	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 180 dias; em decorrência do descumprimento das condições avençadas; e na ocorrência de caso fortuito ou força maior.
8	OCP x Serviços Prestados - CCI - ANT X CTEEP	R\$8 valor mensal a partir do início da operação	01/11/2022 até a extinção da concessão de uma das partes	Atualização anual pelo IPCA.	Poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, por determinação legal ou por mútuo acordo entre as partes.
9	OCR x disponibilidades - Reembolso de despesas - Paraguagu	Não Aplicável.	Não Aplicável.	Não Aplicável.	Não Aplicável.
Transações entre a TAESA e CEMIG					
10	OCP x Investimento - aquisição Transmineiras - Valor Adicional - CEMIG	Parcela única de R\$11.786	Quando da obtenção de decisão favorável por parte das Transmineiras nos processos judiciais.	Variação acumulada de 100% CDI a partir de 01/01/2017 até o dia útil anterior ao pagamento.	Conforme instrumento da reestruturação societária, poderá ser devido à CEMIG o valor máximo de R\$11.786. Valor corrigido R\$22.496.
Consolidado					
R E F	Contratos e outras transações	Passivo		Custo/Despesa	
		31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/03/2024
1	Previdência privada - Taesa x Forluz - despesa	-	-	288	281
1	Previdência privada - Taesa x Forluz - custo	-	-	831	987
Transações entre as controladas, controladas em conjunto e empresas ligadas					

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2025**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

R E F	Contratos e outras transações	Consolidado			
		Passivo		Custo/Despesa	
		31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/03/2024
4	CCI - SGT x CEMIG GT	-	5	10	15
5	O&M - SGT x CEMIG GT	114	57	199	191
6	CCI - MARIANA x CEMIG GT	20	20	40	58
7	O&M - MARIANA x CEMIG GT	-	-	204	196
9	Reembolso de despesas Taesa x Paraguaçu	-	29	-	-
Transações entre TAESA e sua controladora					
10	Aquisição Transmineiras - Valor Adicional - TAESA x CEMIG	22.496	22.047	449	532
		22.630	22.158	2.021	2.260

II- Dividendos e Juros sobre capital próprio (JCP) a pagar e a receber

Dividendos e JCP a receber	31/12/2024	Adição ¹	31/03/2025
Controladas em conjunto e coligadas			
AIMORÉS	18.711	-	18.711
PARAGUAÇU	30.634	-	30.634
IVAÍ	24.385	-	24.385
EATE	11.235	-	11.235
EBTE	4.287	-	4.287
ECTE	2.706	-	2.706
EDTE	2.697	-	2.697
ERTE	1.842	-	1.842
TRANSLESTE	3.550	-	3.550
TRANSIRAPÉ	4.204	-	4.204
TRANSUDESTE	2.117	-	2.117
Consolidado	106.368	-	106.368
Controladas			
BRAS	8.394	-	8.394
MAR	2.408	-	2.408
SPT	16.862	-	16.862
LNT	1.804	-	1.804
ANT	-	14.262	14.262
PTG	-	10.630	10.630
TNG	-	16.570	16.570
JUTR	-	344	344
Controladora	135.836	41.806	177.642

Dividendos e JCP a receber	31/12/2023	Adição ¹ (Reversão) ²	Recebimento	Incorporação	31/12/2024
Controladas em conjunto e coligadas					
AIMORÉS	9.642	50.513	(41.444)	-	18.711
PARAGUAÇU	14.397	64.550	(48.313)	-	30.634
ETAU	-	43.357	(43.357)	-	-
IVAÍ	23.201	24.385	(23.201)	-	24.385
EATE	18.501	200.235	(207.501)	-	11.235
EBTE	4.012	22.326	(22.051)	-	4.287
ECTE	1.930	28.842	(28.066)	-	2.706
ETEP	2.437	25.242	(27.679)	-	-
EDTE	3.242	3.447	(3.992)	-	2.697
ENTE	-	46.914	(46.914)	-	-
ERTE	-	7.219	(5.377)	-	1.842
TRANSLESTE	2.227	15.296	(13.973)	-	3.550
TRANSIRAPÉ	823	8.928	(5.547)	-	4.204
TRANSUDESTE	1.398	10.369	(9.650)	-	2.117
Consolidado	81.810	551.623	(527.065)	-	106.368
Controladas					
BRAS	14.015	18.328	(23.949)	-	8.394
SGT	1.536	4.573	(6.109)	-	-
MAR	2.693	12.849	(13.134)	-	2.408
MIR	15.441	-	-	(15.441)	-
JAN	31.574	131.842	(163.416)	-	-
SJT	9.629	37.113	(46.742)	-	-
SPT	13.119	3.743	-	-	16.862
LNT	3.540	(1.736)	-	-	1.804

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Dividendos e JCP a receber	31/12/2023	Adição ¹ (Reversão) ²	Recebimento	Incorporação	31/12/2024
ANT	26.849	(26.849)	-	-	-
PTG	1.322	(1.322)	-	-	-
TNG	5.830	(5.830)	-	-	-
Controladora	207.358	724.334	(780.415)	(15.441)	135.836

¹Refere-se aos dividendos obrigatórios, adicionais propostos aprovados e intercalares e JCP. ²Reversão de dividendos aprovada na AGO de 30 de abril de 2024 da controlada.

Dividendos e JCP a pagar	31/12/2024			Pagamento		31/03/2025		
	Dividendos	JCP	Total	Dividendos	JCP	Dividendos	JCP	Total
Consolidado e Controladora								
ISA	58.654	17.426	76.080	(13.792)	(17.426)	44.862	-	44.862
Cemig	85.445	25.384	110.829	(20.091)	(25.384)	65.354	-	65.354
Não Controladores	250.169	74.887	325.056	(58.804)	(74.852)	191.365	35	191.400
	394.268	117.697	511.965	(92.687)	(117.662)	301.581	35	301.616

Dividendos e JCP a pagar	31/12/2023			Adição ¹		Pagamento		31/12/2024		
	Divi- dendos	JCP	Total	Dividendos	JCP	Dividendos	JCP	Divi- dendos	JCP	Total
Consolidado e Controladora										
ISA	33.925	-	33.925	132.360	59.646	(107.631)	(42.220)	58.654	17.426	76.080
Cemig	49.421	-	49.421	192.818	86.890	(156.794)	(61.506)	85.445	25.384	110.829
Não Controladores	144.711	26	144.737	564.386	254.330	(458.928)	(179.469)	250.169	74.887	325.056
	228.057	26	228.083	889.564	400.866	(723.353)	(283.195)	394.268	117.697	511.965

¹ Refere-se aos dividendos obrigatórios, adicionais propostos aprovados, intercalares, intermediários e aos JCP. Os JCP a pagar são apresentados brutos do imposto de renda retido na fonte. ² Considera o valor pago de R\$20.667 a título de retenção do imposto de renda retido na fonte sobre os JCP aprovados em 06 de novembro de 2024.

Aprovação de dividendos e JCP	Exercício de competência	Data de aprovação	Órgão de aprovação	Data de pagamento	Valor aprovado	Valor por ação ON	Valor por ação PN
Dividendos intercalares	2024	06/11/2024	CA	29/01/2025	92.692	0,08969	0,08969
					92.692		
Juros sobre capital próprio	2024	06/11/2024	CA	29/01/2025	137.777	0,13331	0,13331
					137.777		

Os dividendos intercalares e os juros sobre capital próprio foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios de que trata o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

III – Remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal – Classificadas no Resultado – despesa de pessoal.

Proporção da remuneração total	31/03/2025		31/03/2024	
	Fixa	Variável	Fixa	Variável
Conselho de Administração	100%	-	100%	-
Conselho Fiscal	100%	-	100%	-
Diretoria estatutária ¹	57%	43%	46%	54%

¹Composição de remuneração fixa: Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (previdência privada, plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida). Composição de remuneração variável: participação nos lucros e resultados e indenizações.

Valores reconhecidos no resultado	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Média de membros remunerados durante o período ¹	10	10	5	5	5	5
Remuneração fixa ²	731	708	2.202	2.266	223	214
Salário ou pró-labore	639	632	1.630	1.567	186	178
Benefícios diretos e indiretos			246	386		
Encargos	92	76	326	313	37	36

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Valores reconhecidos no resultado	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Remuneração variável	-	-	1.640	2.712	-	-
Participação nos resultados	-	-	1.640	1.071	-	-
Indenização	-	-	-	1.641	-	-
Valor total da remuneração	731	708	3.842	4.978	223	214

¹ Inclui membros titulares e suplentes, sendo que os conselheiros fiscais suplentes recebem na substituição dos titulares. A média dos membros remunerados foi calculada mensalmente, excluindo os membros que abdicaram da remuneração. ²O custo da remuneração fixa do conselho inclui o pró-labore e 20% de INSS Patronal.

	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Número de membros efetivos	13	13	5	5	5	5
Número de membros suplentes	-	-	-	-	5	5
Maior remuneração individual no período (mensal)	26	25	389	928	15	14
Menor remuneração individual no período (mensal)	15	21	222	98	15	14
Remuneração individual média no período (mensal) ¹	24	24	274	356	15	14

¹O valor foi calculado pela média dos membros remunerados.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

14.1 Empréstimos e financiamentos

Financiador	Con-ces-são	Captação				Encargos financeiros anuais	31/03/2025				31/12/2024			
		Data de assinatura	Tipo	Valor contratado recebido	Vencimen-to final		Custo a apro-priar	Princi-pal	Juros	Total	Custo a apro-priar	Principal	Juros	Total
Moeda estrangeira-US\$ ⁽¹⁾														
Citibank	Taes	22/09/2022	Lei 4.131/62	362.600	26/09/2025	Sofr + 0,44% a.a.	-	399.890	266	400.156	-	-	438.654	438.654
Controladora							-	399.890	266	400.156	-	-	438.654	438.654
Circulante							400.156				438.654			
Moeda nacional-R\$ ⁽²⁾														
BNB - FNE	LNT	27/04/2018	CCB-FNE	62.749	15/05/2038	Taxa de fundos constitucionais (TFC) a.m. pro-rata	(3.684)	47.654	2.132	46.102	(3.872)	48.563	1.957	46.648
Consolidado							(3.684)	447.544	2.398	446.258	(3.872)	48.563	440.611	485.302
Circulante							405.383				443.953			
Não circulante							40.875				41.349			

¹ Empréstimo mensurado ao valor justo. ² Empréstimos mensurados ao custo amortizado.

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Saldo inicial	485.302	402.965	438.654	352.894
(+) Juros e variação cambial	(23.564)	124.722	(24.707)	121.046
(-) Ajuste ao valor justo	(1.907)	(9.679)	(1.907)	(9.666)
(-) Amortização de principal	(908)	(3.631)	-	(36)
(-) Juros pagos	(12.665)	(29.075)	(11.884)	(25.584)
Saldo final	446.258	485.302	400.156	438.654

Parcelas vencíveis por indexador							
Indexador	Circulante	Não circulante					Total
		2026	2027	2028	Após 2028	Subtotal	
Sofr + Dólar	400.156	-	-	-	-	-	400.156
IPCA	5.763	2.723	3.632	3.632	34.036	44.023	49.786
(-) Custo a amortizar	(536)	(374)	(463)	(421)	(1.890)	(3.148)	(3.684)
	405.383	2.349	3.169	3.211	32.146	40.875	446.258

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas anuais “covenants” não financeiras de vencimento antecipado (usualmente presentes em contratos de empréstimos e financiamentos, como por exemplo fusão, cisão e incorporação, alteração no bloco de controle, entre outros) durante a vigência dos respectivos contratos. Em 31 de dezembro de 2024, data da última medição requerida dos covenants não financeiros, todos os covenants não financeiros foram cumpridos.

As informações relativas aos instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”) contratados para proteção do serviço associado à dívida com Citibank, bem como a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na nota explicativa nº 19.

14.2 Debêntures

Emissões	Quantidade	Eventos de Pagamentos	Remuneração	Emissão Vencimento	31/03/2025				31/12/2024			
					Custo a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo a apropriar	Principal	Juros	Total
Moeda nacional-R\$												
BB/Safra/Bradesco -5ª Emissão Série única – Taesa	525.772	Juros em 15/07 de cada ano e amortização em 2 parcelas anuais, sendo o 1º venc. em 15/07/2024.	IPCA + 5,9526 %	15/07/2018 15/07/2025	(85)	377.759	15.838	393.512	(238)	368.782	10.121	378.665
Santander-ABC-BB - 6ª Emissão 1ª Série – Taesa	850.000	Juros em 15/11 e 15/05 de cada ano e amortização única em 15/05/2026.	108% do CDI ²	15/05/2019 15/05/2026	(6.698)	850.000	39.445	882.747	(6.873)	850.000	11.638	854.765
Santander/ABC/BB - 6ª Emissão 2ª Série – Taesa	210.000	Juros em 15/11 e 15/05 de cada ano e amortização semestral, sendo o 1º venc. em 15/05/2023.	IPCA + 5,50%	15/05/2019 15/05/2044	(6.698)	288.315	5.566	287.183	(6.873)	282.685	1.747	277.559
BTG/Santander/XP Investimentos - 7ª Emissão Série única – Taesa	508.960	Juros em 15/03 e 15/09 de cada ano e amortização semestral, sendo o 1º venc. em 15/09/2025.	IPCA + 4,50%	15/09/2019 15/09/2044	(20.390)	893.351	1.562	874.523	(20.900)	688.798	175.588	843.486
Santander - 8ª Emissão Série única – Taesa	300.000	Juros em 15/06 e 15/12 de cada ano e amortização semestral, sendo o 1º venc. em 15/12/2022.	IPCA +4,774 2%	15/12/2019 15/12/2039	(12.946)	397.660	5.260	389.974	(13.387)	389.895	722	377.230
Santander - 10ª Emissão 1ª Série – Taesa	650.000	Juros em 15/11 e 15/05 de cada ano e amortização única em 15/05/2028.	CDI + 1,70%	15/05/2021 15/05/2028	(3.375)	650.000	31.976	678.601	(3.492)	650.000	9.514	656.022
Santander - 10ª Emissão 2ª Série – Taesa	100.000	Juros em 15/11 e 15/05 de cada ano e amortização nos 13º, 14º e 15º anos, sendo o 1º venc. em 15/05/2034.	IPCA + 4,7605 %	15/05/2021 15/05/2036	(3.375)	126.749	2.123	125.497	(3.492)	124.274	667	121.449
Santander-Itaú-BTG-Bradesco-BB - 11ª emissão 1ª Série – Taesa	150.000	Juros em 15/07 e 15/01 de cada ano e amortização nos 2º e 3º anos, sendo o 1º venc. em 15/01/2024.	CDI +1,18%	15/01/2022 15/01/2025	-	-	-	-	(289)	75.000	4.122	78.833



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Emissões	Quantidade	Eventos de Pagamentos	Remuneração	Emissão Vencimento	31/03/2025				31/12/2024			
					Custo a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo a apropriar	Principal	Juros	Total
Santander-Itaú-BTG-Bradesco-BB - 11ª emissão 2ª Série - Taesa	650.000	Juros em 15/07 e 15/01 de cada ano e amortização nos 3º, 4º e 5º anos, sendo o 1º venc. em 15/01/2025.	CDI + 1,36%	15/01/2022 15/01/2027	(450)	433.334	12.124	445.008	(289)	650.000	36.295	686.006
Santander-Itaú-XP-BB 12ª emissão 1ª Série - Taesa	630.783	Juros em 15/10 e 15/04 de cada ano e amortização em 15/04/2029.	IPCA + 5,60%	15/04/2022 15/01/2029	(11.702)	718.050	17.760	724.108	(12.064)	700.985	7.926	696.847
Santander-Itaú-XP-BB 12ª emissão 2ª Série - Taesa	300.410	Juros em 15/10 e 15/04 de cada ano e amortização nos 8º, 9º e 10º anos, sendo o 1º venc. em 15/04/2030.	IPCA + 5,75%	15/04/2022 15/01/2032	(11.702)	341.971	8.681	338.950	(12.064)	333.844	3.874	325.654
Santander-Itaú-XP-BB 12ª emissão 3ª Série - Taesa	318.807	Juros em 15/10 e 15/04 de cada ano e amortização nos 13º, 14º e 15º anos, sendo o 1º venc. em 15/04/2030.	IPCA + 5,85%	15/04/2022 15/01/2037	(11.702)	362.913	9.371	360.582	(12.064)	354.288	4.181	346.405
Santander-Itaú-XP - Safra 14ª emissão 1ª Série - Taesa	327.835	Juros em 15/03 e 15/09 de cada ano e amortização em 15/09/2033.	IPCA + 5,8741 %	15/09/2023 15/09/2033	(11.450)	355.256	806	344.612	(11.710)	346.814	5.782	340.886
Santander-Itaú-XP - Safra 14ª emissão 2ª Série - Taesa	86.261	Juros em 15/03 e 15/09 de cada ano e amortização em 15/09/2035.	IPCA + 6,0653 %	15/09/2023 15/09/2035	(11.450)	93.476	219	82.245	(11.710)	91.255	1.570	81.115
Santander-Itaú-XP - Safra 14ª emissão 3ª Série - Taesa	385.904	Juros em 15/03 e 15/09 de cada ano e amortização nos 13º, 14º e 15º anos, sendo o 1º vencimento em 15/09/2036.	IPCA + 6,2709 %	15/09/2023 15/09/2038	(11.450)	418.183	1.011	407.744	(11.710)	408.244	7.257	403.791
XP - 15ª emissão 1ª Série - Taesa	1.000.000	Juros em 15/03 e 15/09 de cada ano e amortização em 15/03/2029	CDI + 0,63%	15/03/2024 15/03/2029	(6.868)	1.000.000	5.411	998.543	(7.132)	1.000.000	32.683	1.025.551
XP - 15ª emissão 2ª Série - Taesa	300.000	Juros em 15/03 e 15/09 de cada ano e amortização nos 13º, 14º e 15º anos, sendo o 1º vencto. Em 15/03/2034.	IGPM + 5,8438 %	15/03/2024 15/03/2034	(6.868)	326.131	736	319.999	(7.132)	320.871	5.322	319.061
Bradesco - 16ª emissão - Série única - Taesa	400.000	Juros em 15/03 e 15/09 de cada ano e amortização em 15/09/2030	CDI + 0,55%	15/09/2024 15/09/2031	(1.095)	400.000	2.152	401.057	(1.139)	400.000	12.635	411.496
Santander-UBS BB-BV - 17ª emissão - Série única - Taesa	650.000	Juros em 15/01 e 15/06 de cada ano e amortização três parcelas sucessivas, sendo a primeira paga em 15 de janeiro de 2038	7,169%	15/01/2025 15/01/2040	(28.291)	661.204	8.594	641.507	-	-	-	-
Controladora Circulante					(166.595)	8.694.352	168.635	8.696.392	(142.558)	8.035.735	331.644	8.224.821
Não circulante								573.146				1.015.624
Moeda nacional-R\$								8.123.246				7.209.197

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Emissões	Quantidade	Eventos de Pagamentos	Remuneração	Emissão Vencimento	31/03/2025				31/12/2024			
					Custo a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo a apropriar	Principal	Juros	Total
BTG-Santander-XP - 1ª Emissão 1ª Série - JAN	224.000	Juros e amortização em 15/01 e 15/07 de cada ano com juros a partir de 15/12/2022	IPCA + 4,5%	15/01/2019 15/07/2033	(4.934)	240.320	2.150	237.536	(5.233)	244.308	5.089	244.164
Itaú - BTG - 2ª Emissão Série única - JAN	575.000	Juros e amortização em 15/06 e 15/12 de cada ano, com pagamento de juros a partir de 15/12/22 e amortização a partir de 15/12/25.	IPCA + 4,8295 %	15/12/2019 15/12/2044	(24.749)	885.200	11.843	872.294	(25.368)	867.915	1.625	844.172
Consolidado					(196.278)	9.819.872	182.628	9.806.222	(173.159)	9.147.958	338.358	9.313.157
Circulante								594.027				1.038.150
Não circulante								9.212.195				8.275.007

¹Instrumentos negociados no mercado secundário, cujos valores justos foram mensurados com base em cotações e estão apresentados na nota explicativa nº 19. ²Os derivativos contratados como instrumentos de proteção no montante de R\$400.00 referente à 1ª série da 6ª emissão de debêntures, foram swap que trocam o risco de 108% do CDI (taxa de juros das debêntures) pelo IPCA mais taxas prefixadas.

Movimentação das debêntures	Consolidado		Controladora	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Saldo inicial	9.313.157	9.296.833	8.224.821	8.247.206
(+) Novas emissões	650.000	1.700.000	650.000	1.700.000
(+) Juros e variação monetária incorridos	334.736	1.017.833	298.888	913.719
(-) Pagamento de principal	(301.397)	(2.008.980)	(291.666)	(1.991.708)
(-) Pagamento de juros	(167.161)	(699.523)	(161.619)	(647.632)
(-) Custo de transação (novas emissões)	(28.802)	(17.050)	(28.802)	(17.050)
(+) Amortização do custo de emissão	5.689	24.044	4.770	20.286
Saldo final	9.806.222	9.313.157	8.696.392	8.224.821

Notas Explicativas **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS**
DE 31 DE MARÇO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Parcelas vencíveis por indexador	Circulante	Não circulante					Total
		2026	2027	2028	Após 2028	Subtotal	
CDI	91.106	1.066.667	216.667	650.000	1.400.000	3.333.334	3.424.440
IPCA	523.986	108.580	124.233	128.739	5.365.655	5.727.207	6.251.193
IGPM	736	-	-	-	326.131	326.131	326.867
(-) Custos de emissão a amortizar	(21.801)	(15.759)	(20.392)	(19.802)	(118.524)	(174.477)	(196.278)
	594.027	1.159.488	320.508	758.937	6.973.262	9.212.195	9.806.222

As debêntures são simples, não conversíveis em ações.

Os contratos das 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 11ª, 12ª, 14ª, 15ª, 16ª e 17ª emissões de debêntures da Taesa e da 1ª e 2ª emissões de debêntures de Janaúba, possuem cláusulas restritivas "covenants" não financeiras de vencimento antecipado (usualmente presentes em contratos de empréstimos e financiamentos, como por exemplo fusão, cisão e incorporação, alteração no bloco de controle, entre outros). A 2ª emissão de debêntures de Janaúba, possui cláusulas restritivas anuais "covenants" financeiras de vencimento antecipado.

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido	Exigibilidade de cumprimento
2ª emissão - JAN	Geração de caixa da atividade/Serviço da dívida¹	Igual ou maior que 1,2	Anual

¹Calculado com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas.

A 2ª Série das 6ª e a 8ª emissões de debêntures da Taesa, possuem a seguinte cláusula restritiva "covenants" não financeiras e de vencimento antecipado:

Constituição em favor dos debenturistas junto ao Banco Santander "Conta de Pagamento de Debêntures" onde deverá ser mantido um saldo mínimo correspondente, pelo menos, ao valor da próxima parcela do valor nominal atualizado acrescido do valor da próxima parcela da remuneração.

Em 31 de dezembro de 2024, data da última medição requerida dos covenants financeiros, todos os covenants financeiros foram cumpridos. Em 31 de março de 2025, todos os covenants não financeiros foram cumpridos.

As informações relativas aos instrumentos financeiros derivativos (operações de "swap") contratados para proteção do serviço associado à 1ª série da 6ª emissão de debêntures, bem como a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na nota explicativa nº 19.

15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

15.1 Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, aspectos cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

Mutação das provisões	31/12/2024	Adições	Reversões	Atualizações monetárias	Baixa	Servi-dões¹	31/03/2025
Trabalhistas	4.116	-	(549)	16	(11)	-	3.572
Tributárias	17.729	-	-	172	-	-	17.901
Cíveis	32.915	999	-	1.882	(141)	-	35.655
Controladora	54.760	999	(549)	2.070	(152)	-	57.128

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Mutação das provisões	31/12/2024	Adições	Reversões	Atualizações monetárias	Baixa	Servi-dões¹	31/03/2025
Trabalhistas	570	-	-	14	-	-	584
Tributárias	2.935	-	-	7	-	-	2.942
Cíveis	112.139	696	-	2.460	1.050	488	116.833
Consolidado	170.404	1.695	(549)	4.551	898	488	177.487

Mutação das provisões	31/12/2023	Adições	Rever-sões²	Atualizações monetárias	Baixa	Servi-dões¹	Incorpor ações³	31/12/2024
Trabalhistas	9.325	118	-	(594)	(4.733)	-	-	4.116
Tributários	15.338	642	-	1.721	(72)	-	-	17.629
Cíveis	25.922	4.690	(127)	3.002	(964)	-	492	33.015
Controladora	50.585	5.450	(127)	4.129	(5.769)	-	492	54.760
Trabalhistas	59	494	-	17	-	-	-	570
Tributários	2.913	-	-	22	-	-	-	2.935
Cíveis	84.776	6.824	-	11.118	(63)	9.976	(492)	112.139
Consolidado	138.333	12.768	(127)	15.286	(5.832)	9.976	-	170.404

¹ Refere-se às provisões para riscos cíveis referentes a zona de exclusão para passagem de redes de transmissão. ²As reversões ocorreram, basicamente, em razão do encerramento de diversos processos trabalhistas, tributários e cíveis, sem que houvesse a necessidade de realização do pagamento, portanto, convertendo os valores em favor da Companhia e suas controladas. ³Incorporação da controlada MIR em 30 de abril de 2024.

15.2 Depósitos judiciais

Mutação dos depósitos judiciais	31/12/2024	Adições	Baixas	Atualizações monetárias	Pagamentos	31/03/2025
Trabalhistas	4.222	26	(84)	29	-	4.193
Tributárias	37.260	-	-	1.302	(8)	38.554
Cíveis	11.855	-	(2)	72	-	11.925
Controladora	53.337	26	(86)	1.403	(8)	54.672
Trabalhistas	194	-	-	3	-	197
Tributárias	228	-	-	-	-	228
Cíveis	89.757	731	-	(784)	-	89.704
Consolidado	143.516	757	(86)	622	(8)	144.801

Mutação dos depósitos judiciais	31/12/2023	Adições	Baixas	Atualizações monetárias	Pagamentos	Incorporações	31/12/2024
Trabalhistas	6.313	2.967	(3.438)	(752)	(1.088)	220	4.222
Tributárias	33.991	912	-	3.554	(1.197)	-	37.260
Cíveis	10.953	42	(557)	1.055	(24)	386	11.855
Controladora	51.257	3.921	(3.995)	3.857	(2.309)	606	53.337
Trabalhistas	71	599	(11)	4	(249)	(220)	194
Cíveis	74.548	10.341	(593)	6.075	-	(386)	89.985
Consolidado	125.876	14.861	(4.599)	9.936	(2.558)	-	143.516

Em 31 de março de 2025, os depósitos judiciais relacionados aos processos judiciais e administrativos provisionados possuíam valores atualizados de R\$21.987 na controladora (R\$20.116 em 31 de dezembro de 2024) e R\$ 110.958 no consolidado (R\$106.614 em 31 de dezembro de 2024). Os saldos referem-se às ações cíveis, trabalhistas e tributárias envolvendo, respectivamente, discussões de servidão administrativa, terceirização, execuções fiscais e manifestações de inconformidade referentes às compensações de impostos e contribuições federais (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS) não homologadas pela RFB.

15.3 Passivos contingentes

	31/03/2025				31/12/2024			
	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Total	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Total
Taesa	16.376	1.334.077	260.103	1.610.556	15.788	1.308.165	258.237	1.582.190
BRAS	-	10.438	-	10.438	-	10.265	-	10.265
MAR	279	97	2	378	275	93	2	370
JAN	784	4.407	486	5.677	771	4.311	475	5.557

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

DE 31 DE MARÇO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	31/03/2025				31/12/2024			
	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Total	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Total
SPT	-	704	2.883	3.587	-	689	2.818	3.507
SGT	-	13	-	13	-	13	-	13
SJT	-	1.154	1.227	2.381	-	1.130	1.200	2.330
	17.439	1.350.890	264.701	1.633.030	16.834	1.324.666	262.732	1.604.232

Taesa-TSN - Supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles COFINS, IRPJ e CSLL, no montante atualizado de R\$30.023 em 31 de março de 2025 (R\$28.064 em 31 de dezembro de 2024).

Taesa-NVT - Manifestações de inconformidade referentes às supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles COFINS e IRPJ, totalizando o valor atualizado de R\$7.114 em 31 de março de 2025 (R\$7.041 em 31 de dezembro de 2024).

Taesa-ETEO - Processo referente a dedutibilidade das despesas de amortização do ágio pago pela Lovina Participações S.A. ("Lovina") pela aquisição da ETEO, relativo ao auto de infração lavrado de 2014, referente aos anos-calendários 2009 e 2010, no valor atualizado de R\$137.163 em 31 de março de 2025 (R\$135.149 em 31 de dezembro de 2024). Em 14 de agosto 2024, foi dado provimento ao Recurso Voluntário para cancelamento da autuação. Foram apresentados Embargos de Declaração pela Fazenda Nacional para os quais aguarda-se o julgamento.

Taesa-NTE - Manifestações de inconformidade relativas às supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS e IRPJ, totalizando o valor atualizado de R\$9.542 em 31 de março de 2025 (R\$9.048 em 31 de dezembro de 2024).

Taesa-ATE - Supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles IRPJ, totalizando o valor atualizado de R\$9.214 em 31 de março de 2025 (R\$9.127 em 31 de dezembro de 2024), originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa.

Taesa-STE - Manifestações de inconformidade referentes às supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ, CSLL, CSRF e IRRF totalizando o valor atualizado de R\$7.656 em 31 de março de 2025 (R\$7.579 em 31 de dezembro de 2024), relativo aos processos originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa.

Taesa-ATE II - Manifestações de inconformidade relativas às supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles IRPJ, totalizando o valor atualizado de R\$2.108 em 31 de março de 2025 (R\$2.085 em 31 de dezembro de 2024), sendo R\$1.648 relativo a processo originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa.

Taesa-ATE III - Processos tributários originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa e execuções fiscais para exigência de ICMS, totalizando o valor atualizado de R\$21.481 em 31 de março de 2025 (R\$19.987 em 31 de dezembro de 2024).

BRAS - Execução fiscal relativa à discussão quanto a exigência de ICMS no Estado do Mato Grosso, totalizando o valor atualizado de R\$4.466 em 31 de março de 2025 (R\$3.992 em 31 de dezembro de 2024).

Outros assuntos relevantes:

Ágio Atlântico/Alterosa - A Taesa recebeu carta da RFB que solicitou esclarecimentos e documentação acerca das exclusões registradas no código 152 (ágio), declaradas no e-lalur e e-lacs de 2014/2015; 2016 e 2017/2018. A Companhia apresentou as informações requeridas pelo

Notas Explicativas **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS**
DE 31 DE MARÇO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Auditor Tributário. A Taesa foi intimada dos Termos de Início de Procedimento Fiscal, referente ao IRPJ e CSLL não recolhidos no período de apuração de janeiro de 2014 a dezembro de 2015; de 2016; e dos anos de 2017/2018, ante a dedução da base de cálculo dos valores referentes ao ágio oriundo da operação de aquisição da TERNÁ por CEMIG e FIP. A Companhia recebeu os Termos de Encerramento relativo aos procedimentos fiscais em andamento, cujo resultado culminou na lavratura dos autos de infração no valor atualizado de R\$205.842 em 31 de março de 2025 (R\$201.649 em 31 de dezembro de 2024) para os anos calendários 2014/2015; no valor atualizado de R\$125.880 em 31 de março de 2025 (R\$123.269 em 31 de dezembro de 2024) para o ano calendário de 2016 e R\$188.616 em 31 de março de 2025 (R\$184.401 em 31 de dezembro de 2024) para os anos calendários de 2017 e 2018. A Companhia apresentou impugnação contra os autos de infração referentes aos anos calendários 2014/2015 e 2016, as quais foram negadas pela Delegacia da Receita Federal. A Companhia apresentou Recurso Voluntário contra as decisões. A Companhia apresentou impugnação contra o auto de infração dos anos calendários 2017/2018. A Companhia foi intimada da decisão desfavorável emitida pela Delegacia da Receita Federal em 19/06/2023. Em 18 de julho de 2023 foi interposto Recurso Voluntário. Em julgamento ocorrido em 09 outubro de 2024, foi determinada realização de diligência nos casos dos anos calendários 2014/2015 e 2016 para apresentação de documentos, pendente de início. Em 31 de março de 2025, aguarda-se o julgamento de recurso voluntário para o caso do ano calendário de 2017/2018.

PIS/COFINS Anos calendários 2015 - Em 11 de novembro de 2019, a Taesa tomou ciência do Auto de Infração lavrado no valor atualizado de R\$249.770 em 31 de março de 2025 (R\$244.696 em 31 de dezembro de 2024), decorrente do encerramento do procedimento fiscal, instaurado com objetivo de analisar a conformidade legal da apuração das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015. O motivo da autuação decorre de suposto erro na definição do regime tributário adotado pela Companhia onde, de acordo com o exposto no Termo de encerramento, todas as concessões da Companhia deveriam ter sido tributadas pelo regime não-cumulativo para o PIS e à COFINS. Em 11 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou a Impugnação do auto de infração. Diante da decisão de primeira instância que manteve a autuação, foi apresentado Recurso Voluntário. Em 26 de novembro de 2024, foi negado provimento ao Recurso Voluntário. Em 24 de março de 2025, interposto Recurso Especial à Câmara Superior de Recursos Fiscais para o qual aguarda-se julgamento.

PIS/COFINS Anos calendários 2016 - Em 13 de novembro de 2019, a Taesa tomou ciência do Auto de Infração lavrado no valor atualizado de R\$202.252 em 31 de março de 2025 (R\$198.133 em 31 de dezembro de 2024) decorrente do encerramento do procedimento fiscal, instaurado com objetivo de analisar a conformidade legal da apuração das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016. O motivo da autuação decorre de suposto erro na definição do regime tributário adotado pela Companhia. De acordo com o exposto no Termo de encerramento, todas as concessões da Companhia deveriam ter sido tributadas pelo regime não-cumulativo para o PIS e a COFINS. Em 11 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou a Impugnação do auto de infração. Diante da decisão de primeira instância que manteve a autuação, foi apresentado Recurso Voluntário. Em 26 de novembro de 2024, foi negado provimento ao Recurso Voluntário. Em 24 de março de 2025, interposto Recurso Especial à Câmara Superior de Recursos Fiscais para o qual aguarda-se julgamento.

Arbitragem CMT - Taesa - A controvérsia gira em torno de Requerimentos de Instauração de Arbitragem junto ao Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CAM-CCBC"), realizados pelo Consórcio Minas Transmissão e demais Consorciadas, alegando que teria havido "aceitação tácita" do MOU e da consequente cláusula compromissória nele inserida para contratação de seus serviços relativos aos Lotes 17 e 4, do Leilão ANEEL n.º

**Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

13/2015. Em 31 de março de 2025, os valores das causas indicados são, respectivamente, R\$131.000 e R\$45.000. Foi proferida Sentença favorável de mérito, na Arbitragem 71 que: (i) não reconheceu a existência de relação jurídico-obrigacional entre as partes, (ii) julgou improcedente o pedido do CMT de indenização da TAESA; e (iii) julgou procedente tão somente o pedido de condenação da TAESA ao pagamento de indenização correspondente aos gastos pré-Leilão e pós-Leilão. Em 31 de março de 2025, aguarda-se o início de realização de prova pericial para apurar o valor de tais gastos pré-leilão na arbitragem 71. Aguarda-se o julgamento da arbitragem 72, a qual no momento encontra-se suspensa por decisão judicial.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social - Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital subscrito e integralizado da Companhia era de R\$3.067.535, sendo representado por 590.714.069 ações ordinárias e 442.782.652 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Para a integralização do capital social houve custos com emissão de ações no montante de R\$25.500.

Conforme o seu estatuto social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$5.000.000, com ou sem a emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização.

Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito de um voto nas Assembleias Gerais, cujas deliberações serão tomadas na forma da legislação aplicável e deste Estatuto Social.

As ações preferenciais possuem as seguintes preferências e vantagens: (i) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio; (ii) direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade com cada ação ordinária; e (iii) direito de serem incluídas em oferta pública em decorrência de alienação de Controle da Companhia, ao mesmo preço e nas mesmas condições por ação ordinária do bloco de Controle.

As ações preferenciais conferem aos seus titulares direito de voto em quaisquer deliberações da Assembleia Geral de Acionistas sobre: (i) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (ii) aprovação de contratos entre a Companhia e o acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o acionista controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou do estatuto social, requeiram sua deliberação em Assembleia Geral; (iii) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (iv) escolha de empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia; e (v) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do regulamento de práticas diferenciadas de governança corporativa nível 2, ressalvando-se que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.

Composição acionária em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024								
	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total		Bloco de controle	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CEMIG ¹	218.370.005	36,97	5.646.184	1,28	224.016.189	21,68	215.546.907	58,36
ISA	153.775.790	26,03	-	-	153.775.790	14,88	153.775.790	41,64
Free Float	218.568.274	37,00	437.136.468	98,72	655.704.742	63,44	-	-
	590.714.069	100,00	442.782.652	100,00	1.033.496.721	100,00	369.322.697	100,00

¹Existem 6 ações ordinárias e 2.823.092 Units que não pertencem ao bloco de controle. A Unit (TAEE11) é um certificado de depósito de ações, composto por 3 ações, sendo 1 (uma) ordinária (TAEE3) e 2 (duas) preferenciais (TAEE4).

Notas Explicativas **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS**
DE 31 DE MARÇO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

b) Reserva legal - Constituída com base em 5% do lucro líquido, apurada em cada exercício social, antes de qualquer outra destinação, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e só poderá ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal quando o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social, conforme §1 da referida lei.

c) Reserva de incentivo fiscal - Incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica nos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Bahia, Maranhão, Tocantins, Goiás e no Distrito Federal, concedidos pela SUDAM e SUDENE. As subvenções são registradas contabilmente em conta destacada da demonstração do resultado e submetidas à Assembleia dos Acionistas para aprovação de sua destinação, considerando as restrições previstas nos respectivos laudos constitutivos e na legislação fiscal vigente.

d) Reserva especial de ágio - Com base no disposto na Resolução CVM nº 78/2022, em dezembro de 2009, foi constituída uma reserva de ágio no valor de R\$412.223, que se refere à contrapartida do acervo líquido da Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A. no processo de incorporação desta pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2010, foi adicionado ao saldo existente o valor de R\$182.284, referente à incorporação da Transmissora Alterosa de Energia S.A., totalizando R\$594.507. O percentual anual de utilização do benefício fiscal foi definido pelo estudo da curva de amortização do ágio, baseado nos lucros projetados de cada concessão. O benefício fiscal utilizado pela Companhia até 31 de março de 2025 foi de R\$394.778 (R\$387.143 até 31 de dezembro de 2024).

e) Reserva de lucros a realizar - O artigo 197º, da nº Lei 6.404/76, permite que a Companhia constitua reserva de lucros a realizar quando o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Estatuto Social ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício.

f) Outros resultados abrangentes - As variações do valor justo dos instrumentos financeiros designados como hedge de fluxo de caixa são reconhecidas sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes". Em 31 de março de 2025, a Companhia reconheceu uma perda no montante de R\$10.186 (R\$6.723, líquido de impostos) e em 31 de março de 2024, reconheceu uma perda no montante de R\$5.369 (R\$3.544, líquido de impostos).

g) Remuneração dos acionistas - O estatuto social prevê o pagamento de dividendo anual mínimo obrigatório de 50%, calculado sobre o lucro líquido do exercício nos termos da Lei nº 6.404/76. A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249/95. Os juros sobre capital próprio são calculados com base no saldo do patrimônio líquido, limitado à variação, pro rata dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. O efetivo pagamento ou crédito dos juros sobre capital próprio fica condicionado a existência de lucros (lucro líquido do exercício após a dedução da contribuição social sobre o lucro líquido e antes da dedução da provisão para o imposto de renda), computados antes da dedução dos juros sobre capital próprio, ou de lucros acumulados e reservas de lucros em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados. Os juros ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, na data do pagamento ou crédito ao beneficiário.

As ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia conferem direito à participação nos lucros líquidos de cada exercício em igualdade de condições, sendo assegurada, ainda, aos titulares de cada ação preferencial prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia e, em caso de alienação de seu controle, tanto por meio de uma operação como por meio de operações sucessivas, o direito à alienação de suas ações nos mesmos termos e nas condições asseguradas ao acionista controlador alienante ("tag-along" com 100% do preço).

Notas Explicativas **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS**
DE 31 DE MARÇO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Destinação do lucro do exercício	31/12/2024 ¹
Lucro líquido do exercício	1.693.915
Reserva de incentivo fiscal	(10.310)
Lucro líquido do exercício ajustado	1.683.605
Dividendos mínimos obrigatórios - 50% (R\$0,81452 por ação ordinária e preferencial em 2024 - em R\$)	841.803
Dividendos intercalares declarados (R\$0,19136 por ação ordinária e preferencial em 2024 - em R\$) ²	(197.774)
Juros sobre o capital próprio declarados (R\$0,38787 por ação ordinária e preferencial em 2024 - em R\$) ²	(400.866)
	(598.640)
IRRF efetivo sobre juros sobre o capital próprio	58.344
Dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio declarados atribuídos aos dividendos mínimos obrigatórios	(540.296)
Dividendos mínimos obrigatórios remanescentes (R\$0,29174 por ação ordinária e preferencial em 2024 - em R\$)	(301.507)
Reserva de lucros a realizar	(783.458)
Resumo das destinações:	
Reservas	(793.768)
Dividendos e juros sobre capital próprio (R\$0,81452 por ação ordinária e preferencial em 2024 - em R\$)	(900.147)
	(1.693.915)

¹Ratificada pela AGO de 29 de abril de 2025. ²Parte do valor de 2024 foi pago em 2025.

17. CRÉDITO (DESPESA) DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
IRPJ e CSLL correntes	(7.165)	(12.425)	(5.092)	(8.927)
IRPJ e CSLL diferidos	(50.760)	(19.840)	(29.033)	(12.664)
	(57.925)	(32.265)	(34.125)	(21.591)

Conciliação da taxa efetiva de IRPJ e CSLL – Lucro Real	Consolidado		Controladora	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Resultado antes dos impostos	423.086	406.965	399.286	396.291
Despesa de IRPJ e CSLL calculada à alíquota de 34%	(143.849)	(138.368)	(135.757)	(134.739)
Equivalência patrimonial	57.840	53.458	71.761	107.416
Incentivo fiscal - IRPJ - SUDAM/SUDENE	2.567	11.925	-	5.617
Incentivo fiscal - IRPJ - Patrocínios Audiovisuais	-	261	-	261
Empresas consolidadas - Lucro Presumido	(3.792)	40.396	-	-
Outros ¹	29.309	63	29.871	(146)
Despesa de IRPJ e CSLL	(57.925)	(32.265)	(34.125)	(21.591)
Alíquota efetiva	14%	8%	9%	5%

¹Refere-se basicamente, a ajustes extemporâneos do diferido sobre custos de transações e ágio.

Benefício fiscal - SUDAM/SUDENE

A Companhia e sua controlada JAN possuem direito a benefícios fiscais conferidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e/ou pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que representam uma redução de 75% do imposto de renda devido na exploração das concessões de transmissão. Tais benefícios possuem algumas obrigações, dentre as quais destacamos: (a) proibição de distribuição aos acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude deste benefício; (b) constituição de reserva de incentivos fiscais com valor resultante deste benefício, ao qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital; e (c) aplicação do benefício obtido em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada.

**Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2025**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Concessão	Órgão Autorizativo	Laudo constitutivo	Localidade incentivada	Prazo
<u>Controladora</u>				
TSN	SUDENE	274/2022	BA	31/12/2031
NVT	SUDAM	114/2024	TO e MA	31/12/2033
GTE	SUDENE	353/2022	PB e PE	31/12/2031
MUN	SUDENE	218/2022	BA	31/12/2031
ATE II	SUDENE	251/2022	PI, MA e BA	31/12/2031
	SUDAM	149/2023	TO	31/12/2032
PAT	SUDENE	327/2022	RN	31/12/2031
ATE III	SUDAM	222/2018	PA e TO	31/12/2027 ¹
MIR	SUDAM	141/2023	TO	31/12/2032
<u>Controlada</u>				
JAN	SUDENE	046/2022	MG	31/12/2031

¹ Atualmente se encontra em processo de análise do projeto protocolado para habilitação e/ou renovação do laudo perante a SUDAM.

Considerando todas as empresas incorporadas pela Taesa ao longo dos últimos anos, o benefício fiscal total na Companhia em 31 de março de 2025 era de aproximadamente 62,53% sobre o lucro da exploração das áreas incentivadas.

A Companhia e suas controladas não incorreram em descumprimento das obrigações das condições relativas aos seus benefícios fiscais.

18. COBERTURAS DE SEGUROS

A Taesa e suas controladas adotam a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, e possuem cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens tangíveis atrelados à concessão, exceto para as linhas de transmissão dos projetos. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados. A Companhia e suas controladas mantêm seguros de seus edifícios, incluindo, conteúdo, máquinas e equipamentos, equipamentos eletrônicos, e equipamentos de telecomunicações, galpões e estoques, e possui cobertura de responsabilidade civil de diretores e administradores – “Director and Officer – D&O” e de veículos.

Tipo de seguro	Seguradora	Vigência	Limite máximo de indenização	DM - Valor em risco ¹	Indenização integral	Prêmio
Responsabilidade civil geral	Fator	20/09/24 a 19/09/25	20.000	-	-	72
Risco operacional	FAIRFAX	18/04/25 a 18/10/26	-	1.157.560	-	3.479
	Tokio Marine	31/07/24 a 30/07/25	-	80.921	-	198
Veículos ²	Tokio Marine	06/03/25 a 05/03/26	-	-	100% Tabela FIPE	428
Responsabilidade civil de diretores e administradores	EZZE	19/09/24 a 18/09/25	60.000	-	-	69

¹Os valores de cobertura para danos materiais a terceiros, danos corporais a terceiros, acidentes pessoais e danos morais variam de acordo com o item segurado. ²A apólice contempla todos os veículos operacionais e parte dos veículos administrativos.

Seguro garantia de fiel cumprimento

As concessões ANT, PGT, TNG, SIT e JUTR, possuem seguro de fiel cumprimento dos prejuízos decorrentes do seu inadimplemento nas obrigações assumidas nos contratos de concessões, exclusivamente no que se refere às construções das instalações descritas nos referidos contratos.

Notas Explicativas **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS**
DE 31 DE MARÇO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Concessão	Leilão	Seguradora	Vigência	Valor segurado
ANT	002/2021	Junto Seguros S.A.	05/01/2022 à 01/07/2027	87.503
PTG	001/2022	Junto Seguros S.A.	05/09/2022 a 28/07/2027	12.158
TNG	002/2022	Junto Seguros S.A.	24/02/2023 a 30/06/2028	55.854
SIT	002/2022	Junto Seguros S.A.	24/02/2023 a 30/06/2028	14.691
JUTR	002/2024	BMG Seguros S.A	12/12/2024 a 20/09/2028	18.300

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo do auditor independente.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

19.1. Estrutura de gerenciamento de riscos

A Companhia possui um processo estruturado de gestão de riscos, que é uma prática contínua e multidisciplinar, baseado nas melhores práticas de mercado, visando reduzir o grau de incerteza no alcance dos objetivos estratégicos da Companhia e garantir a preservação do valor e continuidade dos negócios, além de promover a gestão integrada dos principais riscos aos quais a Companhia está exposta. A metodologia adotada no gerenciamento de riscos, está definida na Norma de Gestão de Riscos, aprovada em 2016 pelo Conselho de Administração e revisada em 2022 e está baseada em padrões internacionalmente aceitos, como o modelo *Enterprise Risk Management* (COSO-ERM) e ISO 31.000.

O gerenciamento de riscos da Companhia e de suas controladas visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração, incluindo os riscos de mercado (inclusive risco de moeda, de taxa de juros e outros riscos operacionais), de crédito e de liquidez. A Companhia e suas controladas não contratam nem negociam instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos, para fins especulativos.

19.2. Gestão do risco de capital

A Companhia e suas controladas administram seus capitais para assegurar que possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido, ou seja, empréstimos e financiamentos, instrumentos financeiros derivativos, debêntures e passivo de arrendamento, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, e patrimônio líquido.

19.3. Categorias de instrumentos financeiros

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado:				
- Títulos e valores mobiliários	598.144	5.740	439.638	-
- Equivalentes de caixa – aplicações financeiras	208.668	741.347	99.655	602.235
- Instrumentos financeiros derivativos	44.636	79.354	43.110	74.834
Custo amortizado:				
- Caixa e Bancos	1.073	9.629	701	5.418
- Contas a receber de concessionárias e permissionárias	303.817	265.271	240.365	209.875
- Rateio de antecipação e parcela de ajuste	2.289	793	-	-
	1.158.627	1.102.134	823.469	892.362
Passivos financeiros				
Valor justo por meio do resultado:				
- Empréstimos e financiamentos	400.156	438.654	400.156	438.654
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:				

**Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2025**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
- Instrumentos financeiros derivativos	108.451	20.295	108.451	20.295
Outros passivos financeiros ao custo amortizado:				
- Fornecedores	160.537	199.273	89.964	102.496
- Empréstimos e financiamentos	46.102	46.648	-	-
- Debêntures	9.806.222	9.313.157	8.696.392	8.224.821
- Passivo de arrendamento	1.116	1.406	1.116	1.390
- Rateio de antecipação e parcela de ajuste	91.042	87.673	71.228	69.567
	10.613.626	10.107.106	9.367.307	8.857.223

19.4. Risco de mercado

19.4.1. Gestão do risco de taxa de câmbio

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nos empréstimos, indexados a uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia, o real (R\$).

Em 31 de março de 2025, a Companhia possuía 3,38% (R\$400.156) de sua dívida total (empréstimos e financiamentos, debêntures, instrumentos financeiros e passivo de arrendamento) atrelada à taxa de câmbio. Para mitigar esse risco, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos ("swap") para proteger a totalidade dos pagamentos futuros de principal e juros, das oscilações do dólar norte-americano e da taxa de juros Sofr. A Companhia pretende efetuar as liquidações de ambos os instrumentos nas mesmas datas.

19.4.2. Gestão do risco de taxa de juros

A receita da Companhia e de suas controladas nos termos dos contratos de concessão e da regulamentação vigente, é atualizada anualmente por índices de inflação. A RAP é reajustada através de resolução homologatória, após aprovação pela Diretoria Colegiada da ANEEL, cuja vigência é compreendida pelo período de 1º de julho de um ano até 30 de junho do ano subsequente. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas e, com isso, incorrerem em possíveis impactos nos resultados.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia e de suas controladas monitoram permanentemente os cronogramas de pagamentos de suas obrigações e as suas gerações de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia e de suas controladas quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual elas administram e mensuram esses riscos.

A Companhia e suas controladas estão expostas às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros e manutenção de um "mix" apropriado entre ativos e passivos denominados em taxa de juros pós-fixadas. Adicionalmente, a Companhia contrata diferentes swaps de taxas de juros, nos quais a Companhia concorda em trocar, em intervalos específicos, a diferença entre os valores das taxas de juros variáveis CDI por taxa de juros variável IPCA, calculados com base no valor do principal nominal acordado entre as partes. Esses swaps pretendem alinhar o fluxo de caixa das obrigações da debênture com o fluxo de caixa das concessões, ambas objeto da relação de hedge. Em 31 de março de 2025, depois de considerar o efeito dos swaps das taxas de juros, aproximadamente 65,23% das debêntures emitidas pelo Grupo estavam sujeitos à inflação + taxa prefixada. A dívida da Companhia está segregada por indexador nas notas explicativas nº 14.1 – Empréstimos e Financiamentos e nº 14.2 – Debêntures e as concessão estão segregadas na nota explicativa nº 8.

**Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2025**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

19.5. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de Hedge accounting

(i) Derivativos não designados como instrumentos de hedge

Empréstimo em moeda estrangeira

A Companhia pode tomar empréstimos em moeda estrangeira e celebrar contratos de swaps na administração das suas exposições. Esses contratos de moeda a termo não são designados como hedges de fluxo de caixa, hedges de valor justo ou hedges de investimento líquido, sendo celebrados por períodos consistentes com as exposições da transação em moeda.

	"Swap" cambial Citibank
Valor de referência (nocional) em 31/03/2025	US\$ 70.000
Valor de referência (nocional) em 31/12/2024	US\$ 70.000
Direito de a empresa receber (ponta ativa)	(SOFR + Spread: 0,44%) - 1,17647 ⁽¹⁾
Obrigação de a empresa pagar (ponta passiva)	CDI + 0,65% a.a.
Vencimento em	26/09/2025
Ponta ativa em 31/03/2025	400.156
Ponta passiva 31/03/2025	(363.193)
"Swap" ativo (passivo) em 31/03/2025 ⁽²⁾	36.963
"Swap" ativo (passivo) em 31/12/2024 ⁽²⁾	(65.449)
Valor a receber (a pagar) em 31/03/2025	36.963
Valor a receber (a pagar) em 31/12/2024	(65.449)
Valor justo em 31/03/2025	36.963
Valor justo em 31/12/2024	(65.449)
Ganhos (perdas) 01/01/2025 a 31/03/2025	(38.321)
Ganhos (perdas) 01/01/2024 a 31/03/2024	(502)

¹ O fator 1,17647 representa o "gross up" do imposto de renda devido nos pagamentos de amortização e juros.

² Ganho não realizado, registrados no balanço patrimonial da controladora e do consolidado, decorrentes dos swaps.

As operações estão registradas em câmara de liquidação e custódia. Não existe nenhuma margem depositada em garantia e a operação não possui custo inicial.

Aquisição de equipamentos no exterior

Com objetivo de proteção de caixa, a Companhia contratou, operações de Non-Deliverable Forwards (NDF), para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos realizados em moeda estrangeira com seus fornecedores, conforme tabela abaixo:

Concessão	Montante	Moeda	Vencimento
SIT	SEK 269.606	Coroa Sueca	2025 e 2026
JUTR	USD 5.834	Dólar	2025 e 2027

(ii) Derivativos designados como instrumentos de hedge – Hedges de fluxo de caixa

Debêntures

A Companhia designou como instrumento de proteção para uma estrutura hedge de fluxo de caixa, derivativos no montante de R\$400.000 referente à 1ª série da 6ª emissão de debêntures. Os derivativos contratados foram swaps que trocam o risco de 108% do CDI (taxa de juros das debêntures) pelo IPCA (taxa de atualização das concessões) mais taxas prefixadas.

O único instrumento protege ambos os riscos. Assim, o efeito do hedge de fluxo de caixa na demonstração do resultado e em outros resultados abrangentes é demonstrado abaixo:

Notas Explicativas **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS**
DE 31 DE MARÇO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Classificação do hedge	Objeto de hedge	Instrumento de hedge	Valor de referência	Indexador Passivo	Vencimento	Ganho (Perda) Outros resultados abrangentes
						31/03/2025
Hedge de fluxo de caixa	Debênture indexada a 108% do CDI Concessão de ativos indexada ao IPCA	Swaps	50.000	IPCA + 3,94%	15/05/2026	(1.243)
			50.000	IPCA + 3,91%	15/05/2026	(1.252)
			100.000	IPCA + 4,00%	15/05/2026	(2.560)
			50.000	IPCA + 3,53%	15/05/2026	(1.275)
			50.000	IPCA + 3,66%	15/05/2026	(1.299)
			100.000	IPCA + 3,99%	15/05/2026	(2.558)
Controladora e Consolidado						(10.186)

(iii) Movimentação dos instrumentos financeiros derivativos

Os efeitos dos instrumentos financeiros na demonstração do resultado são demonstrados abaixo:

Movimentação dos instrumentos financeiros derivativos	31/12/2024	Juros, variação monetária e cambial	Ajuste ao valor justo (Resultado)	Ajuste ao valor justo (ORA)	(Pagamentos) Recebimentos	31/03/2025
Contrato de SWAP (Citibank 4131)	(65.449)	36.413	1.908	-	(9.835)	(36.963)
Contrato de SWAP (Santander)	34.243	1.179	-	3.857	-	39.279
Contrato de SWAP (BR Partners)	36.513	1.225	-	3.812	-	41.550
Contrato de SWAP (Itaú)	12.021	401	-	1.242	-	13.664
Contrato de SWAP LP (ABC Brasil)	12.352	331	-	1.275	-	13.958
Contrato NDF Saíra	(9.385)	2.378	-	-	860	(6.147)
Controladora	20.295	41.927	1.908	10.186	(8.975)	65.341
Contrato NDF Juruá	(4.520)	2.933	-	-	61	(1.526)
Consolidado	15.775	44.860	1.908	10.186	(8.914)	63.815

Movimentação dos instrumentos financeiros derivativos	31/12/2023	Juros, variação monetária e cambial	Ajuste ao valor justo (Resultado)	Ajuste ao valor justo (ORA)	(Pagamentos) Recebimentos	31/12/2024
Contrato de SWAP (Citibank 4131)	21.179	(66.695)	(3.736)	-	(16.197)	(65.449)
Contrato de SWAP (Santander)	41.309	(9.561)	-	(7.096)	9.591	34.243
Contrato de SWAP (BR Partners)	43.683	(9.207)	-	(7.379)	9.416	36.513
Contrato de SWAP (Itaú)	14.360	(3.115)	-	(2.384)	3.160	12.021
Contrato de SWAP LP (ABC Brasil)	15.020	(3.588)	-	(2.472)	3.392	12.352
Contrato NDF Saíra	188	(8.519)	-	-	(1.054)	(9.385)
Controladora	135.739	(100.685)	(3.736)	(19.331)	8.308	20.295
Contrato NDF Juruá	-	(4.520)	-	-	-	(4.520)
Consolidado	135.739	(105.205)	(3.736)	(19.331)	8.308	15.775

19.6. Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros e derivativos

A Companhia e suas controladas efetuaram testes de análises de sensibilidade conforme requerido pelas práticas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, derivativos e não derivativos, relevantes, em aberto no fim do período deste relatório, assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

As taxas utilizadas para cálculo dos cenários prováveis são referenciadas por fonte externa independente, cenários estes que são utilizados como base para a definição de dois cenários

Notas Explicativas **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS**
DE 31 DE MARÇO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente) na exposição líquida, quando aplicável, conforme apresentado a seguir:

	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)	Realizado até 31/12/2024 anualizado
CDI ¹	15,00%	18,75%	22,50%	12,71%
IPCA ¹	5,55%	6,94%	8,33%	8,41%
Sofr ²	4,41%	5,51%	6,62%	4,39%
PTAX	5,9000	7,3750	8,8500	5,7472
Sek	0,5891	0,7364	0,8837	0,5712
IGPM	4,84%	6,05%	7,26%	4,02%

¹Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Agregado), em 25 de abril de 2025.

²Conforme taxas divulgadas no "site" da Bloomberg em 25 de abril de 2025.

Análises de sensibilidade da exposição líquida dos instrumentos financeiros às altas de taxa de juros e/ou câmbio	Saldo em 31/03/2025	Efeito no lucro antes dos impostos - janeiro a março de 2025 - aumento (redução)		
		Provável	Cenário A	Cenário B
Sem proteção				
<i>Consolidado</i>				
<u>Ativos financeiros</u>				
<i>Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários</i>				
- CDI	806.812	4.054	10.561	16.915
<u>Passivos financeiros</u>				
<i>Financiamentos e Debêntures</i>				
- CDI	3.424.440	(17.231)	(44.853)	(71.821)
- IPCA	6.300.979	41.512	21.298	1.283
- IGPM	326.867	(628)	(1.548)	(2.460)
		27.707	(14.542)	(56.083)
Sem proteção				
<i>Controladora</i>				
<u>Ativos financeiros</u>				
<i>Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários</i>				
- CDI	539.293	2.709	7.059	11.306
<u>Passivos financeiros</u>				
<i>Financiamentos e Debêntures</i>				
- CDI	3.424.440	(17.231)	(44.853)	(71.821)
- IPCA	5.111.677	33.676	17.278	1.041
- IGPM	326.867	(628)	(1.548)	(2.460)
		18.526	(22.064)	(61.934)
Com proteção				
<i>Controladora e Consolidado</i>				
<u>Passivos financeiros (dívida protegida)</u>				
<i>Empréstimos e financiamentos</i>				
- Sofr	400.156	(80)	(4.492)	(8.903)
- Dólar	400.156	(10.637)	(113.336)	(216.034)
<i>Derivativos</i>				
Ponta ativa - Sofr	(400.156)	80	4.492	8.903
Ponta ativa - Dólar	(400.156)	10.637	113.336	216.034
Ponta passiva - CDI	363.193	(1.828)	(4.757)	(7.617)
Efeito líquido		(1.828)	(4.757)	(7.617)
<u>Passivos financeiros</u>				
<i>Debêntures</i>				
- CDI	418.341	(2.105)	(5.479)	(8.774)
- IPCA	526.792	3.471	1.781	107
<i>Derivativos</i>				
Ponta ativa - CDI	(418.341)	2.105	5.479	8.774
Ponta passiva - IPCA	(526.792)	(3.471)	(1.781)	(107)
NDF - Moeda Sek	(6.147)	19	168	308
NDF - Moeda Dólar	(1.526)	13	130	232
Efeito líquido total Controladora e Consolidado		(1.796)	(4.459)	(7.077)

**Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2025**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

19.7. Gestão do risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros derivativos é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito ("ratings") satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo de contrato de concessão, a Administração analisa caso a caso a necessidade de contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e os usuários da rede, tem como finalidade garantir o recebimento dos valores devidos pelos usuários às transmissoras, pelos serviços prestados. Casos judicializados são acompanhados e avaliados para que sejam atribuídas as devidas classificações.

19.8. Gestão do risco de liquidez

A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de empréstimos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

A tabela a seguir: (a) apresenta em detalhes o prazo de vencimento contratual remanescente dos passivos financeiros (e os prazos de amortização contratuais da Companhia e de suas controladas) notadamente relacionados a empréstimos e financiamentos, debêntures inclusive os instrumentos financeiros derivativos atrelados, uma vez que os demais passivos financeiros não derivativos, como fornecedores e outros passivos financeiros, tem vencimento inferior a 12 meses, conforme apresentado no balanço patrimonial; (b) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data do vencimento contratual original em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações; e (c) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pós-fixada	-	148.064	1.201.722	5.037.766	10.283.287	16.670.839
Instrumentos financeiros derivativos	-	50.089	468.974	521.581	-	1.040.644
Controladora	-	198.153	1.670.696	5.559.347	10.283.287	17.711.483
Pós-fixada	901	22.095	79.828	389.918	1.730.402	2.223.144
Consolidado	901	220.248	1.750.524	5.949.265	12.013.689	19.934.627

19.9. Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas, são:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia – MME, ANEEL, ONS, Ministério do Meio Ambiente e Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições

Notas Explicativas **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS**
DE 31 DE MARÇO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Apesar da adoção de critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia e suas controladas estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia e suas controladas expandam os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderão incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia e de suas controladas ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia ou de suas controladas poderia sofrer um impacto adverso.

Dado que a Companhia e suas controladas podem depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações, estão sujeitas a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigadas a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco técnico - Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia e suas controladas. Caso tais riscos se materializem, o desempenho financeiro e operacional da Companhia poderá sofrer um impacto adverso.

Risco de contencioso - A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

A Alta Administração é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento

**Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2025**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

19.10. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 – “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 – premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no período findo em 31 de março de 2025.

19.10.1. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora		Hierarquia do valor justo
		31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024	
Títulos e valores mobiliários	6	598.144	5.740	439.638	-	Nível 2
Equivalentes de caixa – aplicações financeiras	5	208.668	741.347	99.655	602.235	Nível 2
Instrumentos financeiros derivativos	19.5	44.636	79.354	43.110	74.834	Nível 2
Ativos financeiros		851.448	826.441	582.403	677.069	
Empréstimos e financiamentos	14.1	400.156	438.654	400.156	438.654	Nível 2
Passivos financeiros		400.156	438.654	400.156	438.654	

19.10.2. Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo)

Exceto conforme detalhado na tabela a seguir, a Administração considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, reconhecidos nessas informações financeiras, se aproximam dos seus valores justos.

	Nota explicativa	31/03/2025		31/12/2024		Hierarquia do valor justo
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Consolidado						
Debêntures - Passivos financeiros	14.2	9.806.222	8.806.823	9.313.157	8.578.039	Nível 2
Controladora						
Debêntures - Passivos financeiros	14.2	8.696.392	7.912.517	8.224.821	7.683.534	Nível 2

Debêntures: A Administração considera que os saldos contábeis das debêntures, classificados como “outros passivos financeiros ao custo amortizado”, aproximam-se dos seus valores justos, exceto quando essas debêntures possuem Preço Unitário - PU no mercado secundário próximo ao período de relatório, cujos valores justos foram mensurados com base em cotações.

Quanto aos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, a Administração considera que os valores contábeis se aproximam dos seus valores justos, uma vez que: (i) possuem prazo de recebimento/pagamento médio inferior a 60 dias; (ii) são concentrados em títulos de renda fixa, remunerados à taxa CDI; e (iii) não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

**Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2025**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

20. LUCRO POR AÇÃO

	Controladora	
	31/03/2025	31/03/2024
Resultado líquido do período	365.161	374.700
Resultado líquido do período proporcional às ações ordinárias (1)	208.714	214.167
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias (2) ¹	590.714	590.714
Resultado líquido do período proporcional às ações preferenciais (3)	156.447	160.533
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais (4) ¹	442.783	442.783
Resultado por ação ordinária - básico e diluído em R\$ = (1) e (2) ²	0,35333	0,36256
Resultado por ação preferencial - básico e diluído em R\$ = (3) e (4) ²	0,35333	0,36256

¹Quantidade em lotes de 1.000 ações. ²A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Composição da receita operacional líquida	Consolidado		Controladora	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Remuneração do ativo de contrato de concessão	291.839	286.021	198.422	179.994
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	231.530	134.902	143.045	46.836
Operação e manutenção	268.254	267.404	254.913	249.365
Implementação de infraestrutura	267.999	119.098	133.897	21.035
Parcela variável ¹	(6.749)	(19.896)	(6.667)	(4.440)
Outras receitas	13.646	14.063	12.411	10.547
Receita operacional bruta	1.066.519	801.592	736.021	503.337
PIS e COFINS correntes	(38.339)	(37.954)	(29.647)	(27.330)
PIS e COFINS diferidos	(18.812)	(7.128)	(9.237)	1.460
ISS e ICMS	(218)	(94)	(155)	(94)
Encargos setoriais ²	(26.257)	(26.932)	(24.342)	(24.885)
Deduções da receita	(83.626)	(72.108)	(63.381)	(50.849)
Receita operacional líquida	982.893	729.484	672.640	452.488

¹ Parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. A parcela variável pode ser classificada em Não programada, quando ocorre indisponibilidade do sistema por acidente e em Programada quando há manutenção em equipamentos que pertençam à linha de transmissão. ² Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

Margens médias das obrigações de performance	Consolidado		Controladora	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Implementação de infraestrutura				
- Receita	267.999	119.098	133.897	21.035
- Custos	(268.610)	(76.281)	(77.880)	(14.680)
Margem (R\$)	(611)	42.817	56.017	6.355
Margem percebida (%)¹	-0,23%	35,95%	41,84%	30,21%

Operação e Manutenção – O&M				
- Receita	268.254	267.404	254.913	249.365
- Custos	(55.620)	(42.872)	(47.574)	(33.616)
Margem (R\$)	212.634	224.532	207.339	215.749
Margem percebida (%)²	79,27%	83,97%	81,34%	86,52%

¹ As variações referem-se, basicamente, pela revisão na margem de construção devido aos impactos do licenciamento ambiental no projeto e subsequente revisão da curva de CAPEX do projeto. ² A variação refere-se, basicamente, ao aumento dos investimentos em O&M principalmente nas concessões Novatrans e São João.

Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis do IRPJ e CSLL	Consolidado		Controladora	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Receita operacional bruta	1.066.519	801.592	736.021	503.337
(+/-) Efeitos de ajustes societários e tributação pelo regime de caixa	(310.229)	(124.402)	(261.227)	(59.951)
Receita operacional bruta tributável	756.290	677.190	474.794	443.386

**Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2025**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

22. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
- Remuneração direta	(31.499)	(31.762)	(22.957)	(23.778)
- Benefícios	(18.258)	(22.613)	(16.525)	(20.695)
- FGTS e INSS	(12.421)	(12.090)	(11.409)	(11.145)
Pessoal	(62.178)	(66.465)	(50.891)	(55.618)
- Custo de infraestrutura	(268.610)	(76.281)	(77.880)	(14.680)
- O&M	(21.154)	(3.870)	(20.322)	(3.444)
- Outros	(1.111)	(1.449)	(941)	(1.239)
Materiais	(290.875)	(81.600)	(99.143)	(19.363)
Serviços de terceiros	(17.931)	(20.542)	(14.941)	(14.281)
Depreciação e amortização	(7.888)	(4.628)	(7.869)	(4.604)
- (Provisão) para contingências	(2.124)	(91)	(596)	(83)
- Outros	(4.637)	(4.457)	(3.862)	(3.208)
Outros custos operacionais	(6.761)	(4.548)	(4.458)	(3.291)
Total custos e despesas	(385.633)	(177.783)	(177.302)	(97.157)

A demonstração do resultado utiliza uma classificação dos custos e despesas com base na sua função, cuja natureza dos principais montantes é demonstrada a seguir:

Custos e despesas com serviços de terceiros: gastos com manutenção de propriedade, vigilância e limpeza, comunicação de computadores, consultorias, Água, Eletricidade e Gás, compartilhamento de instalações, compartilhamento de O&M, auditoria, serviços advocatícios, transportes e telefones.

Custos com materiais: gastos relacionados à construção, operação e manutenção das linhas e subestações de transmissão.

Outras receitas, custos e despesas operacionais: Impostos, contribuições e taxas, indenizações, material de consumo, seguros, condomínio, aluguéis, transporte.

23. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Rendimentos de aplicações financeiras	20.168	23.896	13.818	16.616
Juros sobre Depósitos judiciais	622	2.007	1.403	650
Outras Receitas	980	253	557	231
Receitas financeiras	21.770	26.156	15.778	17.497
Empréstimos e financiamentos				
- Juros incorridos	(6.278)	(7.189)	(5.135)	(6.073)
- Variação cambial	29.841	(10.101)	29.841	(10.101)
- Ajuste ao valor justo	1.908	5.272	1.908	5.272
	25.471	(12.018)	26.614	(10.902)
Debêntures				
- Juros incorridos	(203.887)	(183.583)	(190.148)	(170.254)
- Variações monetárias	(136.538)	(119.698)	(113.510)	(100.793)
	(340.425)	(303.281)	(303.658)	(271.047)
Instrumentos financeiros derivativos				
- Juros incorridos	(9.703)	(7.330)	(9.708)	(7.330)
- Variação cambial	(35.157)	5.765	(32.219)	5.765
- Ajuste ao valor justo	(1.908)	(5.272)	(1.908)	(5.272)
	(46.768)	(6.837)	(43.835)	(6.837)
Total das despesas financeiras atreladas às dívidas	(361.722)	(322.136)	(320.879)	(288.786)
Arrendamento Mercantil	(34)	(60)	(34)	(58)
Outras despesas financeiras, líquidas	(4.305)	(5.924)	(1.980)	(3.623)
Despesas financeiras	(366.061)	(328.120)	(322.893)	(292.467)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(344.291)	(301.964)	(307.115)	(274.970)

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Despesas financeiras atreladas às dívidas e instrumentos financeiros derivativos- por tipo	Consolidado		Controladora	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Juros incorridos	(219.868)	(198.102)	(204.991)	(183.657)
Variação monetária	(136.538)	(119.698)	(113.510)	(100.793)
Variação cambial	(5.316)	(4.336)	(2.378)	(4.336)
	(361.722)	(322.136)	(320.879)	(288.786)

24. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

O Plano Taesaprev, aprovado pela PREVIC, foi criado na Forluz, entidade fechada de previdência complementar, da qual a Companhia e suas controladas JAN, BRAS, SJT, SPT, LNT, PTG, TNG e ANT passaram a ser patrocinadoras. Em 31 de março de 2025, 76,76% do quadro efetivo de empregados da Controlada e 73,41% do Consolidado, participavam do Plano Taesaprev (71,01% da Controlada e 73,79% do Consolidado em 31 de dezembro de 2024).

A única obrigação da Companhia é realizar as contribuições de acordo com as regras do plano de previdência privada, que são liquidadas até o mês subsequente ao reconhecimento dessas despesas. Os ativos do plano são mantidos em separado dos outros ativos da Companhia, sob o controle da Forluz. A principal patrocinadora da Forluz é a CEMIG (patrocinadora-fundadora), uma das controladoras da Companhia.

A Companhia poderá a qualquer momento, observada a legislação, solicitar a retirada do patrocínio, que dependerá de aprovação pela autoridade governamental competente e estará sujeita à legislação pertinente. Em caso de retirada hipotética da patrocinadora do plano, o compromisso da patrocinadora está totalmente coberto pelos ativos do plano. Os valores de passivo, custos e despesas estão apresentados na nota explicativa nº 13.

25. OUTRAS INFORMAÇÕES

Aspectos ambientais

As obrigações de execução de projetos de compensação ambiental estão em andamento, com base nos cronogramas estabelecidos nos respectivos instrumentos, quando aplicável. As compensações ambientais provisionadas pela Companhia e suas controladas estão registradas na rubrica "Outras contas a pagar".

A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

Licenças expedidas a Companhia e suas controladas em operação						
Empresa	Trecho	Licença para Operação nº	Data de emissão	Vencimento	Órgão emissor	
Taesá (NVT)	Samambaia/DF - Imperatriz/MA	384/2004	06/09/2011	06/09/2021	IBAMA	(a)
Taesá (TSN)	Serra da Mesa/GO - Sapeaçu/BA	287/2002	27/08/2018	27/08/2028	IBAMA	-
Taesá (MUN)	Camaçari II - Sapeaçu	002212/TEC/LO-2005-0044	24/07/2005	24/07/2010	IMA	(b)
Taesá (GTE)	Goianinha - Mussurú SE Norfil	339/2003 2671/2023	26/06/2015 23/11/2023	26/06/2025 23/11/2028	IBAMA SUDEMA	- -
Taesá (PAT)	Paraíso-Açu	130625/TEC/RLO-2018-1289	05/06/2020	05/06/2026	IDEMA	(d)
Taesá (ETEO)	Taquaraçu - Sumaré	00026/2008	13/06/2008	13/06/2014	CETESB	(c)
Taesá (NTE)	Angelim - Campina Grande	349/2003	23/12/2015	23/12/2025	IBAMA	-
Taesá (ATE)	Xingó - Angelim	350/2003	23/12/2015	23/12/2025	IBAMA	-
Taesá (ATE)	Londrina - Araraquara	492/2005	29/02/2012	01/03/2022	IBAMA	(a)
Taesá (STE)	Uruguaiana - Santa Rosa	00714/2022	08/03/2022	08/03/2027	FEPAM	-
Taesá (ATE II)	Colinas - Sobradinho	579/2006	01/02/2016	01/02/2026	IBAMA	-
ATE III	Itacaiunas - Colinas	753/2008	17/06/2008	17/06/2012	IBAMA	(a)
	Marabá - Carajás	13722/2022	26/09/2022	25/09/2027	SEMAS/PA	-

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Licenças expedidas a Companhia e suas controladas em operação						
Empresa	Trecho	Licença para Operação nº	Data de emissão	Vencimento	Órgão emissor	
MIR	SE Palmas	3359/2019	11/07/2019	11/07/2024	NATURATINS	(h)
	SE Miracema	3523/2019	16/07/2019	16/07/2024		(i)
	Lajeado – Palmas	4149/2019	07/08/2019	07/08/2029		-
	SE Lajeado	4174/2019	08/08/2019	08/08/2024		(i)
	Miracema – Lajeado	5297/2019	02/09/2019	02/09/2029		-
MAR	Itabirito II – Vespasiano II	160/2018	24/01/2019	21/12/2028	COPAM	-
SPT	LT 230 SE Barreira II, SE Rio Grande II-Barreiras/São Desidério	10707/2017	06/11/2015	06/11/2020	INEMA	(b)
	LT 230 SE Gilbués, SE Bom Jesus, SE Eliseu Martins – PI	382/2016	16/06/2016	16/06/2020	SEMAR-PI	(f)
SJT	LT 500 SE Gilbués II - SE São João do Piauí	381/2016	16/06/2016	16/06/2020	SEMAR-PI	(f)
LNT	LT Currais Novos II - Lagoa Nova II	111138/2017	08/12/2017	08/12/2023	IDEMA	(e)
	SE Currais Novos II	129600/2018	28/12/2018	28/12/2024		
BRA	Brasnorte – Nova Mutum	324072/2021	14/04/2021	13/04/2026	SEMAT/MT	-
	Juba – Jauru	325303/2021	07/10/2021	06/10/2026	SEMAT/MT	-
SIT	Garabi - Itá I e II	1293/2015	06/04/2015	06/04/2025	IBAMA	(a)
JAN	LT 500 KV Bom Jesus da Lapa 2 - Janaúba 3 - Pirapora 2	1623/2021	31/08/2021	31/08/2031	IBAMA	-
SAN	LT 230kV Livramento 3 / Santa Maria 3	01976/2023	03/07/2023	28/04/2028	FEPAM	-
	LT 230kV Livramento 3 / Alegrete 2	14134/2023	21/12/2023	12/07/2027	FEPAM (a)	(g)
	SE Maçambará 3	0335/2022	28/09/2022	29/09/2027	FEPAM	-
	SE Livramento 3	954/2022	07/02/2022	07/02/2027	FEPAM	-
PTG	LT 230 KV Abdon Batista - Barra Grande C3 – CS	4941/2024	19/12/2024	19/12/2028	IMA/SC	-

- (a) Renovação solicitada ao IBAMA e válida até a sua manifestação (Resolução CONAMA nº 237/97);
- (b) O Instituto do Meio Ambiente - IMA do Estado da Bahia (Decreto nº 11.235/08), isenta linhas de transmissão ou distribuição da renovação da Licença de Operação;
- (c) Renovação solicitada à CETESB e válida até a sua manifestação;
- (d) A antiga licença nº 2014-072326 TEC/LS 0062referente ao Seccionamento Paraíso-Açu Lagoa Nova II, cuja validade era de 19/08/2020 foi unificada na recente renovação de licença da Paraíso-Açu;
- (e) Renovação solicitada ao IDEMA/RN. Válida até manifestação do órgão;
- (f) Renovação solicitada à SEMAR/PI e válida até a sua manifestação (Resolução CONAMA nº 237/97);
- (g) Retificação do número da licença feita pelo órgão;
- (h) Renovação solicitada pela prefeitura de Palmas;
- (i) Renovação solicitada via Naturatins.

Licenças expedidas às controladas em construção						
Empresa	Trecho	Licença de prévia/ instalação nº	Licença de Instalação/ Única nº	Data de emissão	Vencimento	Órgão emissor
ANT	LT 525kV Bateias - Curitiba Leste	302297/2023	-	07/08/2023	07/02/2028	IAT-PR
	LT 525kV Bateias - Curitiba Leste	-	323008/2024	07/06/2024	07/06/2030	IAT-PR
	LT 500 kV Ponta Grossa - Assis	684/2023	-	18/09/2023	18/09/2028	IBAMA
	LT 500 kV Ponta Grossa - Assis	-	1500/2024	27/11/2024	27/11/2030	IBAMA
PTG	LT 230 KV Abdon Batista - Videira C1 E C2 - CD	-	267/2024	31/01/2024	31/01/2030	IMA
TNG	SE Santa Luzia III	1202843/2023	-	10/11/2023	10/11/2025	SEMA-MA
	LT 230 kV Encruzo Novo - Santa Luzia III	1215406/2023	-	30/11/2023	30/11/2025	SEMA-MA
	LT 230 kV Encruzo Novo - Santa Luzia III	-	1078120/2024	24/06/2024	24/06/2029	SEMA-MA
	LT 230 kV Açailândia - Dom Eliseu II (+ SE Açailândia e SE Dom Eliseu II)	688/2023	-	27/12/2023	27/02/2027	IBAMA-MA
	SE Açailândia e SE Dom Eliseu II	-	1488/2024	20/06/2024	20/06/2029	IBAMA-MA
	SE Encruzo Novo	-	1002952/2024	08/01/2024	08/01/2028	SEMA-MA
	LT 500 kV Santa Luzia III - Açailândia/Miranda II (Seccionamento)	1018107/2024	-	01/02/2024	01/02/2026	SEMA-MA
	LT 500 kV Santa Luzia III - Açailândia/Miranda II (Seccionamento)	-	1098055/2024	09/09/2024	09/09/2026	SEMA-MA
	SE Santa Luzia III	-	1019800/2024	05/02/2024	05/02/2026	SEMA-MA

Empreendimento Juruá – Em 27 de setembro de 2024, a Companhia arrematou o Lote 03 do Leilão 002/2024 - ANEEL, composto por uma linha de transmissão em circuito duplo em 440 Kv de 1,2 Km e 1 subestação 440/138 kv, além de uma linha de transmissão em circuito duplo em 138Kv de 1,5 Km, no estado de São Paulo. O novo empreendimento terá RAP de R\$18.408 com capex ANEEL de R\$244.013, prazo de concessão de 30 anos e prazo máximo para construção ANEEL de 42 meses, contados a partir de 09 de dezembro de 2024, data de assinatura do contrato de concessão.

Notas Explicativas **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS**
DE 31 DE MARÇO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Controlada em conjunto Paraguaçu - Nos termos do Despacho nº 2.563/2024, publicado no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 09 de setembro de 2024, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, proferiu decisão no sentido de dar provimento parcial ao pedido de excludente de responsabilidade interposto pela Paraguaçu, cujos efeitos são: (i) recomposição do prazo contratual em 138 (cento e trinta e oito) dias; e (ii) determinação para que o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS recontabilize as Parcelas Variáveis por Atraso na Entrada em Operação - PVA das instalações outorgadas pelo Contrato de Concessão nº 03/2017-ANEEL. A recomposição do prazo contratual prevista no Despacho nº 2.563/2024 foi formalizada por meio do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado com a ANEEL, em 13 de março de 2025, acrescentando 138 dias ao final do prazo da concessão de 30 anos.

Controlada em conjunto Aimorés - Nos termos do Despacho nº 2.833/2024, publicado no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 01 de outubro de 2024, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, proferiu decisão no sentido de dar provimento parcial ao pedido de excludente de responsabilidade interposto pela Aimorés, cujos efeitos são: (i) recomposição do prazo contratual em 55 (cinquenta e cinco) dias; e (ii) determinação para que o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS recontabilize as Parcelas Variáveis por Atraso na Entrada em Operação - PVA das instalações outorgadas pelo Contrato de Concessão nº 04/2017-ANEEL. A recomposição do prazo contratual prevista no Despacho nº 2.833/2024 foi formalizada por meio do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão a ser celebrado com a ANEEL, 13 de março de 2025, acrescentando 55 dias ao final do prazo da concessão de 30 anos.

Energização antecipada Pitiguari: Em 08 de janeiro de 2025, o ONS emitiu o Termo de Liberação referente à energização da LT 230 kV Abdon Batista – Barra Grande (C3), referente à instalação da concessão Pitiguari Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Pitiguari"). Com esta liberação, Pitiguari passa a receber uma RAP de aproximadamente R\$4.400 (referente ao ciclo 2024-2025), adicionado de PIS/COFINS, correspondente a 20% do RAP total do empreendimento, com efeitos retroativos a 30 de dezembro de 2024. O empreendimento foi entregue parcialmente com cerca de 26 meses de antecipação ao prazo limite exigido pela ANEEL de março de 2027.

Entrada em operação reforço NVT: O ONS emitiu em 05 de fevereiro de 2025 o Termo de Liberação referente à parte remanescente das instalações de Imperatriz, no âmbito do reforço autorizado através da REA nº 12.823/2022. Com a entrada em operação comercial destas instalações, a NVT passa a receber uma RAP adicional de aproximadamente R\$18.100 (referente ao ciclo 2024-2025), correspondente a 65% da RAP total do reforço, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro de 2025. Com isso, o reforço foi concluído integralmente com um RAP total de R\$28.100. A RAP tem caráter provisório e estará sujeita à próxima RTP desta concessão, que ocorrerá em 2029. Esta última fase do reforço foi entregue com cerca de 3 meses de antecipação do prazo ANEEL.

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aprovação de Juros sobre Capital Próprio-JCP - Em 07 de maio de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de proventos referentes ao resultado do 1º trimestre de 2025, a título de JCP, no montante de R\$188.276, o que equivale a R\$ 0,18217414891 por ação (ordinária/preferencial) ou R\$ 0,54652244673 por Unit, sendo a data de 13 de maio de 2025 ex JCP e a data de pagamento 27 de agosto de 2025.

Aprovação da Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2024 - Em 29 de abril de 2025, a AGO da Companhia aprovou a destinação do Lucro Líquido de 2024 descrito na nota explicativa nº 16 – Patrimônio Líquido. O pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios remanescentes no montante de R\$301.507, R\$0,29173529854 por ação (ordinária/preferencial) ou R\$0,87520589562 por Unit, serão pagos aos acionistas em duas parcelas, sendo R\$190.612, o que equivale a R\$0,18443376851 por ação ou R\$0,55330130554 por Unit, em 28 de maio de 2025, e R\$110.895 o que equivale a R\$0,10730153003 por ação ou R\$0,32190459008 por Unit em 27 de novembro de 2025, ambos pagamentos com base na posição acionária existente no

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

DE 31 DE MARÇO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

banco BTG Pactual Serviços Financeiros S/A DTVM em 29 de abril de 2025. As Units da Companhia serão negociadas “ex-dividendos” a partir de 30 de abril de 2025, inclusive.

Eleição da Conselho de Administração e Conselho fiscal - Em 29 de abril de 2025, a AGO elegeu os conselheiros para o novo mandando, com vigência de 30 de abril de 2025 até Assembleia Geral Ordinária de 2026.

Pagamentos aos debenturistas:

Empresa	Emissão	Série	Data do pagamento	Juros	Total
Taesa	12ª	1ª	15/04/2025	19.501	19.501
Taesa	12ª	2ª	15/04/2025	9.532	9.532
Taesa	12ª	3ª	15/04/2025	10.290	10.290

Aumento do capital social em controladas

Empresa	Data do pagamento	Data da aprovação	Órgão aprovador	Montante
Tangará	03/04/2025	01/04/2025	AGE	80.000
Ananaí	03/04/2025	01/04/2025	AGE	40.000
Tangará	28/04/2025	22/04/2025	AGE	97.000
Ananaí	28/04/2025	22/04/2025	AGE	32.000
Pitiguari	28/04/2025	22/04/2025	AGE	23.000

**Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2025**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Diretoria	
Diretores	Cargo
Rinaldo Pecchio Junior	Diretor Presidente
Vago	Diretor Jurídico e Regulatório
Catia Cristina Teixeira Pereira	Diretora Financeira e de Relações com Investidores
Luis Alessandro Alves	Diretor Técnico
Fábio Antunes Fernandes	Diretor de Negócios e Gestão de Participações
Jell Lima de Andrade	Diretor de Implantação

Conselho de Administração	
Titulares	
Reynaldo Passanezi Filho (indicado pela CEMIG)	
José Reinaldo Magalhães (indicado pela CEMIG)	
Reinaldo Le Grazie (indicado pela CEMIG)	
Paulo Gustavo Ganime Alves Teixeira (indicado pela CEMIG)	
Maurício Dall'Agnese (indicado pela CEMIG)	
Carolina Sánchez Restrepo (indicado pela ISA)	
César Augusto Ramírez Rojas (indicado pela ISA)	
Jaime Enrique Falquez Ortiga (indicado pela ISA)	
Francisco Martins Codorniz Filho (indicado pela ISA)	
Denise Lanfredi Tosetti Hills Lopes (membro independente)	
Mario Engler Pinto Junior (membro independente)	
Celso Maia de Barros (membro independente)	
Hermes Jorge Chipp (membro independente)	

Conselho Fiscal	
Titulares	Suplentes
Felipe José Fonseca Attiê (indicado pela CEMIG)	Mirian Paula Ferreira Rodriguez (indicado pela CEMIG)
Frederico Papatella Padovani (indicado pela CEMIG)	Luiz Felipe da Silva Veloso (indicado pela CEMIG)
Manuel Domingues de Jesus e Pinho (indicado pela ISA)	Luciana dos Santos Uchôa (indicado pela ISA)
Murici dos Santos (acionistas minoritários preferencialistas)	Ana Patrícia Alves Costa Pacheco (acionistas minoritários preferencialistas)
Marcello Joaquim Pacheco (acionistas minoritários ordinaristas)	Rosangela Torres (acionistas minoritários ordinaristas)

Dirlei Luis da Silva Junior
Contador CRC RJ- 117622/O-5

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Administradores e Acionistas da
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - TAESA

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Diretoria é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado - DVA, individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado.

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Marcelo Salvador
Contador
CRC nº MG 089422/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os membros da Diretoria da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a “Companhia”), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Companhia referentes ao 1º trimestre de 2025, findo em 31 de março de 2025 e respectivos documentos complementares.

Rio de Janeiro, 07 de maio de 2025.

Rinaldo Pecchio Junior
Diretor Presidente

Catia Cristina Teixeira Pereira
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Luis Alessandro Alves
Diretor Técnico

Jell Lima de Andrade
Diretor de Implantação

Fábio Antunes Fernandes
Diretor de Negócios

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os membros da Diretoria da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a “Companhia”), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões dos auditores independentes da Companhia expressas no relatório de revisão das informações trimestrais referentes ao 1º trimestre de 2025, findo em 31 de março de 2025 e respectivos documentos complementares.

Rio de Janeiro, 07 de maio de 2025.

Rinaldo Pecchio Junior
Diretor Presidente

Catia Cristina Teixeira Pereira
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Luís Alessandro Alves
Diretor Técnico

Jell Lima de Andrade
Diretor de Implantação

Fábio Antunes Fernandes
Diretor de Negócios